O PARTIDO E AS CLASSES TRABALHADORAS MOÇAMBICANAS NA EDIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA POPULAR

Revisão e arranjo gráfico: **Colectivo das Edições «Avante!»**

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNI-VOS!

SAMORA MOISÉS MACHEL

O PARTIDO E AS CLASSES TRABALHADORAS MOÇAMBICANAS NA EDIFICAÇÃO DA DEMOCRACIA POPULAR

Relatório do Comité Central ao III Congresso da FRELIMO

edições Avante!

ÍNDICE

Camaradas membros do Praesidium do III Congresso,
Camaradas Delegados ao III Congresso,
Camaradas Representantes de Partidos e Organizações Amigas,
Amigos convidados:

CAPÍTULO I

A HISTÓRIA DA FRELIMO É A HISTÓRIA DA LUTA PELAS TRANSFORMAÇÕES REVOLUCIONÁRIAS

O Comité Central, ao submeter o seu relatório ao III Congresso, deveria em princípio circunscrever a análise histórica ao período entre o II e o III Congressos.

Teremos de abrir uma excepção a esta norma.

Primeiro, porque esta é a primeira vez que o Congresso se realiza na nossa Pátria Independente, em condições que permitem a todo o nosso Povo seguir os seus trabalhos.

Em segundo lugar, e esta é a razão principal, o traço dominante que caracteriza a vida da FRELIMO, de 1968 até hoje, é a luta constante entre duas linhas. Esta luta iniciou-se antes do II Congresso; por isso, para compreendermos o combate político que se travou e se trava, é necessário analisarmos o processo na sua origem.

A resistência histórica do nosso Povo à dominação estrangeira inicia-se com as primeiras tentativas colonialistas de conquista e dominação dos Estados soberanos que existiam na nossa Pátria. É na tradição da resistência multissecular que se enraíza o espírito patriótico do nosso Povo, a linha patriótica da FRELIMO. Evocarmos pois esta dimensão é relembrar uma herança fundamental de que a FRELIMO se tornou a única e legítima herdeira e continuadora.

Do I ao II Congressos: Da unidade às contradições

Em 25 de Junho de 1962 fundou-se a FRELIMO. O seu I Congresso realizou-se no exílio, em Setembro do mesmo ano, no território da então República do Tanganyka.

O significado essencial do I Congresso é duplo:

— O I Congresso estabeleceu uma plataforma justa, capaz de unir todos os patriotas moçambicanos;
— O I Congresso fixou como objectivo central da FRELIMO a libertação da Pátria e determinou a estratégia e a táctica para atingirmos esse objectivo.

A conquista fundamental do I Congresso foi a unidade de todos os patriotas moçambicanos, do Rovuma ao Maputo. O I Congresso definiu o papel fundamental da unidade no processo da libertação nacional; ele provou que a divisão era a causa maior do fracasso da resistência histórica do nosso Povo ao colonialismo. O I Congresso é pois o Congresso da UNIDADE.

Ao estabelecer a plataforma justa da unidade, o I Congresso definiu correctamente o inimigo como sendo o colonialismo português; estabeleceu o programa de combate por todos os meios, incluindo a luta armada, contra a dominação estrangeira; condenou com firmeza o imperialismo, verdadeiro sustentáculo do colonialismo, e definiu correctamente os nossos amigos no plano exterior — as forças anti-colonialistas, anti-imperialistas, as forças democráticas e da Paz; exprimiu o internacionalismo do nosso Povo, a nossa solidariedade com a luta de todos os Povos contra as formas de opressão; dotou a FRELIMO de estruturas correctas, que permitiram desencadear a luta de libertação nacional; adoptou o centralismo democrático, garantindo assim a unidade e eficácia da Organização.

Por serem correctas, por corresponderem às aspirações mais profundas do nosso Povo, as teses do I Congresso ganharam rapidamente o mais largo apoio das massas populares.

Apesar deste apoio das largas massas, a FRELIMO teve que enfrentar, logo no início da sua existência, a acção de elementos oportunistas. A linha de clivagem surgiu a propósito da questão fundamental da luta armada. Os oportunistas ora partiam de posições capitulacionistas, e recusavam o combate contra as forças militares colonialistas, a quem estrategicamente temiam, ora partiam de posições aventuristas, e menosprezavam tacticamente o inimigo, propondo pequenas acções isoladas e terroristas e afirmando que o inimigo se renderia imediatamente. Na realidade, uns e outros recusavam o trabalho político, desprezavam as massas organizadas como força principal do nosso combate.

Estes elementos acabaram por abandonar a FRELIMO quando a nossa Organização definiu métodos objectivos e científicos que levaram ao desencadeamento da Luta Armada de Libertação Nacional. A saída destes oportunistas contribuiu para o reforço da unidade e criou condições favoráveis para que, somente dois anos após a sua fundação, a FRELIMO pudesse desencadear a luta armada.

A luta armada é a expressão mais viva da justeza das teses do I Congresso. Ela elevou e tornou operativa a unidade alcançada e criou as condições para que, libertando a terra e os homens, aumentássemos as nossas forças e criássemos a nossa zona. O seu desencadeamento, porque permitiu o trabalho político aberto junto das massas, a sua mobilização em larga escala, começou a inverter a nosso favor a correlação de forças com o inimigo.

O apoio internacionalista dos países africanos progressistas e dos países socialistas constitui o factor exterior decisivo no desencadeamento e posterior avanço da luta armada.

Em fins de 1965, nas províncias de Cabo Delgado e Niassa, o inimigo começou a ser expulso de zonas cada vez mais vastas, que deixavam assim de estar submetidas à autoridade colonial.

Nessas zonas, que se estendiam por muitos milhares de quilómetros quadrados, o colonialismo sobrevivia só como força militar repressiva.

O aparecimento destas zonas, em que se começava a materializar a libertação da Pátria, em que muitas centenas de milhar de moçambicanos viviam livres da dominação estrangeira, exigia da FRELIMO a definição de uma linha clara de orientação que concretizasse a aspiração do nosso Povo de viver livre e melhor.

Desaparecida nessas zonas a presença administrativa e económica do colonialismo, permaneciam no entanto as estruturas feudais e com elas a autoridade antidemocrática dos régulos, a opressão da mulher e da juventude e o divisionismo tribal. Surgiram, por outro lado, os novos exploradores, elementos que começavam a manifestar a intenção de se substituir aos colonialistas na exploração do Povo.

Foi neste quadro que teve lugar a sessão de Outubro de 1966 do Comité Central da FRELIMO.

Os antecedentes do II Congresso

A sessão de Outubro de 1966 do Comité Central analisou profundamente o processo da luta armada de libertação nacional, o seu conteúdo essencial, abrindo assim perspectivas à guerra popular prolongada. Ela analisou os principais problemas decorrentes do aparecimento das zonas semilibertadas e definiu orientações que permitiriam criar uma nova vida nessas zonas. A fim de consolidar e ampliar a unidade das nossas fileiras e lançar os fundamentos para a elevação progressiva da unidade ideológica, através de uma prática comum dos militantes, o Comité Central pôs termo à diferenciação entre militantes políticos e militantes militares. Assim, integrou todos na prática da luta principal, a luta política, fez participar todos na política da tarefa principal, o combate armado. O Comité Central afirmou ainda a necessidade do combate contra a discriminação da Mulher, o que permitiu desencadear o processo da sua emancipação.

As justas decisões da sessão de Outubro de 1966 do Comité Central galvanizaram o entusiasmo dos combatentes e das massas em geral e materializaram-se em grandes vitórias. O nosso efectivo militar ampliou-se, os combatentes aprofundaram a sua consciência política e adquiriram uma técnica superior. A luta estendeu-se a novas zonas e foram criadas as condições para a reabertura da frente armada de Tete.

A aplicação das decisões da sessão de Outubro de 1966 permitiu uma mudança qualitativa na nossa estratégia e táctica militares. Em ataques combinados, de que Nambude, Naspaki e Namele foram os primeiros exemplos, assaltámos e arrasámos bases militares inimigas, capturando material de guerra e soldados.

As vitórias militares e a orientação da FRELIMO de reorganizar a produção de bens materiais conduziram a um rápido crescimento da produção agrícola e à criação de excedentes. O aparecimento de excedentes na produção e a necessidade premente de organizar o comércio interno e externo nas zonas semilibertadas criaram condições objectivas para a emergência de novos exploradores.

O fenómeno foi particularmente agudo em Cabo Delgado, onde as zonas sob o nosso controlo eram extensas, férteis e densamente habitadas.

Os novos exploradores eram elementos que viam na libertação do nosso país a possibilidade de se substituir aos exploradores colonialistas.

Revelaram-se abertamente nas nossas fileiras elementos com vocação capitalista, o que desen-

cadeou uma luta cerrada, ideológica e política na nossa Organização. Esta surgiu, numa primeira fase, sob a forma de divergências de opinião. Divergências que, na realidade, mascaravam a contradição fundamental no nosso seio: o antagonismo de classe.

Divergências sobre a organização da vida económica

Os novos exploradores opunham-se à colectivização da produção. Opunham-se ao estabelecimento de cooperativas, ou, mais subtilmente, davam o nome de cooperativas a machambas onde exploravam o trabalho do Povo. Queriam manter a propriedade privada da terra.

Opunham-se à criação de lojas controladas pela FRELIMO e queriam organizar as suas, copiadas do modelo do inimigo. Os exploradores infiltrados nas nossas estruturas nas zonas libertadas conseguiram controlar as nossas lojas. Os fundos obtidos da comercialização eram sistematicamente desviados para bancos no exterior, onde os exploradores tinham as suas contas pessoais.

Divergências sobre a estratégia e táctica militares

Os novos exploradores opunham-se à perspectiva da guerra popular prolongada.

Após a tomada de Naspaki e Namele, um grupo encabeçado por Lázaro Nkavandame propôs ao Departamento de Defesa — DD — uma estratégia que consistia em concentrar todas as nossas forças de infantaria e artilharia contra a base inimiga de Mueda, com o objectivo de a tomar. Outros preconizavam o desencadeamento imediato de operações urbanas.

As propostas foram sucessivamente rejeitadas pelo Comando Militar da Província, pelo Departamento de Defesa e pelo Presidente da FRELIMO.

Era evidente que a concentração de numerosas forças durante um longo período de tempo, quer no cerco de Mueda quer na organização de acções urbanas, só teria como resultado fornecer ao inimigo a possibilidade de nos aniquilar.

O inimigo dispunha de um efectivo muito superior ao nosso, com uma grande mobilidade, resultante de meios modernos de guerra, gozando, numa confrontação frontal, de superioridade estratégica e táctica. Não havia, por outro lado, qualquer justificação para um ataque suicida contra Mueda. A nossa estratégia era destruir as bases fracas que rodeavam as grandes bases, enfraquecendo-as e, deste modo, tornando-as alvos susceptíveis de serem atacados, como aliás se veio a verificar.

O ataque urbano, as acções urbanas não modificariam a correlação de forças. Em contrapartida seriam extremamente dispendiosas em termos de quadros. A malha da repressão inimiga era muito mais apertada nas zonas urbanas, assim como era maior a possibilidade de corrupção dos quadros.

Na base da divergência entre as duas linhas acerca da estratégia militar estava o receio dos reaccionários guiados pelos colonialistas de que, em consequência da dinâmica da luta armada popular e do trabalho político dos combatentes no seio das massas, estas fossem adquirindo progressivamente consciência da sua situação de explorados e assumissem assim o significado profundo da libertação.

Este receio levava os novos exploradores a procurarem a todo o custo uma vitória rápida, vitória que em seu entender permitiria bloquear o processo de consciencialização das massas, permitiria travar o processo de transformação da luta em Revolução.

Para obter tal vitória, os novos exploradores não hesitavam em lançar o nosso Exército em acções suicidas.

A seguir à rejeição dos planos de ataque a Mueda e da luta urbana, os reaccionários desencadearam uma campanha contra o DD, que sucessivamente

foi acusado de incapacidade, cobardia e recusa de combater o inimigo; foi acusado de ser responsável pelos ataques e bombardeamentos inimigos contra as populações e as zonas libertadas. O DD foi, em particular, acusado de fazer política, mobilizar as massas, perder tempo com política. No auge desta acção, Nkavandame e o seu grupo lançaram uma nova manobra no seio do Povo, para que este cessasse de enviar comida às bases e de transportar material de guerra, afirmando que os soldados não combatiam e que eram responsáveis pelos ataques do inimigo. Tratava-se no conjunto de uma campanha deliberada com o objectivo de isolar o nosso Exército das massas, para mais facilmente o liquidar como força política.

Os novos exploradores odiavam as forças combatentes porque nelas se concentravam os elementos mais decididos e mais engajados em servir o Povo. Porque, tal como hoje, nelas se encontravam os que estavam dispostos a aceitar todos os sacrifícios, a superar todas as dificuldades; elas eram uma força poderosa na transformação da consciência das massas, a força mais consequente e mais determinante na luta pela defesa dos interesses populares. Foi no seio das FPLM que surgiram as primeiras interrogações sobre a legitimidade da acção dos novos exploradores. Foram elementos das FPLM que difundiram essas interrogações no seio do Povo. Interrogações que tinham um conteúdo profundo, consequências vitais: determinar objectivos finais da luta, definir o inimigo em termos de classe e traçar a estratégia e táctica do combate. Foi aos combatentes que as massas denunciaram com plena confiança as manobras dos reaccionários e a exploração de que eram vítimas.

Divergências na definição do inimigo

Os novos exploradores tentaram impor uma definição do inimigo baseada na cor da pele, que lhes

permitiria, sob a camuflagem da cor, esconder a sua natureza exploradora e inimiga. Queriam impor uma definição incorrecta do inimigo afirmando, quando se punha o problema de que a população das zonas libertadas estava sujeita a uma nova exploração, que não existiam exploradores pretos, que só o branco era explorador. Tentavam agitar as massas para que liquidassem os soldados brancos capturados. Classificavam o grau de militância e patriotismo em função do grau de pigmentação. Os verdadeiros militantes e patriotas eram os pretos. Todos os outros, independentemente da tarefa e da forma como a realizassem, eram considerados inimigos ou seus lacaios.

Estas eram posições de classe destinadas a confundir as massas na definição do inimigo, para manter o sistema de exploração.

A prática demonstrou-nos que os defensores destas posições eram os mesmos que exploravam o Povo, que se opunham às cooperativas, que desviavam fundos da comercialização para as suas contas bancárias.

Divergências quanto às estruturas

Imediatamente após o I Congresso, manifestou-se uma corrente reaccionária, ligada a elementos tribalistas com vocação feudal, que pretendeu impor um Conselho de Velhos (Baraza la Wazee) como órgão da FRELIMO e órgão superior ao Comité Central. Este pretenso órgão, antidemocrático, tinha como objectivo último salvaguardar as estruturas tribais e feudais de direcção e bloquear o processo de transformação. Com o desenvolvimento da luta, esta corrente encontrou os seus defensores mais activos no grupo dos chamados *chairmen*.

Tendo-se desmoronado as estruturas colonial-fascistas nas zonas de guerra e nas zonas sob o nosso controlo, os *chairmen* procuraram recriá-las. Para

manter uma estrutura de dominação e exploração, os *chairmen* alegavam a necessidade de preservar as nossas tradições espezinhadas pelo colonialismo e procuravam relançar as estruturas tribal-feudais.

Em Niassa, onde as estruturas feudais tinham sofrido menos a implantação administrativa colonial, os chefes feudais, como Mataca, M'tarica e Catur, pretendiam, pura e simplesmente, ampliar os seus domínios e reinar como senhores incontestados.

Para disporem de autênticos exércitos privados, os *chairmen* deturparam a natureza, o sentido e os objectivos das milícias, recrutando-as entre marginais que lhes eram fiéis, organizando assim forças repressivas contra o Povo. A estas forças chamaram «FRELIMO Youth League».

Em Fevereiro de 1968, numa manifestação de oposição frontal ao centralismo democrático e de negação aberta da unidade nacional, as forças reaccionárias insurgiram-se contra a ida do Presidente Eduardo Chivambo Mondlane a Cabo Delgado, alegando que este não pedira autorização prévia à província para efectuar a sua visita. Essa manifestação de oposição feudal ao centralismo democrático reflectia no fundo a oposição às concepções justas, à linha popular encabeçada por Eduardo Chivambo Mondlane.

Divergências quanto à emancipação da Mulher

Os novos exploradores opunham-se abertamente à nossa justa política de emancipação da Mulher. Eles rejeitavam a participação da Mulher na luta armada.

A campanha contra a emancipação da Mulher era uma expressão da mentalidade retrógrada dos novos exploradores. Caluniavam da maneira mais grosseira e baixa as mulheres que se integravam no Departamento de Defesa, arvoravam-se em defensores da moral para condenar as mulheres que participavam

na luta. Apoiando-se nas tradições mais reaccionárias, eles erguiam-se para defender as formas mais degradantes da opressão da Mulher: o casamento prematuro, a poligamia, o lobolo, a amantização mesmo com crianças.

Os reaccionários utilizaram as suas esposas para criar uma organização chamado LIFEMO. Esta organização, de que estavam excluídas as verdadeiras militantes, revelou-se um obstáculo à emancipação da Mulher, um meio para a manter afastada da participação activa na luta.

O conflito no campo da Educação

Também no sector da educação surgiu a confrontação entre as duas linhas.

Desde o início da sua existência, a FRELIMO desenvolveu um grande esforço no sentido de lançar e estender programas de educação. O desenvolvimento da luta e a reconstrução nacional colocavam à nossa Organização problemas que exigiam a contínua elevação do nível político, científico e técnico dos quadros, combatentes e massas.

Foi nesta perspectiva que se procedeu à criação de escolas primárias, e em Dar-es-Salaam surgiu o Instituto Moçambicano, como escola secundária.

A criação das escolas levantava a questão do tipo de ensino, do tipo de educação a transmitir aos alunos.

À nossa concepção revolucionária da educação, como instrumento de promoção das massas e da formação de servidores do Povo, opunha-se a concepção reaccionária dos novos exploradores.

Para estes a educação devia constituir um instrumento de promoção individual, um meio de criar uma elite de privilegiados destinada a dirigir as massas, que consideravam brutas e analfabetas.

Quando a nossa concepção revolucionária se começava a impor em todas as nossas escolas, os novos exploradores, utilizando um elemento infiltrado pela PIDE no Instituto Moçambicano, o padre Mateus Pinho Gwengere, instigaram os alunos contra a linha política da FRELIMO. Tirando proveito das insuficiências do nosso trabalho político, os reaccionários conseguiram que os estudantes recusassem ir para as bases militares e zonas libertadas durante as férias. Alegavam que o exército não era para pessoas instruídas como eles. Na realidade queriam impedir que os estudantes se identificassem com as massas. Manipulados, os estudantes lançaram-se no racismo, atacando os professores brancos que no Instituto lutavam pela aplicação da nossa linha correcta na educação.

Instigados pelos reaccionários, os estudantes, quer os do Instituto Moçambicano quer os grupos que se encontravam nos Estados Unidos e na Checoslováquia, entraram em rebelião aberta contra a FRELIMO, contra a linha popular da nossa educação.

Beneficiando de certa audiência que lhes era proporcionada pela sua situação no exterior, esses elementos desencadearam violentas campanhas de difamação e insultos contra as FPLM, a FRELIMO e os dirigentes revolucionários.

Constatando, no entanto, que nem a campanha exterior nem a acção interna dos reaccionários conseguia abalar a determinação das massas, ou deter o ímpeto da luta, os reaccionários e os seus aliados exteriores passaram a uma nova fase do seu ataque contra a FRELIMO. Desencadearam acções de violência contra os quadros e responsáveis da FRELIMO que defendiam concepções revolucionárias, e contra instalações da FRELIMO. Foi deste modo que, em 9 de Maio de 1968, o camarada Mateus Sansão Muthemba, membro do Comité Central da FRELIMO, foi mortalmente agredido no ataque reaccionário contra a sede provisória da FRELIMO.

O II Congresso, a batalha política por um conteúdo justo

Desenrolava-se ao mesmo tempo uma ampla campanha exigindo a realização imediata do II Congresso da FRELIMO, a fim de se designar uma nova Direcção.

O II Congresso estava marcado para fins de 1968 ou princípios de 1969. A Direcção da FRELIMO previa a organização de um amplo debate, que levasse a um aprofundamento da linha política e à definição de novas estruturas para as zonas libertadas.

Os reaccionários estavam conscientes de que os resultados do Congresso lhes seriam desfavoráveis. Opor-se ao Congresso era impossível; procuraram então desviá-lo dos seus objectivos e desnaturar o seu conteúdo.

Exigiram a realização imediata do Congresso, para impedir que os trabalhos preparatórios necessários fossem levados a cabo. As forças reaccionárias, gozando de alianças exteriores, conseguiram impor à Direcção da FRELIMO a realização do II Congresso antes da data prevista.

Obtida esta vitória, os reaccionários tentaram alcançar mais. Quiseram que o II Congresso se realizasse no exterior, alegando que isso permitiria um terreno neutro, longe de pressões.

Com o apoio da larga maioria dos quadros e das massas, a Direcção empreendeu com sucesso a batalha política para que o II Congresso tivesse nas zonas libertadas da nossa Pátria. Este teve lugar em Matchedje, na província do Niassa.

Uma terceira batalha foi travada, a da composição do Congresso. Os reaccionários pretendiam reduzir o Congresso a uma reunião de *chairmen*, arvorados em representantes e dirigentes das massas, e excluir do Congresso delegados das FPLM e os militantes designados pelas massas.

A exclusão dos militares, que, segundo os reaccionários, só deviam fazer guerra e não fazer política, visava impedir a participação no Congresso do sector que constituía a verdadeira vanguarda da FRELIMO, a garantia principal dos interesses populares.

A tarefa principal da FRELIMO nesse momento era a Luta Armada de Libertação Nacional. A preocupação essencial do nosso Povo era vencer a guerra imposta pelos colonialistas. Impedir a participação no Congresso dos elementos empenhados na tarefa principal era desvirtuar inteiramente o sentido do Congresso, esvaziá-lo de qualquer conteúdo útil. De novo as massas impuseram uma derrota aos reaccionários, exigindo a participação dos combatentes no Congresso.

Apressada e desesperadamente, os reaccionários, em vésperas do Congresso, tentaram sabotá-lo. Começaram por lançar uma campanha de boatos, insinuando que as FPLM se preparavam para assassinar os delegados. Utilizando o pretexto de perigo contra as suas vidas, o grupo dos *chairmen* recusou-se a participar no Congresso. Como eles constituíam o grosso da delegação de Cabo Delgado, onde se encontrava mais desenvolvido o processo da Luta Armada e da Reconstrução Nacional, os reaccionários esperavam com esta manobra impedir a realização do Congresso.

Tendo tido conhecimento da manobra, as forças revolucionárias organizaram a nova delegação da província, designada democraticamente e composta por quadros militantes que gozavam do apoio das massas.

O Congresso iniciou-se a 20 de Julho de 1968. Fracassada a manobra de boicotar o Congresso, só restava aos reaccionários a hipótese de impedirem a sua conclusão, mediante a liquidação física dos delegados. Entre os reaccionários e os colonialistas já se operava a junção. Foi assim que o exército colonial lançou um ataque aéreo contra o local onde decorria

o Congresso. Esse ataque não atingiu os objectivos, devido às medidas de segurança tomadas.

Os trabalhos do Congresso decorreram em conformidade com a agenda, encerrando com êxito na data prevista, a 25 de Julho de 1968.

As forças reaccionárias acabavam de sofrer três derrotas decisivas:

O Congresso tinha-se realizado.
O Congresso tinha-se realizado em Moçambique.
Os combatentes tinham participado no Congresso.

O triunfo das teses da Revolução Democrática Nacional

A participação de 170 delegados e observadores, vindos de todas as províncias do País, engajados nos mais diferentes sectores da nossa luta, a participação em especial daqueles que de armas na mão derrotavam o exército colonial, garantiu a representatividade do Congresso. Também permitiu o amplo debate democrático que conduziu ao aprofundamento da nossa linha, à criação de condições políticas para que os militares e as massas se demarcassem dos novos exploradores.

O II Congresso criou condições para a resolução correcta das contradições antagónicas existentes no seio da FRELIMO, entre os defensores dos interesses das largas massas laboriosas e aqueles que apenas procuravam expulsar o colonialismo português para se substituir a ele como força exploradora.

O II Congresso traçou orientações para o sucesso da luta armada e para a materialização dos objectivos da Revolução Democrática Nacional: o fim da dominação colonial estrangeira, a liquidação das estruturas de opressão feudais e fascistas e a extensão a todo o País das liberdades democráticas.

O II Congresso constituiu alavanca poderosa para o avanço vitorioso dos combatentes e das massas que, sob a direcção da FRELIMO, iniciaram nas

zonas libertadas o processo de transformação da luta armada em Guerra Popular Revolucionária.

O II Congresso aprovou a tese da Guerra Popular Prolongada.

Guerra popular pelo seu conteúdo, métodos e objectivos. Guerra das classes exploradas para derrubar o sistema de exploração. Guerra fundada na larga mobilização e participação das amplas camadas populares. Guerra em que o Povo constitui a força principal, a força que finalmente derruba o inimigo. Guerra em que se integram e se fundem a luta política e a luta ideológica.

Guerra prolongada, enquanto estratégia destinada a inverter a nosso favor a correlação de forças. Guerra no decurso da qual aprofundamos a nossa linha política, apreendemos duma maneira cada vez mais clara a natureza exploradora e criminosa do inimigo e mais resolutamente nos demarcamos dele.

No II Congresso foi aprovada a tese política de clemência em relação aos prisioneiros de guerra, tese fundamental, que na prática ilustrava e aprofundava a definição correcta do inimigo. Ao definir o inimigo pela sua atitude em relação às massas, ao repudiar a definição do inimigo em termos de cor, o II Congresso forneceu ao Povo o critério seguro para, em todas as circunstâncias, identificar o inimigo, desmascarar e combater a natureza exploradora e criminosa das forças antipopulares.

O II Congresso aprovou a tese fundamental do estabelecimento do Poder Popular. Para consolidar e estender as regiões libertadas, para promover o progresso económico e social das massas e transformar as bases sociais da sociedade, para criar as condições favoráveis ao desenvolvimento vitorioso do combate revolucionário de libertação, impunha-se um novo tipo de Poder. Um Poder que pela sua natureza, método e objectivos respondesse às profundas aspirações de transformação, justificasse os grandes sacrifícios consentidos. Um Poder que permitisse ao Povo viver as suas conquistas no quotidiano.

O II Congresso aprovou as teses sobre a política exterior da FRELIMO, que situaram a nossa luta como parte integrante do combate geral dos Povos pela construção duma sociedade livre da exploração do homem pelo homem. O Congresso definiu o colonialismo e o sistema imperialista como nosso inimigo. Saudou os países africanos que apoiavam a nossa luta, nomeadamente os que constituíam a nossa retaguarda segura, e igualmente saudou os países socialistas pelo cumprimento do seu dever internacionalista. Reafirmou o internacionalismo da FRELIMO exprimindo a nossa solidariedade para com a luta dos outros Povos.

O combate pela aplicação das teses do II Congresso

O II Congresso, ao concluir os seus trabalhos, elegeu a nova Direcção da FRELIMO. O camarada Eduardo Chivambo Mondlane, que encabeçava a defesa das teses revolucionárias, foi reeleito Presidente da FRELIMO. Foram igualmente eleitos outros camaradas revolucionários. A entrada no Comité Central de novos membros, forjados e temperados no processo da realização da tarefa principal, constituiu um reforço decisivo para as forças revolucionárias. A presença destes quadros tornou dominantes no seio da Direcção as preocupações das massas e da luta. A tentativa de derrubar os representantes da linha revolucionária fracassara. A linha e os seus representantes saíram reforçados do II Congresso.

Todavia, continuaram na Direcção elementos reaccionários. Esse facto resultou da preocupação das forças revolucionárias de não abrir, naquela fase, brechas na Organização que facilitassem a acção do inimigo.

Rejeitando a política da unidade, os reaccionários derrotados no II Congresso empreenderam a luta aberta contra a Organização, coligados com os colonialistas portugueses.

Servindo-se dos reaccionários, o colonialismo infiltrou agentes nas nossas fileiras, para promover indisciplina e deserções, semear a divisão, utilizando o tribalismo, o regionalismo, o racismo e as diferenças religiosas. Os reaccionários organizaram campanhas de desmobilização e desagregação. Organizaram redes para acolher e evacuar desertores das nossas fileiras, que iam depois às bases inimigas para guiar a tropa que massacrava o nosso Povo. Sob a cobertura de práticas religiosas, os reaccionários montaram redes de espionagem e subversão nas zonas libertadas, em colaboração com a PIDE/ /DGS.

Toda esta acção dos reaccionários estava intimamente ligada à intensificação das operações militares colonialistas contra as nossas zonas. O inimigo desencadeou uma vasta ofensiva criminosa, ao mesmo tempo que os seus aviões lançavam panfletos e a rádio difundia programas, comparando a chamada triste sorte das massas e combatentes com a vida dos dirigentes, pretensamente feita de fausto e luxo, de prazeres e viagens.

Ao mesmo tempo que o inimigo intensificava as suas acções criminosas, os reaccionários organizaram o encerramento da fronteira de Cabo Delgado. Utilizando grupos de bandidos e marginais que compunham a chamada «FRELIMO Youth League» dos *chairmen*, os reaccionários violaram a soberania tanzaniana, ocuparam a margem tanzaniana do Rovuma, para bloquear a entrada de reforços e abastecimentos, sobretudo armas, munições e medicamentos, e para impedir a saída de pessoas de Moçambique, incluindo doentes e feridos.

A Direcção da FRELIMO, em colaboração com o Comité Central da TANU, organizou uma reunião em Mtwara, à qual os reaccionários foram chamados

a participar. Na reunião, os reaccionários, que se recusavam a reconhecer os resultados do II Congresso e a eleição do Presidente Eduardo Mondlane, declararam que desligavam a província de Cabo Delgado do resto do País. Os colonialistas tinham prometido secretamente a Lázaro Nkavandame e ao seu grupo que concederiam a independência a Cabo Delgado e lhe garantiriam o Poder, se ele conseguisse neutralizar a FRELIMO. A reunião de Mtwara mostrou que já não existia qualquer plataforma possível de unidade entre as forças revolucionárias e os reaccionários. Estes afirmavam-se abertamente como inimigos do Povo, inimigos da unidade nacional, inimigos da libertação.

A colaboração aberta dos reaccionários com o inimigo

No quadro de uma larga conspiração, em 22 de Dezembro de 1968, poucos dias após a reunião de Mtwara, os reaccionários assassinaram, na margem tanzaniana do Rovuma, o camarada Paulo Samuel Kankhomba, membro do Estado-Maior das FPLM, chefe-adjunto das operações.

A 3 de Janeiro de 1969, o Comité Executivo da FRELIMO demitiu Lázaro Nkavandame de secretário provincial de Cabo Delgado. Outros elementos reaccionários foram suspensos das suas funções. No Comité Executivo os reaccionários tentaram opor-se à demissão do criminoso e à proposta da sua expulsão pelo Comité Central.

Na sequência da reunião do Comité Executivo, o Comité Central foi convocado para analisar o comportamento dos reaccionários e criminosos, quer do grupo de Nkavandame, que se desmascarara completamente com o assassínio do camarada Paulo Samuel Kankhomba, quer de outros que, camuflados, subsistiam entre nós.

As nossas forças, que, apesar das dificuldades deliberadamente provocadas pelos reaccionários, ti-

nham resistido ao embate dos ataques inimigos, desencadearam, entretanto, numerosas ofensivas e estenderam a luta nas frentes de Cabo Delgado, Niassa e Tete. A luta em Tete ameaçava neutralizar os planos colonialistas de conter a guerra em zonas de menor incidência económica, e, sobretudo, punha em perigo o esquema Cahora Bassa.

A FRELIMO fortalecera-se na crise provocada pela conspiração reaccionária e colonialista. A luta estendera-se, a unidade nacional e organizacional consolidara-se em torno das resoluções do II Congresso, novas forças tinham sido ganhas para a causa de luta pela Independência, para a causa da Revolução Democrática Nacional.

Desesperados, os colonialistas conceberam um novo plano criminoso para liquidar a FRELIMO como força revolucionária. Planearam e organizaram o assassínio do Presidente Eduardo Chivambo Mondlane.

O plano foi arquitectado pela PIDE, que, através de uma rede que incluía reaccionários infiltrados nas nossas fileiras, como Mateus Gwengere, Silvério Nungo e outros, fez chegar às mãos do Presidente Eduardo Mondlane um livro contendo um engenho explosivo. O crime consumou-se no dia 3 de Fevereiro de 1969.

Foram também preparados atentados contra outros dirigentes revolucionários da nossa Organização. Ao mesmo tempo, para encobrir a cumplicidade de Uria Simango no crime, os reaccionários simularam um atentado contra ele, fazendo aparecer um livro armadilhado que pretensamente lhe era destinado.

Logo após os funerais do camarada Eduardo Mondlane, Uria Simango convocou uma reunião do Comité Executivo e usando de manobras fez-se declarar Presidente interino.

III Sessão do Comité Central: A vitória da linha justa

A eliminação de Eduardo Chivambo Mondlane fornecia ao inimigo uma alternativa na Direcção, que lhe era extremamente favorável. Se conseguisse a eliminação física doutros dirigentes revolucionários, como planeara, isso consolidaria as tendências favoráveis à reacção no seio da FRELIMO; se todavia fracassasse na eliminação física, a simples presença de Simango como Presidente desencorajaria progressivamente os revolucionários, levá-los-ia a marginalizarem-se da Organização, ou mesmo a abandoná-la.

Uria Simango, elemento devorado pela ambição e de grande cobardia moral e física, era para o inimigo um recruta de grande importância.

O assassínio de Eduardo Chivambo Mondlane e a sua substituição por Uria Simango constituiriam uma vitória para o inimigo, que esperava conseguir que as resoluções do II Congresso não fossem aplicadas e que se neutralizasse o conteúdo revolucionário da luta.

Foi neste contexto que a 11 de Abril de 1969, no Centro de Preparação Político-Militar de Nachingwea, se reuniu a III Sessão do Comité Central.

Após um estudo profundo, a III Sessão do Comité Central situou o assassínio de Mondlane como resultado de um antagonismo entre duas linhas políticas no nosso seio. Analisou as duas linhas, o seu conteúdo, as suas contradições, as causas do seu aparecimento, o seu significado e implicações reais para o futuro da luta, para o futuro do nosso Povo.

As conclusões da III Sessão têm um grande significado histórico. Elas situaram as contradições que vivíamos, consagraram as teses que levaram ao seu termo a Revolução Democrática Popular. Identificaram claramente a natureza de classe do conflito que nos opunha aos reaccionários. Precisaram o conteúdo e os objectivos de classe da nossa luta. Rejeitaram e condenaram a linha reaccionária, que

conduziria à instalação dos novos exploradores como classe dominante, em substituição dos colonialistas.

A III Sessão tomou medidas de purificação e reorganização, de maneira a preservar o triunfo da linha revolucionária. Neste contexto foram expulsos vários elementos das fileiras da Organização, outros foram expulsos do Comité Central. Foi constituído um Conselho da Presidência que, pela sua composição, garantia a neutralização do reaccionária Uria Simango e assegurava a aplicação das directrizes revolucionárias do II Congresso e da III Sessão do Comité Central.

Condenados e rejeitados pelas massas, alguns dos reaccionários, como Lázaro Nkavandame, juntaram-se abertamente aos colonialistas, para com eles participarem no massacre do Povo. Deixam no entanto intacta a sua rede. Os membros desta foram desmascarados na III Sessão do Comité Central. Miguel Murrupa desertou e juntou-se aos colonialistas. Outros, como Uria Simango, fugiram e desencadearam campanhas caluniosas contra o Povo e a sua luta.

Edificando a vitória militar

No período que se seguiu ao II Congresso, e particularmente após o assassínio do Presidente Mondlane, os colonialistas esperavam que a acção dos seus agentes no nosso seio neutralizasse a capacidade revolucionária da FRELIMO. Esperavam ainda que a consolidação de Uria Simango no Poder conduzisse à desmobilização das massas e combatentes, desorganizasse a FRELIMO, levando à sua liquidação política e militar.

Ao expulsar das fileiras da organização os reaccionários, a direcção da FRELIMO frustou os planos do inimigo. A III e IV Sessões do Comité Central e o apoio maciço dos combatentes e Povo aos resul-

tados alcançados liquidaram definitivamente as possibilidades de controlo da FRELIMO por parte dos colonialistas e dos seus agentes.

Ao inimigo restava apenas a alternativa militar para travar a nossa luta. Esta solução estava estreitamente ligada ao conhecimento de que preparávamos a ofensiva de Tete, zona para a qual existiam importantes planos de dominação imperialista do nosso País. A extensão da Guerra Popular a sul do rio Zambeze punha em causa o plano imperialista de utilizar a albufeira de Cahora Bassa para conter a luta armada e instalar nessa região um milhão de colonos. O inimigo reorganizou o comando, planificou uma nova estratégia, montou uma poderosa máquina de guerra e iniciou o processo conducente à operação «Nó Górdio».

A Direcção da FRELIMO analisou a situação. Constatou que a nossa situação política era excelente, constatou que, em consequência da linha revolucionária, aumentara o apoio das largas massas à causa patriótica. A Direcção verificou que os nosso quadros e combatentes estavam resolutos, possuíam uma alta consciência política.

Em Maio de 1970 os colonialistas desancadearam a operação «Nó Górdio», concentrando o esforço principal na província de Cabo Delgado, lançando para a acção criminosa toda a gigantesca máquina militar que tinham montado.

A nossa Direcção analisou a intenção do inimigo, concluiu que o inimigo empreendia uma guerra de invasão e reconquista das zonas libertadas. Sendo o Povo a nossa força principal, fizemos uma grande campanha de mobilização e organização das massas, para elas assumirem o sentido da batalha que se desenrolava e a defesa das conquistas patrióticas e populares. A todos demos tarefas, libertámos a iniciativa criadora do Povo, que valorizou as experiências das guerras de resistência e da Luta de Libertação, combinando as armas tradicionais com as modernas. Protegemos a produção que o inimigo

queria destruir. As bombas não nos deixavam cultivar de dia; cultivámos à noite. Multiplicámos as pequenas machambas, dispersando e aumentando os alvos.

De Maio a Agosto foram permanentes as operações. Dia e noite, em toda a parte, o inimigo era devorado pela força imensa do Povo organizado, sofria baixas constantes, o seu moral desagregava-se. Assim, foi completamente derrotada a criminosa operação «Nó Górdio», a maior acção da guerra colonial portuguesa.

Ainda durante a operação «Nó Górdio» concentrámos o esforço principal na extensão da luta a sul do rio Zambeze, para envolver o complexo de Cahora Bassa e penetrar na então província de Manica e Sofala.

A FRELIMO transformou a operação «Nó Górdio» numa grande vitória estratégica. Vitória decisiva que modificou radicalmente a favor do Povo moçambicano a correlação de forças, vitória que conduziu à derrota e desagregação do exército colonial português. A partir de «Nó Górdio», o inimigo tornou-se incapaz de desencadear ofensivas de envergadura significativa e os aliados racistas e imperialistas de Portugal, convencidos da derrota inevitável, iniciaram a busca de alternativas. A partir de «Nó Górdio», a nossa luta estendeu-se inexoravelmente. «Nó Górdio» conduziu ao colapso e ao fim do exército colonial, como força combativa, atingiu profundamente o seu moral combativo. A vitória sobre «Nó Górdio» criou em todo o nosso Povo e combatentes a certeza de que seríamos capazes de resistir e aniquilar qualquer agressão inimiga.

A partir de «Nó Górdio» o exército colonial embrenhou-se na via do crime mais abjecto, na via dos campos de concentração, na via dos massacres mais infames e abomináveis, que para sempre ficarão como estigma do exército inimigo. A derrota e a impotência de «Nó Górdio» conduziram a Mucumbura, João, Chawola, Wiriamu, Inhaminga.

Nos sofrimentos vividos pelos soldados e oficiais portugueses, no luto e mutilações causados por «Nó Górdio» e a partir de «Nó Górdio» se encontram muitas das sementes que, germinando, provocaram o golpe de Estado de 25 de Abril de 1974 em Portugal.

A vitória da produção

A derrota infligida ao exército português na operação «Nó Górdio» foi possível pelas condições favoráveis criadas pela III Sessão do Comité Central, seguida em Maio de 1970 pela IV Sessão. Elas permitiram o desenvolvimento impetuoso do combate libertador e a sua transformação qualitativa.

As massas populares apreenderam e assumiram a linha política, transformando-a assim numa imensa força material que revolucionariza a prática quotidiana.

Libertadas das sabotagens e manobras dos novos exploradores, as formas de ajuda mútua na produção e as cooperativas de produção e comércio impuseram-se como dominantes e em muitas regiões como a única forma social de actividade económica. O aumento da produção tornou-se uma constante.

A concepção da produção e do seu papel foi profundamente modificada. Ela deixou de ser vista apenas como uma necessidade para a sobrevivência, sendo concebida como o instrumento decisivo de transformação da sociedade, das bases materiais duma vida melhor. Ela foi também assumida como uma fonte fundamental para o enriquecimento do pensamento e para a sua transformação.

Na sequência da IV Sessão do Comité Central, as FPLM desencadearam o processo de integração da produção na formação do Homem, desencadearam a batalha pela utilização das leis da natureza em proveito do Homem e da Sociedade.

Assim, o Centro de Preparação Político-Militar de Nachingwea tornou-se um centro de transformação, de experiências científicas, e difusão da nova ciência. Assim nasceu a experiência da fabricação de sabão e de irrigação no centro educacional de Tunduru. Assim nasceu e se difundiu a experiência da criação de animais domésticos em Cabo Delgado. Assim se multiplicaram hortas e pomares nas zonas libertadas. Para apoio às instituições sociais e ao exército, multiplicaram-se nas zonas libertadas os campos colectivos. Desenvolveram-se as cooperativas primárias de produção, generalizou-se a ajuda mútua nas machambas individuais.

Os próprios mutilados tornaram-se úteis e, de acordo com as suas possibilidades, integraram-se na produção social.

A guerra química e os ataques de aviação não conseguiram bloquear o desenvolvimento económico. Zonas houve onde heroicamente as populações cultivavam à noite, para evitar as bombas inimigas. O Povo, organizado em milícias, defendeu e fez triunfar a produção. Muitos soldados colonialistas morreram, miserável e ingloriamente, quando tentavam pilhar manchambas.

Para a produção do sal, para a pesca e secagem do peixe, para a confecção de utensílios agrícolas e domésticos, para o fabrico e reparação de armas, criaram-se numerosas cooperativas nas zonas libertadas.

Surgiram assim excedentes de produção que, exportados, nos forneciam os meios para adquirir numerosos artigos de que carecíamos nas zonas libertadas. As zonas libertadas de Cabo Delgado exportavam, no fim da guerra, perto de um milhar e meio de toneladas de diversos produtos. Mais não exportavam devido às dificuldades de transporte. Um milhão e quinhentos mil quilos de produtos significa cem mil pessoas, cada uma transportando à cabeça quinze quilos de produtos. Quinze quilos sob as bombas, numa marcha de oito, dez dias.

A vitória da batalha da produção indica-nos a via que hoje temos a seguir ao edificarmos as bases materiais para a passagem ao socialismo.

Formando o Homem Novo

A II Conferência do Departamento de Educação e Cultura, em Setembro de 1970, iniciou o processo de politização e colectivização dos métodos de trabalho. Ela conduziu à definição mais precisa da nossa linha política no campo da educação e cultura.

Ela tornou clara a missão do professor e a tarefa do aluno, a quem cada um serve, e como devem proceder. Ela forneceu um critério de classe para a concepção e conteúdo dos programas de ensino, introduziu os métodos do materialismo dialéctico no estudo da ciência, destacou o papel fundamental da prática da luta de classes, da prática da investigação científica e da prática da produção, no processo do ensino.

Os resultados da II Conferência do DEC foram imediatos e essenciais no contexto da formação de quadros técnicos revolucionários. Os resultados da II Conferência do DEC materializaram-se na abertura de numerosos centros de ensino nas zonas libertadas, que, no final da guerra, eram já frequentados por cerca de trinta mil crianças. Centenas de professores foram formados e reciclados, elevando os seus conhecimentos políticos, técnicos e científicos. Iniciaram-se campanhas de alfabetização nas zonas libertadas e nos centros militares, que beneficiaram muitos milhares de compatriotas, até então condenados ao analfabetismo. A escola secundária, reorganizada em moldes revolucionários, forneceu ao nosso Povo quadros politicamente seguros e tecnicamente competentes. No fim da guerra, ela dispunha já de perto de meio milhar de alunos, da 5.ª à 9.ª classe. Mais de uma centena de jovens moçambicanos foi enviada para países socialistas a

fim de frequentar cursos médios e superiores. Com orgulho, a FRELIMO pode afirmar que em pleno período de guerra, apesar das dificuldades militares, apesar das carências das zonas libertadas, preparou mais moçambicanos que os colonialistas em quinhentos anos.

Os resultados da II Conferência do DEC, enriquecidos por numerosas outras reuniões de análise e síntese de trabalho, constituem ainda hoje a linha orientadora do nosso ensino, um instrumento extremamente rico para a presente batalha da educação e cultura.

Servir o Povo na frente da Saúde

Em Novembro de 1971, no Hospital Central Américo Boavida, teve lugar a abertura do I Curso de Formação de Pessoal de Enfermagem.

Nessa sessão, a Direcção da FRELIMO definiu as linhas de orientação da saúde, a linha de edificação dos serviços sanitários e de formação do pessoal de saúde. Partindo do princípio justo de que em toda a batalha o factor decisivo é o Homem, definiu a prioridade da política sobre a técnica, a prioridade do factor consciência sobre as condições materiais.

Concebemos a luta na frente da saúde como uma luta de massa, uma luta em que é necessário ganhar o Povo para as ideias e práticas justas.

A tarefa principal na frente da saúde é fornecer às massas o conhecimento científico indispensável para a compreensão e combate às causas da doença. Os trabalhadores da saúde devem ser sobretudo mobilizadores, organizadores e orientadores do Povo na prática da higiene e da prevenção da doença. O nosso hospital deve ser também um centro difusor de ideias correctas sobre a higiene e a saúde.

A batalha da saúde encontrou a oposição mais cerrada e decidida do inimigo. Este infiltrou agentes para desorganizar hospitais. Atacou e bombardeou hospitais, assassinou enfermeiros, socorristas e doentes.

Apesar disso, guiados pela nossa linha popular e revolucionária, edificámos uma rede de assistência sanitária às massas que superou os resultados obtidos pelos serviços do inimigo. Centenas de milhar de pessoas foram vacinadas, foram difundidos hábitos de higiene, melhorados hábitos alimentares, dezenas e dezenas de milhar de pessoas foram assistidas e salvas.

A I Conferência dos Serviços de Saúde, que teve lugar em 1973 na sequência da V Sessão do Comité Central, impulsionou a nossa acção, enriqueceu a nossa linha. Dispomos hoje de orientações seguras que permitem materializar na Saúde o princípio de que a Revolução liberta o Povo.

A batalha da Informação

A nossa força principal é o Povo. Para que o Povo assuma as suas responsabilidades históricas, para que seja capaz de superar as dificuldades, aplicar as orientações, realizar as tarefas, é fundamental que compreenda a situação. Levar os combatentes e massa a assumirem a grandeza da luta e do País, as exigências para o desenvolvimento da luta, requeria uma informação correcta.

A arma da informação é uma das nossas armas mais poderosas: ela penetra nas zonas que as nossas forças físicas ainda não atingiram, ela mobiliza ali, onde ainda não temos capacidade organizativa.

Criámos numerosas publicações periódicas: *A Voz da Revolução* e *Mozambique Revolution*, órgãos do Comité Central; *25 de Setembro*, órgão das Forças Populares de Libertação de Moçambique; *Rasgando as Trevas*, órgão do Departamento de Educação e Cultura.

Após a IV, e sobretudo após a V Sessão do Comité Central, surgiram também numerosas publicações nas províncias, tais como *3 de Fevereiro*, em Tete, *Os Heróicos*, em Cabo Delgado, e *A Luta Continua*, em Niassa.

Beneficiando das facilidades postas à nossa disposição pelas Rádio Tanzânia, Rádio Zâmbia e Rádio Cairo fizemos emissões diárias em diversas línguas, que permitiram uma informação correcta ao nosso Povo.

A nossa informação eram os homens conscientes que, organizados e dedicados à causa revolucionária, com meios modestos e superando dificuldades, desmascaravam o inimigo e mobilizavam o Povo.

Nas zonas ocupadas pelo inimigo, as redes e grupos clandestinos de patriotas, em condições difíceis e heróicas, reproduziam e difundiam artigos, programas e documentos da nossa imprensa e rádio.

A partir da IV Sessão, para elevar o nível teórico e garantir a difusão das principais orientações, foi lançada a edição *Estudos e Orientações*.

Contra a nossa Informação o inimigo organizou uma tremenda máquina de intoxicação. Aumentou a potência do Rádio Clube, criou a chamada «Voz de Moçambique» e a rede de emissores regionais, instalou postos de interferência contra as nossas emissões, organizou dezenas de horas diárias em línguas ditas nativas, que até então desprezavam. Imprimiu dezenas de milhões de panfletos e fez milhares de horas de voo para os espalhar. Aviões com altifalantes fizeram milhares de voos nocturnos para propaganda.

A intoxicação colonialista fracassou. Triunfou a nossa informação porque correspondia à verdade, porque difundia ideias justas, porque sabia apresentar igualmente os sucessos e fracassos. Todos podiam tirar lições das experiências e encontrar as vias para reforçar os pontos fortes e liquidar os pontos fracos.

Frente internacional

A FRELIMO deu sempre grande importância à frente internacional no combate de libertação do nosso Povo.

O regime colonial-fascista impusera uma cortina de silêncio sobre a nossa Pátria e a nossa luta. Beneficiando da sua rede diplomática, dos meios de propaganda, da cumplicidade e apoio das grandes empresas monopolistas e dos círculos imperialistas, os colonialistas dispunham de condições excelentes para fazerem valer as suas posições junto à opinião internacional.

Para vencer o inimigo na esfera internacional era necessária a definição da estratégia correcta. Saber a quem nos devíamos dirigir para nos apoiar, quem devíamos combater, que objectivos a atingir.

Desde o início a FRELIMO pôde contar com o apoio da quase totalidade dos africanos. A Tanzânia e, após a sua independência, a Zâmbia constituíram a retaguarda segura da nossa luta. Estes países irmãos aceitaram enormes sacrifícios humanos e materiais para apoiarem a nossa luta; e foi esse apoio que, em larga medida, permitiu o desenvolvimento rápido do nosso combate libertador. A sua solidariedade militante fez deles objecto do ódio dos colonialistas e imperialistas. Muitos tanzanianos e zambianos foram assassinados por bombardeamentos e minas do inimigo. Nunca o nosso povo esquecerá o apoio fundamental da Tanzânia e da Zâmbia para a nossa vitória.

Muitos outros países africanos, individualmente ou no quadro da Organização da Unidade Africana, nos manifestaram também nos momentos difíceis do início da guerra a sua solidariedade activa.

Os países socialistas expressaram de uma maneira consequente o seu internacionalismo revolucionário, contribuindo, pelo apoio político, material e diplomático, para o progresso da nossa luta. Outros Estados, bem como as forças democráticas no seio

dos países capitalistas e as organizações humanitárias, apoiaram também a nossa luta.

O nosso combate na frente internacional tinha por objectivo bloquear os apoios militares, económicos e diplomáticos que permitiam ao colonialismo prosseguir e alastrar a sua guerra. Igualmente, a nossa batalha visava obter um aumento do apoio à luta de libertação.

A III e IV Sessões do Comité Central e o consequente desenvolvimento da guerra de libertação criaram condições extremamente favoráveis para grandes ofensivas no plano internacional.

Numerosas delegações estrangeiras, numerosos jornalistas e cineastas estrangeiros foram convidados a visitar as nossas zonas. Explicando as realidades encontradas, contribuíram para que a opinião mundial tivesse uma informação correcta sobre a situação real da nossa luta e os seus sucessos.

Em Junho de 1970, a FRELIMO, o MPLA e o PAIGC, com o apoio do Conselho Mundial da Paz e da Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos, organizaram em Roma uma Conferência Internacional de apoio à luta dos nossos Povos. Esta Conferência, realizando-se na capital dum país membro da OTAN, com uma larga participação e representatividade, teve um efeito mobilizador profundo e duradoiro na opinião internacional, especialmente da Europa ocidental.

O seu efeito foi acrescido pelo encontro que, logo após a sua conclusão, teve lugar entre o Papa Paulo VI e os dirigentes da FRELIMO, MPLA e PAIGC.

No plano africano, com a Tanzânia, a Zâmbia, a Guiné, o Congo e a República da Somália, estabelecemos firmes relações de solidariedade fraternal e ajuda mútua. Igualmente neste período as nossas relações bilaterais se estenderam e consolidaram com numerosos outros países africanos.

Entre a FRELIMO e os Partidos dirigentes da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, República Popular da China, República Democrática Alemã, República Popular da Bulgária, República Socialista da Roménia, República Democrática da Coreia, República Democrática do Vietname e República Socialista Federativa da Jugoslávia estabeleceram-se relações fecundas e fraternais.

O conjunto dos países africanos, a Organização da Unidade Africana, o Comité de Libertação da OUA e o grupo africano na ONU desenvolveram progressivamente o apoio político, moral, diplomático e material à nossa causa.

No nosso combate participaram activamente o conjunto dos países não alinhados e dos países afro-asiáticos.

Nesta acção distinguiram-se os Governos e o conjunto das forças democráticas da Suécia, Noruega, Finlândia e Holanda.

De importância particular, pelo seu significado político, foi a acção das forças democráticas portuguesas na tomada de consciência anticolonial das largas massas de trabalhadores e jovens portugueses. O movimento dos desertores e refractários chegou a atingir a quarta parte dos efectivos a serem mobilizados anualmente pelo exército colonialista. A partir de 1970, as forças democráticas portuguesas, no âmbito da estratégia da sua luta contra o fascismo, definiram a máquina de guerra colonial como alvo das suas acções armadas. Neste quadro se distinguiu a Acção Revolucionária Armada — ARA, e, mais tarde, as Brigadas Revolucionárias.

Junto das organizações internacionais a batalha política diplomática obteve numerosos sucessos. É de salientar a decisão da Organização das Nações Unidas em reconhecer a FRELIMO como único representante do nosso Povo e conceder-nos o estatuto de observadores. As organizações especializadas das Nações Unidas agiram de igual modo. Em Novembro de 1972, unanimemente, o Conselho de Segurança, pela sua Resolução 322 (1972), condenou a agressão colonial contra o nosso Povo e exigiu que

Portugal iniciasse negociações na base do reconhecimento do nosso direito à autodeterminação e à independência imediata.

As organizações internacionais democráticas de massas, como a Organização de Solidariedade dos Povos Afro-Asiáticos (OSPAA), o Conselho Mundial da Paz, a Tricontinental, a Federação Mundial da Juventude Democrática (FMJD), o Movimento Pan-Africano da Juventude (MPJ), a União Internacional dos Estudantes (UIE), a Federação Democrática Internacional das Mulheres (FDIM), a Federação Sindical Mundial (FSM) c muitas outras, os comités de solidariedade que se constituíram em apoio à nossa luta, especialmente na Itália, na Holanda, Grã-Bretanha, Suécia, Finlândia, Estados Unidos, Canadá e numerosos outros países, foram instrumentos poderosos na mobilização da opinião internacional e na organização do apoio político, moral e material à nossa luta. Eles conduziram ao isolamento crescente do regime colonial-fascista, de que um exemplo significativo foi o fracasso da vista de Marcelo Caetano a Londres.

Armada de uma linha e estratégia correctas, a FRELIMO soube unir em torno da causa do nosso Povo o mais amplo leque das forças democráticas, isolando totalmente os colonialistas portugueses.

O Poder Popular nas zonas libertadas

A característica essencial das zonas libertadas é a destruição das estruturas de dominação e opressão do Povo e a edificação de novas formas de Poder servindo o interesse das massas.

Depois do desmoronamento total da dominação colonial-fascista nas nossas zonas, permaneciam as estruturas feudais como forma principal de opressão do Povo. Igualmente, surgia o perigo de que a classe dos novos exploradores impusesse o seu poder.

Através dos régulos e dos *chairmen* este perigo materializava-se.

A luta de classes, que se intensificou entre 1968 e 1970, conduziu ao derrubamento dos régulos e dos *chairmen*. As estruturas da FRELIMO, e, nomeadamente, as FPLM, assumiram na prática a tarefa de dirigir e organizar também a vida económica, social e administrativa das nossas zonas. Elas mobilizaram o Povo para que este resolvesse as situações enfrentadas. Efectuavam-se regularmente reuniões populares onde se discutiam os diferentes problemas e se determinava a via justa para os resolver. As massas aprendiam a basear-se nas próprias forças, libertando assim a sua imensa energia criadora. Aprendiam a trocar e a sintetizar experiências, a analisar situações, a tomar consciência dos seus interesses. Desta maneira resolviam os problemas, dirigiam eles próprios a sua vida. Na prática assumiam o seu papel histórico, aprendiam a exercer o Poder.

Principalmente a partir da vitória alcançada sobre a ofensiva colonialista «Nó Górdio», em todos os escalões foram criados órgãos que, sob a direcção dos comissários políticos, apoiavam e orientavam os representantes designados pelas massas na direcção da vida administrativa, económica e social das nossas zonas, institucionalizando o Poder Popular.

As nossas zonas tornaram-se efectivamente zonas libertadas da maneira de viver do colonialista. O Poder pertencia e era exercido pela larga maioria contra o punhado ínfimo de reaccionários e os valores decadentes da burguesia colonial e do feudalismo.

Foi esse Poder o instrumento para a liquidação da exploração do homem pelo homem nas zonas libertadas. Colectivizou as machambas e plantações de cajueiros abandonadas. Pôs termo ao emprego do trabalho assalariado nas machambas e plantações privadas. Generalizou ajuda mútua na produção e desenvolveu as machambas colectivas para

apoio às instituições sociais e às FPLM. Organizou o comércio inteiramente dependente do Departamento de Produção e Comércio da FRELIMO. Igualmente procedeu à reforma do ensino e ao seu desenvolvimento e à estruturação dos serviços de saúde.

A ofensiva generalizada em todas as frentes

Foi neste contexto de vitórias crescentes em todos os campos que em Dezembro de 1972 se reuniu a V Sessão do Comité Central.

A Sessão fora precedida em Julho do mesmo ano por uma Conferência do Departamento de Defesa, que procedera a uma análise exaustiva da situação e estudara as condições para o desenvolvimento ideológico, político e militar do nosso combate.

A V Sessão examinou sobretudo o desenvolvimento da luta e as suas transformações qualitativas.

O conteúdo e a prática de classe do nosso combate permitiram à Luta de Libertação Nacional desenvolver a Revolução Democrática Nacional e construir as bases para a passagem à fase da Revolução Democrática Popular.

Nas zonas libertadas fora destruído o Estado colonial, tinham sido eliminadas as estruturas da dominação feudal. Levara-se a cabo a liquidação política e social da classe dos novos exploradores: a forma social dominante de produção era colectiva. As estruturas da FRELIMO que exerciam as funções de direcção política assumiam cumulativamente as funções estatais e administrativas. Os órgãos político-militares, compostos de militantes de origem trabalhadora, guiados pela linha política científica dos trabalhadores, afirmavam-se como embriões do aparelho estatal e do Partido de vanguarda.

Nas zonas ocupadas pelo inimigo, novas forças eram continuamente ganhas para a causa patriótica e democrática; no seio da própria pequena burguesia, que o colonialismo desesperadamente tentava promover, verificava-se uma forte atitude de rejeições da dominação estrangeira.

Internacionalmente, o colonialismo encontrava-se em situação de grande isolamento, enquanto cresciam o prestígio da nossa luta e o apoio à FRELIMO. Em Portugal, os efeitos das guerras desagregavam o regime e contribuíam para o desenvolvimento da resistência antifascista.

A V Sessão do Comité Central, analisando as novas tarefas a que o nosso Povo era chamado, constatou a necessidade imperiosa de a FRELIMO aprofundar o seu conteúdo de classe e o seu conteúdo ideológico. Claramente, a V Sessão identificou a FRELIMO com os interesses das classes trabalhadoras e identificou a nossa linha política com a ideologia científica das classes trabalhadoras.

A V Sessão determinou que desencadeássemos a ofensiva generalizada em todas as frentes.

Na sequência da V Sessão, lançaram-se a nível nacional ofensivas organizacionais importantes; é o caso da I Conferência Nacional da Cultura, da I Conferência dos Serviços de Saúde, da I Conferência da Mulher Moçambicana e da II Conferência do Departamento de Defesa.

Nas províncias, realizaram-se conferências e seminários para estudo e aplicação das resoluções da V Sessão e das directrizes emanadas das conferências mencionadas.

As estruturas foram purificadas e reorganizadas de maneira a implementar-se os princípios da democratização, colectivização e popularização da linha política e dos métodos de trabalho.

A ofensiva ideológica foi apoiada pela criação dos primeiros Comités do Partido, que agrupavam em cada sector elementos de vanguarda. Em Janeiro de 1974 entrou em funcionamento a Escola do Partido, para sintetizar e teorizar as nossas experiências e estudar o marxismo-leninismo.

A caminho da vitória

Com a nossa vitória sobre a operação «Nó Górdio» e a extensão da luta a sul do Zambeze, o inimigo perdeu definitivamente a iniciativa militar.

As nossas operações forçaram-no a retirar as suas tropas de numerosas zonas, concentrando-se junto à fronteira do Rovuma e no perímetro de Cahora Bassa. Com esta retirada estratégica, o inimigo esperava ao menos poder cortar, na zona do Rovuma, as nossas vias de abastecimento e, na zona de Cahora Bassa, proteger os interesses económicos do imperialismo e restaurar a confiança dos seus aliados. Esta acção do inimigo levou-o a imobilizar perto de metade dos seus efectivos operacionais e a desguarnecer importantes zonas. Explorando esta situação, as nossas forças estenderam a luta a toda a província de Tete, penetraram em Manica e Sofala e iniciaram o processo de destruição e captura das bases isoladas e cercadas em Cabo Delgado e Niassa.

Apercebendo-se da inevitabilidade da derrota política e militar, os colonialistas em desespero multiplicam a prática de crimes monstruosos a todos os níveis.

Nas zonas onde ainda não se estendera a luta armada, os colonialistas, para impedir as massas de apoiarem a luta, encerraram em campos de concentração mais de um milhão de pessoas. Nestes campos de morte, a que chamavam aldeamentos, as humilhações e brutalidades a que estavam submetidos os detidos contribuíram para um processo de despersonalização cujos graves efeitos ainda se fazem sentir.

Nas zonas urbanas os colonialistas desencadearam uma manobra de promoção, suborno e corrupção da pequena burguesia interna. Atenuaram o racismo tradicional no recrutamento de moçambicanos para postos de autoridade na administração, na banca e nas empresas. Começaram a nomear pretos e mulatos para cargos de responsabilidade na administração e na economia, especialmente nas zonas de guerra. Subiram os vencimentos e deram facilidades de crédito a esta camada social, para elevar o seu nível de vida e modificar os seus hábitos de consumo.

Os colonialistas pretendiam deste modo promover uma camada moçambicana que progressivamente ocupasse os postos intermédios do sistema e atribuísse o seu sucesso à existência do colonialismo. Esta camada serviria eventualmente de base social para soluções que conduzissem à sobrevivência do colonialismo e do capitalismo sob novas formas. Para garantir a sujeição destes elementos, o colonialismo reforçou a sua política de despersonalização e alienação cultural, procurando fazer deles portugueses de pele escura.

Mas, paralelamente a essas manobras, os colonialistas lançam nas zonas urbanas vagas sucessivas de repressão, o ataque aos jovens, estudantes, personalidades religiosas patrióticas, intensificam as prisões, as torturas, os assassínios. Como resultado, aumentava o ódio, alastrava a luta política, tornavam-se mais favoráveis as condições da insurreição.

A tentativa de levar moçambicanos a reprimir moçambicanos, criando um enorme exército de 500 000 homens, da OPVDC, reflectia as contradições irresolúveis do comando colonialista. No treino dos GE e GEP, era-lhes prometida «uma independência» se conseguissem destruir a FRELIMO. O inimigo procurava comprometer moçambicanos nos crimes mais atrozes e repelentes para os levar a romperem com o Povo.

Nas zonas libertadas, os colonialistas infiltraram criminosos profissionais. Em Tete, Manica e Sofala, agentes inimigos, usando fardas e armas idênticas às nossas, saqueavam cantinas, maltratavam populações negras e brancas, massacravam gente e deixavam pretensos panfletos da FRELIMO,

a fim de que as massas identificassem a FRELIMO com o crime.

Na mesma altura, as forças militares sul-africanas e rodesianas que, desde 1965, operavam em Moçambique ao lado do exército colonial foram forçadas a cessar as operações no nosso País, em consequência das derrotas sofridas pelas forças terrestres em Setembro de 1973 e pela força aérea em Março de 1974, aquando das suas tentativas de invasão e agressão contra as zonas libertadas de Tete. Esta retirada neutralizou a tendência à internacionalização da agressão e bloqueou a escalada da guerra imperialista contra o nosso Povo.

A revelação mundial da enormidade do massacre de Wiriamu, os testemunhos irrefutáveis e demolidores submetidos pela FRELIMO à Comissão dos Direitos do Homem da ONU, combinados com os nossos sucessos e a acção diplomática do campo socialista, da OUA, dos países afro-asiáticos e não alinhados, acentuaram ainda mais o isolamento do regime colonial português.

Os mais íntimos aliados do colonialismo demarcaram-se publicamente de Portugal; no seio da própria OTAN eram cada vez mais numerosos os países que denunciavam o regime colonial-fascista.

O colonial-fascismo português, pelo seu obscurantismo, pela sua prática terrorista, pelo recurso sistemático aos crimes mais sádicos, enchia de horror a Humanidade, apresentava-se perante o mundo como a forma mais decadente e isolada do sistema de exploração do homem.

A queda do colonial-fascismo

No nosso País, o ano de 1973 e o primeiro trimestre de 1974 caracterizaram-se, no plano militar, por um avanço irresistível das FPLM ao longo dos eixos Inhaminga-Beira e Vila Pery-Beira. Simultaneamente preparava-se o próximo desencadeamento

das operações a sul do rio Lúrio, em Nampula, na província da Zambézia e, a sul do Save, em Gaza e Inhambane.

Esta perspectiva semeou o pânico nos círculos dirigentes do colonial-fascismo, que constataram a iminência do colapso das suas forças armadas.

Em 25 de Abril de 1974, destruído pela luta comum dos povos das colónias, o regime fascista foi derrubado em Portugal.

A nossa Direcção analisou a situação resultante da queda do regime fascista. O Comité Executivo difundiu um comunicado. Nele, solidariamente, saudámos a vitória do Povo português e salientámos que a queda do fascismo não era a queda do colonialismo. Chamámos a atenção do novo regime para o facto de que a Paz só poderia resultar do fim do colonialismo e da sua guerra de agressão. A todas as nossas forças e às massas populares demos a palavra de ordem de intensificar o combate político-militar contra o colonialismo.

As forças reaccionárias portuguesas, apoiadas pelo imperialismo, tentaram desesperadamente salvar o colonialismo, ou pelo menos uma alternativa neocolonialista.

O mês de Maio de 1974 testemunhou uma intensificação de manobras. A nível do Estado português multiplicaram-se as declarações ambíguas, sobressaindo nelas todas a recusa do nosso direito à independência imediata. Financiados e organizados pelos círculos dirigentes portugueses, foram criados em Moçambique numerosos grupos fantoches, todos eles preconizando soluções capitulacionistas; todos eles opondo-se à FRELIMO. O inimigo tentou criar uma pretensa FRELIMO legal, oposta à luta armada.

Co mestas manobras, a FRELIMO prosseguiu e intensificou a Guerra Popular Revolucionária, e as ofensivas sucederam-se, desbaratando as tropas colonialistas. As massas populares, em toda a parte, publicamente afirmaram o seu apoio à FRELIMO, exigindo a independência total e imediata.

O Governo português foi forçado a contactar oficialmente a FRELIMO e a propor um encontro. Este encontro teve lugar em Lusaka no dia 5 de Junho de 1974. Abria-se uma nova frente na luta do povo pela independência: a frente das negociações.

O processo das conversações foi duro e complexo. O inimigo agia ao longo de três linhas principais de força:

— A tentativa de neutralizar a forma principal da luta do nosso povo, a Luta Armada de Libertação Nacional;
— A tentativa de desorganizar e desmobilizar o nosso povo pela acção de grupos fantoches;
— A tentativa de desacreditar a FRELIMO ao nível internacional, apresentando-a como belicista e intransigente.

As manobras do inimigo foram neutralizadas pela acção firme e correcta da Direcção da FRELIMO:

— A intensificação da guerra popular revolucionária em Moçambique forçou os comandos militares do inimigo a apoiarem as nossas posições, como único meio de evitar o colapso militar total;
— As grandes manifestações de massas em apoio à FRELIMO isolaram totalmente os grupos fantoches e tornaram patente a força política da FRELIMO;
— As decisões da cimeira da OUA em Mogadíscio, as declarações do secretário-geral da ONU, as tomadas de posições de diversas organizações democráticas internacionais e a solidariedade do próprio Povo português exprimiram e traduziram a vitória diplomática da FRELIMO.

Estes acontecimentos forçaram os meios colonialistas portugueses a recuar e a capitular.

O novo Governo português reconheceu o direito dos povos à independência total e completa e retomou as conversações connosco.

No decurso destas conversações foram clara e definitivamente aceites o princípio do direito à independência total e completa, o reconhecimento da FRELIMO como único e legítimo representante do Povo e a transferência de poderes. Finalmente, acordou-se sobre os modos de implementar o cessar-fogo e de restaurar a Paz no nosso País.

Em fins de Agosto de 1974, o Comité Executivo apresentou um Relatório da situação à VI Sessão do Comité Central, que aprovou a acção desenvolvida e mandatou uma delegação, encabeçada pelo Presidente da FRELIMO, para assinar os acordos estabelecidos.

A 7 de Setembro foi solenemente assinado em Lusaka o Acordo sobre a Independência e, decorrente do primeiro, o Acordo de Cessar-Fogo.

Todo o período de negociaçõs da FRELIMO com Portugal faz parte integrante da nossa luta pela independência nacional. Ao longo das conversações travámos e vencemos a batalha contra a sobrevivência do colonialismo sob novas formas e contra o neocolonialismo.

Os dois acordos assinados em Lusaka exprimem a vitória político-militar do nosso Povo, unido, organizado e dirigido pela FRELIMO, sobre o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo.

Os círculos dirigentes da reacção portuguesa não se conformaram. No mesmo dia da assinatura dos acordos e mais tarde em 21 de Outubro, utilizando as suas forças armadas, os colonos e os fantoches locais tentaram novas manobras criminosas. A acção imediata e enérgica do nosso Povo e das FPLM rapidamente esmagou estas provocações.

O triunfo da Revolução Democrática Nacional

Com a vitória da guerra popular de libertação e a tomada de posse do Governo de Transição foram criadas as condições para que a FRELIMO estendesse a sua acção a todos os sectores da sociedade e engajasse de forma activa na causa da Revolução milhões de moçambicanos e moçambicanas.

Sob a palavra de ordem «Unidade, Trabalho, Vigilância», a FRELIMO lançou uma ampla campanha de mobilização e organização das largas massas enquadradas nos Grupos Dinamizadores. Em todos os locais de residência, nos bairros urbanos, nas povoações, nas machambas, nos locais de trabalho, nas fábricas, nas escolas, nos serviços do Estado, nas empresas comerciais, em toda a parte se organizam Grupos Dinamizadores.

Estendeu-se a todo o País um amplo movimento de massas para o estudo e aplicação da linha política da FRELIMO e para a liquidação dos vestígios do colonialismo, dos vícios e dos valores decadentes da burguesia. Sob a direcção da FRELIMO, as massas assumiram a definição correcta do inimigo e engajaram-se no combate intransigente contra o racismo, o tribalismo e o regionalismo, pela unidade nacional e pelas transformações revolucionárias.

Milhões de pessoas foram neste processo educadas no exercício dos seus direitos e no exercício do Poder.

Batido nos campos militar e político, o inimigo interno e externo intensificou nesta fase a sabotagem económica, a destruição e pilhagem dos bens do país. Ao mesmo tempo, lançou campanhas alarmistas de boatos, inventou e difundiu as calúnias mais grosseiras para minar a confiança das massas na FRELIMO e no Governo, semear a intranquilidade nos espíritos e promover a indisciplina e a anarquia.

Nesta batalha política, os Grupos Dinamizadores constituíram-se numa vasta rede de vigilância popular contra as tentativas de desestabilização política e social. Os Grupos Dinamizadores desempenharam um papel decisivo na batalha económica e na garantia do funcionamento produtivo e estatal.

A cada vitória do Povo, a reacção respondia com novas formas de subversão. Assim, infiltrou agentes do colonialismo e do imperialismo nos Grupos Dinamizadores, no aparelho de Estado, nas forças militares e paramilitares. Multiplicou as tentativas de suborno e corrupção de quadros e militantes, com o objectivo de utilizar as estruturas para aniquilar o Poder Popular. Armados da linha política da FRELIMO, com a participação activa das largas massas, os Grupos Dinamizadores e o conjunto das nossas estruturas desencadearam a campanha de purificação das fileiras, desmascarando, isolando e neutralizando os elementos infiltrados e os agentes.

Derrotando a ofensiva reaccionária, prosseguimos a liquidação do sistema de exploração, iniciámos a destruição do Estado colonial-capitalista e estendemos as conquistas da Revolução.

Sob a direcção da FRELIMO, o Governo de Transição organizou a transferência de poderes, iniciou o processo de desmantelamento das estruturas colonial-fascistas e feudais.

O Governo de Transição destruiu as manifestações mais degradantes da dominação estrangeira, desfechou golpes poderosos à criminalidade, à prostituição, ao alcoolismo. Efectivou a desmobilização e evacuação das forças armadas coloniais, desarmou a burguesia colonial, iniciou o processo de desmantelamento da reacção, reprimiu a sabotagem.

No Período de Transição, a FRELIMO iniciou o processo de extensão a todo o País do Poder Popular Democrático e dos métodos colectivos de trabalho e produção. As liberdades democráticas, o direito de associação e a liberdade de expressão do pensamento materializaram-se nos milhares e mi-

lhares de reuniões que tiveram lugar em todo o nosso País.

Sob a direcção da FRELIMO, o Povo moçambicano, do Rovuma ao Maputo, proclamou a independência da Pátria, conquistou as amplas liberdades democráticas, no quadro das tarefas da Revolução Democrática Nacional.

A VII Sessão do Comité Central: A Democracia Popular

Nas vésperas da Independência, reuniu-se a VII Sessão do Comité Central, no Tofo, Inhambane. Novas condições existiam para o desenvolvimento revolucionário da nossa Pátria.

Dentro de dias seria arriada para sempre a bandeira estrangeira e, com a Independência Nacional, o nosso país deixaria de estar submetido à dominação política do imperialismo.

O Comité Central, analisando a situação, constatou que, no essencial, tinham sido levadas a cabo as tarefas da Revolução Democrática Nacional.

As estruturas de opressão fascistas e feudais tinham sido liquidadas. As liberdades democráticas haviam sido estendidas a todo o país.

Do Rovuma ao Maputo, o Poder pertencia ao Povo.

O Comité Central concluiu que estavam criadas todas as condições para a passagem à etapa da Revolução Democrática Popular.

O Comité Central definiu a natureza e os objectivos do novo Estado a criar e aprovou a Constituição.

A 25 de Junho de 1975 nasceu a República Popular de Moçambique, primeiro Estado operário e camponês da História do nosso país.

CAPÍTULO II

A DEMOCRACIA POPULAR E A INTENSIFICAÇÃO DA LUTA DE CLASSES

O significado da Constituição

A Constituição da República Popular de Moçambique, ao proclamar que o Poder pertence à aliança operário-camponesa dirigida pela FRELIMO, exprime a nova correlação de forças criada pela vitória da Guerra Popular de Libertação.

A Constituição define os princípios fundamentais da Democracia Popular.

O proletariado moçambicano, o campesinato, designadamente os camponeses cooperativistas, os intelectuais revolucionários, os artesãos, os trabalhadores em geral, estão no processo de ganhar uma consciência clara da sua situação e destino histórico. Progressivamente se organizam para, sob a direcção da classe operária, moldarem a sociedade de acordo com os interesses do proletariado moçambicano. É através das medidas impostas pelo Partido e Estado na organização da vida das empresas, no desenvolvimento dos sectores estatal e cooperativo, na educação política e científica das largas massas, na afirmação dos valores culturais do nosso Povo e da nossa classe e na organização das massas trabalhadoras que se materializam as condições para o desenvolvimento da Ditadura do Proletariado.

Os objectivos finais fixados na Constituição da República Popular de Moçambique são, na sua essência, a edificação das bases política, ideológica, científica e material da sociedade socialista.

A Constituição estabelece que a terra e os recursos naturais do nosso país são propriedade do Estado. Valoriza as formas colectivas de produção, defende os interesses das massas trabalhadoras e define o papel dirigente do Estado na Economia Nacional.

As mais amplas liberdades democráticas são garantidas aos cidadãos, como extensão a todo o país das conquistas do nosso Povo nas zonas libertadas. A Constituição estabelece a igualdade de todos os cidadãos e rejeita qualquer tipo de discriminação. Reconhece o direito e o dever de todos participarem activamente na defesa da soberania nacional e das conquistas revolucionárias.

Dignifica e protege o trabalho como direito e dever de todos os cidadãos e critério de distribuição do produto social. Estabelece o sufrágio universal, o direito à educação e saúde e a protecção à família, à infância e à velhice.

A Constituição dá um relevo particular ao internacionalismo, conquista da nossa luta, constante da linha política da FRELIMO. Define, como linhas fundamentais da política externa do nosso Estado, a unidade dos Povos e Estados africanos, a aliança natural com os Países Socialistas, o apoio solidário à luta dos Povos pela libertação, a luta contra o colonialismo, o neocolonialismo e o imperialismo, o combate pela Paz e o desarmamento geral e universal.

A herança colonial

Ao proclamar a independência, o nosso Povo encontrou o aparelho de Estado colonial-fascista que exprimia a ditadura exploradora da burguesia estrangeira sobre as classes trabalhadoras.

Economicamente, o nosso País partiu de uma situação de ruína, resultante da pilhagem colonial e dos desequilíbrios gerados pelo capitalismo. Esta situação era agravada pela sujeição do colonialismo português ao sistema imperialista e racista.

A agricultura era controlada pelos grandes monopólios internacionais e pelos colonos. A maior parte da produção agrícola era canalizada para a metrópole colonial e para os centros urbanos onde viviam os colonos. O camponês estava relegado à produção de subsistência.

A indústria estava quase exclusivamente votada ao acabamento de produtos importados que se destinavam ao consumo da burguesia. Os pouquíssimos sectores de base existentes visavam essencialmente o desenvolvimento dos interesses da burguesia colonial e do imperialismo. Este é o caso da indústria de cimentos, criada para servir a construção civil, sector concebido apenas para benefício da burguesia colonial, e projectos imperialistas como o de Cahora Bassa.

O comércio externo era a expressão do domínio colonial sobre o nosso País. Os nossos principais produtos eram canalizados para determinados mercados externos a preços fixos extremamente baixos.

Em particular, as relações comerciais impostas pela metrópole colonial institucionalizavam a rapina sistemática das nossas matérias-primas. Ao mesmo tempo que era forçado a entregar a Portugal as matérias-primas a preços reduzidíssimos, o nosso País era obrigado a importar os produtos transformados a preços muito elevados. Esta pilhagem constituía o principal recurso do Governo colonial-fascista para manter o equilíbrio da sua balança comercial.

O comércio interno era controlado por grandes companhias e por colonos, à procura de lucros fáceis. À rede de cantinas estava confiada a missão de efectuar a maior parte do escoamento da produção. Disseminadas pelo País, as cantinas compra-

vam directamente a produção camponesa e asseguravam o seu transporte para as vilas e cidades, num sistema de múltiplos intermediários. Todos lucravam à custa dos preços miseráveis pagos ao camponês pelos produtos primários e dos preços exorbitantes exigidos ao camponês pelos produtos manufacturados. Este sistema de escoamento da produção, o único que o colonialismo desenvolveu na totalidade no nosso País, desmoronou-se com a saída dos colonos que controlavam a maior parte das cantinas. Este facto explica em parte as dificuldades de escoamento da produção com que nos debatemos.

Durante a dominação colonial-fascista muitos trabalhadores moçambicanos foram compelidos a emigrar para países vizinhos.

Este fluxo migratório dirigia-se para as minas, indústrias e plantações da África do Sul, para as plantações e minas da Rodésia do Sul, para as plantações de chá do Malawi; antes do começo da Luta de Libertação Nacional, a corrente migratória dirigiu-se também para as minas de cobre da então Rodésia do Norte e as plantações de sisal do então Tanganyka. Deste modo, aquando da Independência, centenas de milhar de trabalhadores moçambicanos encontravam-se fora do País, não existindo internamente estruturas económicas capazes de, a curto prazo, lhes garantir o emprego e a reintegração na sociedade.

Acentuando a dependência do exterior, os transportes e comunicações tinham sido concebidos para servir os regimes racistas e a guerra colonial.

Para o financiamento da guerra e reforço da associação com os grandes interesses económicos, o colonialismo criou todas as condições favoráveis ao aumento do domínio imperialista e racista do nosso País, e consequente agravamento da dependência de Moçambique.

Em consequência dos grandes desequilíbrios internos, as populações rurais foram atraídas para os

únicos pólos de desenvolvimento económico: a zona da capital e a zona da Beira. O resultado foi constituir-se uma população forçadamente parasitária, com tendência para a marginalidade e o crime. Formou-se assim uma enorme reserva de desempregados e subempregados que o grande capital utilizava para manter o mais baixo nível de salários e o mais alto nível de exploração.

Do ponto de vista social, a tão propalada «acção civilizadora» do colonialismo saldou-se num índice de analfabetismo superior a 90 %, no obscurantismo, ignorância e superstição generalizados, no fomento da prostituição, da droga, da criminalidade e do banditismo. O nosso Povo era mantido em condições sub-humanas de existência. A assistência médico-sanitária estava praticamente limitada à burguesia colonial.

A intensificação da luta de classes

Após a derrota das forças coloniais na operação «Nó Górdio», o capitalismo, que já se encontrava em crise, passou a recear cada vez mais o seu futuro em Moçambique.

Cessaram os grandes investimentos imperialistas. A burguesia colonial intensificou a fuga de divisas e iniciou o processo de sabotagem económica. Começou, nessa altura, o êxodo de colonos que, depois, não parou de acentuar-se: de acordo com as estatísticas coloniais, em 1971 retiraram-se para cima de 6000 colonos; em 1972, cerca de 12 500; em 1973, foram mais de 22 000 os que abandonaram Moçambique.

Com o colapso do regime fascista em Portugal, o capitalismo, levado ao desespero pelo avanço impetuoso do Povo moçambicano, tentou por todas as formas manter a dominação colonial sobre o nosso País ou, pelo menos, garantir uma solução neocolonial.

Durante o chamado Governo Provisório, a reacção capitalista multiplicou desenfreadamente as suas manobras. Fomentou a anarquia generalizada nas empresas, as greves, os saneamentos indiscriminados, as reivindicações salariais. Fez aumentos demagógicos de salários, sem qualquer correspondência com a produção das empresas. Estas manobras visavam confundir as massas trabalhadoras, afastá-las da reivindicação fundamental — a Independência —, desorganizar e paralisar toda a actividade económica. Tratava-se de agravar a crise gerada pelo capitalismo, criar uma situação caótica para impedir ou sabotar a tomada do Poder pelo Povo.

Estas acções, combinadas com a sabotagem económica, provocaram uma quebra vertiginosa da produção em todos os sectores da economia. É na estratégia do capitalismo, durante o período de desmoronamento da dominação colonial, que encontramos as raízes de indisciplina, liberalismo e corrupção que desorganizaram as classes trabalhadoras e resultaram na baixa de produção e produtividade.

A luta do Povo moçambicano em todas as frentes evitou que a reacção colonial-capitalista realizasse a sua intenção imediata: impedir a tomada do Poder pela FRELIMO.

Durante o Período de Transição o capitalismo foi, mais uma vez, forçado a rever a sua estratégia e elaborou novos planos. Fomentou o pânico e a saída de pequenos e médios empresários, técnicos e outros trabalhadores qualificados. Os grandes capitalistas, que planificaram e dirigiram estas manobras, esperavam ainda salvaguardar os seus interesses, impondo uma política de pretensa moderação e falso realismo, em nome das carências tecnológicas e administrativas por eles criadas no nosso País. Para a defesa dos seus interesses, quer nas empresas quer no aparelho de Estado, utilizaram a burguesia interna, apressadamente formada nos últimos anos do colonialismo. Intensificaram o roubo e destruição desenfreados: gado, tractores, maquinaria, veículos pesados desapareciam do outro lado da fronteira, ou eram embarcados nos nossos cais com a cumplicidade de funcionários reaccionários e corruptos. Quando a pilhagem se tornou impossível, devido à vigilância crescente do Estado e das massas trabalhadoras, o inimigo de classe recorreu à destruição. Milhares de cabeças de gado foram abatidas e deixadas a apodrecer. Bens de consumo essenciais eram açambarcados, desapareciam do mercado, para serem, depois, postos à venda a preços fabulosos. Os circuitos comerciais, já de si inadequados, foram sistematicamente sabotados.

Cumprindo a palavra de ordem de estender as estruturas da FRELIMO a todo o País, formámos entretanto os Grupos Dinamizadores. Os Grupos Dinamizadores afirmaram-se como a nossa arma fundamental na luta contra todas as formas de sabotagem económica, contra todas as tentativas de confundir, dividir, corromper e subverter os trabalhadores.

No Período de Transição, a acção dos Grupos Dinamizadores susteve a escalada das manobras capitalistas e colocou os reaccionários na defensiva. Manteve em laboração centenas de empresas abandonadas. Organizou a vigilância dos trabalhadores, aprofundou a sua consciência em relação à natureza do inimigo, seus objectivos e métodos. Enquadradas nos Grupos Dinamizadores, as massas assumiram a iniciativa consciente no processo da luta de classes, isolaram o inimigo de classe, frustraram o essencial das suas pretensões, obrigaram-no a abandonar a sua arrogância.

Após a proclamação da Independência e as primeiras nacionalizações, enquanto multiplicavam as manobras de sabotagem, o imperialismo, a burguesia colonial e a reacção interna puseram em execução os seus planos para desestabilizar o novo Poder.

Foi organizada a subversão contra a nossa República. A partir do estrangeiro, fizeram emissões de rádio e introduziram clandestinamente panfletos

contra-revolucionários. Difundiram droga, pornografia e propaganda religiosa de natureza subversiva e obscurantista. Lançaram boatos e provocações para acelerar a fuga de técnicos. Em campanhas na sua imprensa deturparam sistematicamente as conquistas populares revolucionárias para caluniar e desacreditar o Poder Popular. Introduziram agentes, armas e explosivos e efectuaram acções criminosas e terroristas. No plano exterior, o regime racista ilegal da Rodésia do Sul foi uma vez mais utilizado como força operacional para agredir o nosso País e massacrar o nosso Povo.

A elevação da organização das massas populares, a intensificação da vigilância, a firmeza e correcção da nossa linha política fizeram fracassar sucessivamente as manobras do inimigo. Este recorreu então ao plano de subversão das FPLM.

A provocação reaccionária de Dezembro de 1975 na capital, montada pelo imperialismo e pela burguesia colonial com o apoio da reacção interna, fracassou por completo, devido à pronta e firme acção das FPLM apoiadas pelo Povo organizado e enquadrado nos Grupos Dinamizadores.

É especialmente a partir desta nova derrota que a burguesia colonial, completamente isolada, desmascarada e desorganizada, incapaz de enfrentar o avanço das massas trabalhadoras dirigidas pela FRELIMO, foge em debandada do nosso País. Em Janeiro de 1976, num só dia, chegaram a ser abandonadas 20 empresas, na capital.

A nomeação de Comissões Administrativas e, especialmente, a acção dos Grupos Dinamizadores fizeram com que a esmagadora maioria dessas empresas permanecesse em laboração, evitando-se o aumento da taxa de desemprego e a paralisação de vastos sectores da actividade económica, que o inimigo pretendia deixar atrás de si.

De 11 a 27 de Fevereiro de 1976, reuniu-se pela primeira vez na capital do nosso País o Comité Central da FRELIMO.

A VIII Sessão do Comité Central realizou-se num período de intensa agudização da luta de classes, consequência directa da consolidação do Poder da aliança operário-camponesa e das medidas revolucionárias tomadas pelo seu Estado, sob a direcção da FRELIMO.

A queda vertiginosa da produção e da produtividade, o abandono das empresas, a sabotagem económica sob todas as formas, as acções agressivas do imperialismo através do seu destacamento racista encabeçado pelo criminoso Ian Smith e através dos seus agentes internos, impunha a definição de medidas adequadas à fase de agudização da luta de classes.

O Comité Central analisou o desenvolvimento da Luta de Libertação Nacional entre a V e a VIII Sessões, a fase presente da luta de classes em Moçambique e o processo de edificação do Estado Popular Democrático.

Constatou que a reacção agia das mais diversas formas, mas que os seus objectivos permaneciam inalterados: desorganizar e paralisar a economia, agravar a crise gerada pelo colonial-capitalismo, dividir as massas populares e criar nelas insatisfação para derrubar o Poder Popular.

O Comité Central constatou que a batalha de classes se trava principalmente no campo económico e lançou a palavra de ordem «Ofensiva Política e Organizacional Generalizada na Frente da Produção».

O Comité Central, ao determinar a necessidade de destruir as estruturas do Estado colonial-fascista e de construir o aparelho de Estado de tipo novo, traçou orientações no sentido de aprofundar e acelerar a edificação do aparelho de Estado que reflicta, na sua composição, organização e métodos, o Poder da aliança operário-camponesa.

Na sua VIII Sessão, o Comité Central convocou o III Congresso da FRELIMO, para definir a estra-

tégia e táctica correspondentes à fase actual da luta de classes e de edificação da Democracia Popular.

As nossas conquistas revolucionárias

A proclamação da República Popular de Moçambique, a natureza da nossa Constituição, as primeiras nacionalizações, em 24 de Julho de 1975, seguidas da nacionalização dos prédios de rendimento em 3 de Fevereiro de 1976, abalaram decisivamente as estruturas do capitalismo no nosso País.

A liquidação da propriedade privada da terra foi o primeiro passo fundamental na transformação das relações sociais de produção no nosso País. Abalou decisivamente o sistema de exploração, tanto feudal como capitalista, retirando aos exploradores o domínio da fonte principal dos recursos materiais. Eliminou a possibilidade de especulação sobre os terrenos de construção. Criou as condições para a organização e desenvolvimento de empresas estatais, cooperativas agro-pecuárias e machambas colectivas. Constituiu o início da socialização do campo.

Com a recuperação da terra, o nosso Povo conquistou o meio fundamental de produção que permite o desenvolvimento económico para satisfazermos as nossas necessidades essenciais, para combatermos a fome, a nudez, a miséria e a doença, para construirmos uma economia popular, independente, próspera e livre da exploração.

A linha justa e mobilizadora do trabalho colectivo, das cooperativas e das aldeias comunais ganhou as amplas massas populares. Em todas as províncias, com enorme entusiasmo, o Povo abriu numerosas machambas colectivas, camponeses criaram cooperativas e começaram a edificar aldeias comunais. Esta inequívoca posição de apoio do campesinato à socialização das zonas rurais manifestou-se antes mesmo que o Estado tivesse definido as normas orientadoras das cooperativas e das aldeias

comunais. As estruturas estatais não estavam ainda organizadas para armazenar, transportar e comercializar a totalidade dos excedentes criados pelos nossos camponeses. Por esse motivo, uma parte da produção foi perdida. Apesar disso os camponeses moçambicanos não se desmobilizaram. Com energia redobrada consagram-se à presente campanha agrícola.

A criação de empresas estatais agro-pecuárias, que já ocupam 60 000 hectares de terras cultivadas, dará uma nova e maior dimensão à luta pela socialização do campo.

O apoio fraternal dos técnicos dos países socialistas contribui de forma importante para o progresso da nossa agricultura.

A nacionalização dos hospitais e clínicas privados e a interdição do exercício da medicina privada puseram fim à exploração ignóbil do sofrimento e da doença do nosso Povo e criaram condições para a edificação de um sistema popular de Saúde.

As nossas conquistas no sector da Saúde abriram uma nova frente na luta de classes. Pôr a Saúde ao serviço das massas exigia, por um lado, organizar as massas para a batalha da Saúde e, por outro, utilizar ao máximo os recursos modestos de que o País dispunha em quadros e estruturas sanitárias.

Antes da nacionalização, os quadros de Saúde e as estruturas sanitárias destinavam-se quase exclusivamente à burguesia colonial e concentravam-se nos principais centros urbanos. As populações rurais e as populações das zonas suburbanas, as largas massas trabalhadoras, encontravam-se praticamente sem assistência.

As nacionalizações permitiram libertar os quadros da Saúde e utilizá-los de acordo com as necessidades do país. Criaram as condições para que as camadas mais desfavorecidas beneficiassem da assistência dos Serviços de Saúde. As nacionalizações conduziram ao desencadeamento das grandes campanhas de mobilização e organização das massas para fazer

triunfar as medidas de higiene e prevenção contra a doença. Milhões de pessoas estão a participar activamente nestas campanhas, que modificarão radicalmente a situação sanitária das massas.

As nacionalizações no sector da Saúde provocaram a oposição activa da reacção. Médicos estrangeiros e alguns moçambicanos, enfermeiros e outro pessoal abandonaram o nosso País, porque o sofrimento alheio deixara de ser uma mina e porque esperavam, com a sua partida, criar uma situação caótica que forçaria o nosso Povo a recuar nas suas conquistas. A acção daqueles elementos de formação reaccionária que haviam permanecido nos seus postos contribuiu também para a desagregação dos Serviços de Saúde. As estruturas arcaicas e a mentalidade burocrática e conservadora por elas gerada acentuam as grandes carências da Saúde e dificultam a materialização da nossa política sanitária.

A linha justa e mobilizadora da FRELIMO engajou a maior parte dos trabalhadores moçambicanos da Saúde. Estes aceitaram grandes sacrifícios, trabalhando incansavelmente até ao limite das suas forças. Foi o seu esforço que permitiu corresponder, com menos recursos humanos, ao enorme aumento do número de pessoas que diariamente se dirige aos nossos estabelecimentos sanitários, consequência da confiança que as massas populares depositaram nas nacionalizações. Foi o seu engajamento que desmascarou a ofensiva reaccionária e começou a fazer triunfar os nossos princípios nos serviços médico-sanitários.

A acção justa da FRELIMO e do nosso Estado, a determinação patriótica e revolucionária de médicos, enfermeiros e outro pessoal, a assistência fraternal dos países africanos e socialistas e das forças democráticas dos países capitalistas permitiram superar as graves carências e neutralizar a sabotagem. Esta realidade é particularmente visível nas províncias, onde, no passado, só existiam Serviços de Saúde em alguns centros urbanos. Empreendemos com êxito

a formação de numerosos quadros paramédicos que já começa a manifestar os seus efeitos positivos.

A nacionalização das escolas e a eliminação do sistema de explicadores liquidaram um dos mais poderosos instrumentos do colonialismo para dominar, alienar e despersonalizar o nosso Povo. Pôde-se começar a estruturação de um sistema único de Educação, ao serviço das largas massas e da formação do Homem Novo.

As nacionalizações no sector da Educação criaram as bases para uma efectiva democratização do ensino. Neste curto período, triplicámos os efectivos escolares. Centenas de milhar de crianças, provenientes das camadas mais desfavorecidas, frequentam o ensino. Dezenas de milhar de adultos estão a ser alfabetizados.

Estamos a liquidar com sucesso no nosso ensino os métodos e o conteúdo obscurantista e supersticioso. Estamos a combater os métodos e o conteúdo elitista do ensino burguês. Procuramos combinar o estudo científico com a prática social da produção, dar uma base materialista e dialéctica à aprendizagem da ciência e à formação da capacidade de análise dos alunos; perspectivamos o ensino à luz dos interesses do País e das massas trabalhadoras; iniciamos em grande escala a formação de professores.

Nesta batalha, fizemos face a inúmeras manobras da reacção, desde o lançamento de campanhas de descrédito do nosso ensino à deserção dos professores. Professores houve que abandonaram os alunos; outros desvirtuaram o conteúdo dos programas ou recusaram-se a aplicá-los; promoveram o liberalismo, a indisciplina e a promiscuidade sexual no seio dos alunos.

No período colonial-capitalista as cidades destinavam-se exclusivamente à burguesia colonial. O nosso Povo, que construía as cidades, que erguia os prédios, era forçado a viver em condições sub-humanas, segregado no quintal das cidades. Os terrenos urbanos estavam nas mãos da burguesia,

única beneficiária do crédito imobiliário, para construir os prédios de rendimento sobre os quais especulava.

A nacionalização dos prédios de rendimento liquidou a exploração capitalista, levou o Povo a tomar as cidades que construiu, a eliminar o racismo característico da cidade colonial. Criou condições para efectivar o direito à habitação e para organizar a vida colectiva nas cidades, através dos bairros comunais.

A nacionalização das agências funerárias aboliu o comércio da morte e a discriminação dos cadáveres, um dos aspectos mais degradantes do capitalismo.

A recuperação da terra pelo Povo, que inclui os terrenos de construção e a nacionalização dos prédios de rendimento, em conjunto com o controlo estatal sobre o crédito e as companhias construtoras têm uma grande importância para a vida do nosso Povo.

A nacionalização dos prédios de rendimento permitiu que em 12 meses, só na cidade do Maputo, dez mil famílias fossem instaladas em habitações condignas, com rendas calculadas em função do rendimento e da dimensão do agregado familiar.

A recuperação dos terrenos de construção e o controlo estatal sobre o crédito e as companhias construtoras permitirão organizar a construção popular dirigida e desenvolver uma política habitacional ao serviço das largas massas.

A abolição da advocacia privada liquidou o negócio da justiça capitalista, condição da edificação do sistema de Justiça Popular em todo o País.

A classe operária moçambicana assume as suas responsabilidades históricas na batalha pela reorganização e relançamento da produção industrial, cumprindo a palavra de ordem «Ofensiva Política e Organizacional Generalizada na Frente da Produção».

As fábricas sofreram de forma particular os efeitos da sabotagem económica. Máquinas roubadas e destruídas, máquinas paradas por falta de peças, inexistência de sobressalentes, não renovação de equipamentos industriais, falta de manutenção são alguns dos aspectos da sabotagem na indústria. De salientar também o não renovamento de matérias-primas, os desvios de fundos sociais e de equipamento das empresas, o desaparecimento dos livros de contabilidade, a saída de técnicos estrangeiros. Pesa ainda a acção desmobilizadora e desorganizadora empreendida pelas gerências capitalistas antes de abandonarem as empresas, assim como a acção de sabotagem, indisciplina, divisão e corrupção da classe operária, desenvolvida por agentes da reacção camuflados nas empresas.

Permaneciam intactas nas empresas as relações de trabalho autoritárias, impedindo a iniciativa criadora das massas laboriosas. A nomeação de Comissões Administrativas não podia, por si só, solucionar este problema. Manifestou-se claramente a necessidade de alterar as relações de trabalho, de acelerar a transformação radical das relações de produção.

Após a VIII Sessão do Comité Central, a classe operária sob a direcção da FRELIMO empreendeu uma vigorosa ofensiva visando o aumento da produção e da produtividade. Reforçando a disciplina, adoptando e aperfeiçoando os métodos de trabalho colectivo, intensificando o estudo político, a classe operária alcançou importantes vitórias.

Os Conselhos de Produção, criados pelo nosso Poder em numerosas empresas, iniciaram uma acção decisiva para que, nos próximos três anos, possamos atingir e superar os maiores índices de produção e produtividade anteriormente obtidos. A entrada em funcionamento dos Conselhos de Produção, combinada com as modificações profundas nas estruturas, que serão introduzidas pelos futuros estatutos das empresas, provocarão uma transfor-

mação das relações sociais de produção, contribuindo para materializar o papel dirigente da classe operária.

Felicitamos a classe operária por ter bloqueado a quebra de produção verificada em 1974 e 1975 e iniciado um processo de recuperação.

As tarefas da Revolução Democrática Popular

Ao passarmos à fase da Democracia Popular, iniciamos uma longa etapa histórica. São profundas as transformações que temos de imprimir à nossa sociedade, são muitas as tarefas que enfrentamos, é dura e prolongada a luta que aceitamos travar até atingirmos a etapa do Socialismo.

Contra a materialização dos interesses das largas massas trabalhadoras, erguem-se o imperialismo e os seus aliados no nosso País: os reaccionários internos e os restos da burguesia colonial. A vitória sobre a reacção e o imperialismo, condição da construção da sociedade socialista, exige que as massas trabalhadoras se organizem para impor a sua vontade aos exploradores internos e defender o País e a Revolução das agressões imperialistas.

A Democracia Popular é a fase histórica em que as massas trabalhadoras, sob a direcção da classe operária, reforçam o seu Poder, estabelecem a Ditadura do Proletariado, materializam o Poder da maioria em todas as esferas da vida social.

É nesta fase que aprofundamos e ampliamos as nossas conquistas revolucionárias e edificamos um poderoso sistema defensivo da Pátria e da Revolução, assente no Povo organizado, como força principal.

A luta pela construção da Nova Sociedade impõe que o Povo avance em bloco, firme e coeso, em todos os campos do combate político, ideológico, económico e cultural.

Na presente fase histórica consolidamos a nossa unidade ideológica e de classe, elevando continuamente o conteúdo da nossa unidade nacional.

A edificação das bases do Socialismo exige que transformemos radicalmente as relações sociais de produção no nosso País e que desenvolvamos a nossa economia.

A Democracia Popular é a fase em que socializamos os meios de produção, em que criamos e desenvolvemos as duas formas essenciais de propriedade socialista: a propriedade estatal e a propriedade cooperativa. É a fase em que desenvolvemos e transformamos qualitativamente a nossa economia, construindo a base material da sociedade socialista. Tomando a agricultura como base e a indústria como factor dinamizador e a edificação da indústria pesada como factor decisivo, rompemos definitivamente com a miséria, com a dependência e construiremos uma economia avançada, ao serviço do Povo.

Na fase de Democracia Popular procedemos à liquidação definitiva dos vestígios da sociedade feudal e colonial-capitalista, que permanecem ao nível da mentalidade e do comportamento. Prosseguimos a batalha contra as formas de opressão e exploração da Mulher e da Juventude e os valores decadentes da burguesia. Elevamos a uma fase mais avançada o combate desencadeado durante a luta armada revolucionária pela criação do Homem Novo, livre para sempre da ignorância, do obscurantismo, da superstição, dos preconceitos, consciente dos deveres de solidariedade e de cooperação.

Através do desenvolvimento económico e social criaremos as condições materiais para que o trabalho seja um direito e um dever de todos os cidadãos, e para materializarmos o princípio «de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho».

É nesta fase que o Poder da aliança operário-camponesa consolida as suas raízes na sociedade.

No processo de agudização da luta de classes, o operariado aprofunda continuamente a sua consciência de classe. Trabalhando na fábrica, enquadrada pelo Partido, esta classe adquire um alto grau de organização e colectivização do trabalho. Lutando pelo controlo social da própria produção, a classe operária verifica a contradição antagónica que a opõe à propriedade dos meios de produção. Ela reúne assim, gradualmente, as condições que a tornam força dirigente do processo de libertação da sociedade de todas as formas de exploração.

É deste modo que a classe operária, assumindo a longa tradição de luta do Povo moçambicano, se torna a força dirigente da construção da sociedade socialista.

O campesinato é o aliado fundamental da classe operária, abrange a maior parte da população do nosso País. Brutalmente explorado pelo sistema colonial, o campesinato desempenhou um papel decisivo na luta armada de libertação nacional. A maioria dos combatentes, quadros e militantes da FRELIMO são de origem camponesa. Foram os camponeses que suportaram o esforço maior da Guerra Popular Revolucionária, que constituíram o alvo permanente dos ataques, bombardeamentos, crimes e massacres praticados pelas forças colonialistas. A produção que alimentava os combatentes, o transporte de material de guerra, a segurança interna nas zonas libertadas eram garantidos pelos camponeses organizados. Foram os camponeses que, sob a direcção revolucionária da FRELIMO, derrubaram a classe feudal e os novos exploradores nas zonas libertadas. A sua aliança com a classe operária forjou-se no processo de libertação nacional e funda-se no interesse comum de operários e camponeses na liquidação de todas as formas de exploração do homem pelo homem. Hoje, o campesinato, força principal da Revolução, empenha-se com entusiasmo no movimento das aldeias comunais. O eco profundo e espontâneo que a palavra de

ordem da criação de aldeias comunais encontrou na grande massa dos camponeses do nosso País testemunha a capacidade revolucionária contínua do nosso campesinato, a sua vontade de se elevar a formas colectivas e tecnicamente mais avançadas de organização social e de produção. É de assinalar que, apesar das insuficiências do aparelho de Estado e da sua incapacidade de responder a tempo e correctamente ao desenvolvimento impetuoso das aldeias comunais; apesar dos erros devidos ao burocratismo, as massas camponesas não desmobilizaram e através da sua iniciativa criadora e do trabalho árduo consolidaram e tornaram as aldeias comunais uma conquista irreversível na nossa Revolução e a imagem futura do nosso campo.

Ainda nas zonas rurais, encontramos uma grande força em processo crescente de desenvolvimento e organização que são os trabalhadores das grandes empresas agrícolas, nomeadamente das empresas estatais. A estes operários agrícolas cabe uma grande tarefa no desenvolvimento social e elevação de consciência de classe do conjunto do campesinato.

Todos estes elementos confiam na FRELIMO reconhecem progressivamente nas aldeias comunais, empresas estatais, produção colectiva e socialização do campo o caminho para vencer a exploração, a miséria, a fome, a nudez e a doença.

Os restantes trabalhadores, empregados, funcionários, intelectuais revolucionários, integram também a base social da Revolução.

Perante o colonial-capitalismo a burguesia fez todos os esforços para os levar a assimilar os seus valores, a servir os seus interesses. Mas, na essência, estes elementos que vivem exclusivamente do seu trabalho têm todo o interesse na construção duma sociedade justa, livre da exploração capitalista. A sua participação activa no processo revolucionário implica um combate interno para vencer, ao nível da mentalidade e do comportamento, os vícios e defeitos da burguesia.

Os pequenos proprietários, os artesãos constituem camadas sociais que o proletariado ganha progressivamente para a construção da nova sociedade.

Por um lado, na realização das suas actividades profissionais estes elementos desempenham um papel social útil na produção de bens e de serviços e na comercialização. A reconstrução nacional necessita da contribuição activa destes elementos. Por outro lado, o desenvolvimento do processo revolucionário vai de encontro aos seus interesses, libertando-os da ameaça e opressão que sempre sofreram da parte do grande capital. Por isso, o Partido deverá realizar um trabalho constante junto destes elementos, encorajando-os a racionalizar a sua produção, nomeadamente através da participação voluntária em cooperativas que permitam elevar a sua capacidade produtiva.

Caminhamos resolutamente para o socialismo através de um combate constante contra os vícios do passado. A guerra ensinou-nos o valor da vida humana. A guerra ensinou-nos a ser humanos, a amar o homem. Durante a guerra travámos um duro combate contra as concepções erradas e não receámos a confrontação aberta no nosso seio para impormos a justiça da política de clemência. Lutávamos contra o colonialismo português, não contra os portugueses. Um soldado inimigo capturado, isolado da máquina criminosa em que estava integrado, deixava de ser um inimigo. Era um homem que, libertado do sistema, readquiria a sua humanidade.

Durante a guerra nunca hesitámos em lutar contra o crime, o banditismo, a injustiça, a corrupção, o desrespeito pela pessoa humana.

Continuamos este combate hoje, a nível de todo o País, para a construção duma sociedade integralmente edificada e organizada em benefício do Homem.

Aquele que oprime, brutaliza, explora, esse é o

nosso inimigo, mesmo se o localizarmos nas nossas fileiras.

Em última análise, foi sempre a valorização e dignificação do Homem o objectivo permanente do nosso combate. Foi essa a via que nos conduziu naturalmente ao Socialismo.

Foi a guerra que nos criou e fez de nós o que somos.

A nossa experiência também nos mostrou que a realização das aspirações humanas à justiça social, à igualdade, à liberdade e à Paz não teria sucesso somente por via de boas intenções. Ontem o colonialismo apontava contra os nossos desejos legítimos de liberdade e independência os canhões da sua máquina de opressão. Hoje a ameaça não desapareceu. Aqueles que sempre nos exploraram não se resignam ao fim da sua exploração. O capitalista parasita não aceita de bom grado o fim dos privilégios. O nosso combate tem que ser organizado, como durante a Luta Armada de Libertação Nacional, os oprimidos têm de se organizar.

O socialismo científico é o farol que guia as classes trabalhadoras no assalto aos bastiões do capitalismo e do imperialismo exploradores e desumanos.

Na defesa destes princípios somos efectivamente implacáveis. Mas renunciar a esta batalha, permitir que dos sacrifícios do nosso povo nasça uma nova classe que o oprima de novo, que o humilhe, que desrespeite a vida humana, que entregue o País a novos patrões, representaria a traição mais vergonhosa.

Foi a nossa própria experiência que nos mostrou que todos aqueles que honestamente desejam a justiça são pelo socialismo.

A política externa

A conquista da Independência Nacional pelo Povo moçambicano estendeu as fronteiras da liber-

dade em África até ao bastião imperialista e racista na África Austral. A estratégia imperialista de conter a luta de libertação, primeiro ao norte do Zambeze e, depois, ao norte do Limpopo, desmoronou-se por completo. A derrocada militar portuguesa, seguida da clamorosa derrota do imperialismo na Indochina, demonstrou a ineficácia das soluções militares para deter o ímpeto da vontade libertadora dos Povos.

Forçados a tirar lições destes acontecimentos os círculos dirigentes do imperialismo procuraram substituir a sua política de combate e oposição frontal ao Movimento de Libertação por novas tácticas. Estas fundam-se no recrutamento de elementos hesitantes e capitulacionistas dos movimentos de libertação, para os opor aos verdadeiros patriotas. Ao mesmo tempo, fazem concessões meramente formais, aligeiram e disfarçam as manifestações mais repressivas dos regimes racistas, com a intenção de criar a ilusão de que tais regimes são susceptíveis de evolução, são humanizáveis. A efectivação da política de bantustinização é um exemplo da nova táctica imperialista.

No entanto, quando a situação não permite a margem de tempo necessária para desenvolver este tipo de manobras, recorrem ao aspecto mais característico e essencial da sua natureza criminosa: a agressão aberta. As agressões contra a República Árabe Democrática do Sara, a República Democrática de Timor-Leste, o Povo do Zimbabwe e o Povo da Namíbia demonstram a persistência imperialista em recorrer às guerras de agressão.

A edificação das Repúblicas Populares em Moçambique e Angola acentuou a modificação da correlação de forças que se operou na África Austral com a queda do colonialismo português. Pela primeira vez, na região de dominação principal do imperialismo e do racismo em África surgem Estados que se engajam na via da Revolução Socialista.

Por isso, desde a primeira hora, temos sido alvo da intensificação da acção agressiva do imperialismo. Esta acção reveste diversas formas, desde as campanhas de descrédito contra o nosso Estado até às tentativas de subversão e de desestabilização. Somos ainda alvo da intimidação militar através da instalação e reforço de bases militares junto à nossa costa e do envio de forças navais para o canal de Moçambique. Os regimes racistas, tal como no passado, são utilizados como destacamentos operacionais do imperialismo para agressões criminosas e sem disfarce contra as independências de Moçambique e de Angola.

A invasão de Angola constitui um momento particularmente agudo da agressão imperialista contra a Independência e soberania dos Povos Africanos, contra a Revolução Africana. Pela força das armas, o imperialismo tentou impor um regime fantoche em Luanda. O MPLA, temperado por 13 anos de guerra de libertação, apoiado exemplarmente pela África progressista e pelo campo socialista, foi capaz de conduzir o Povo angolano à vitória. Esta foi a vitória das forças progressistas e da África na maior confrontação com as forças do racismo e do imperialismo. A vitória do Povo angolano alargou a zona do Poder Popular na África Austral. A República Popular de Angola tornou-se a retaguarda segura da luta do Povo da Namíbia pela Independência Nacional. A vitória sobre os agressores racistas desfez o mito da superioridade dos seus exércitos, estimulou o combate libertador dos Povos da Namíbia, do Zimbabwe e da África do Sul.

O Período de Transição testemunhou a intensificação da nossa acção no exterior: o Presidente da FRELIMO fez visitas à República Democrática Alemã, República Popular da Bulgária, República Socialista da Roménia, República Popular do Congo, República Popular da China, República Popular Democrática da Coreia, República do Burundi, assim como visitas de despedida aos dois países

que constituíram uma retaguarda segura durante a luta de libertação, a Tanzânia e a Zâmbia.

Na proclamação da Independência de Moçambique, o Presidente da República Democrática da Somália, então Presidente em exercício da OUA, encorajou-nos e honrou-nos com a sua presença fraternal nesse momento de elevado significado histórico. Com ele se encontravam outros distintos hóspedes, nomeadamente os Presidentes Agostinho Neto, do MPLA, Oliver Tambo, do ANC da África do Sul, Sam Nujoma, da SWAPO, o Secretário-Geral da UNIP, o Primeiro-Ministro da Tanzânia, o Primeiro-Ministro de Portugal, o Secretário-Geral do Partido Comunista Português, o Secretário-Geral do Partido Socialista Português.

Na sua política externa, a República Popular de Moçambique aplica rigorosamente os princípios da linha política da FRELIMO.

Neste quadro, a República Popular de Moçambique dá prioridade ao estabelecimento de relações diplomáticas com os países que sempre se engajaram ao nosso lado. Durante a Transição a FRELIMO acordou estabelecer relações diplomáticas desde a proclamação da Independência com países africanos, países socialistas, asiáticos e europeus que sempre nos apoiaram. A República Popular de Moçambique estabeleceu e desenvolve relações de amizade e cooperação com todos os países na base dos princípios de respeito mútuo pela soberania e integridade territoriais, igualdade, não ingerência nos assuntos internos e reciprocidade de benefícios.

As visitas de Partido e Estado efectuadas pelos Presidentes Julius Nyerere e Kenneth Kaunda contribuíram para o estabelecimento e reforço de relações de amizade, ajuda mútua e cooperação entre os nossos Estados, tanto a nível bilateral como multilateral.

No quadro de acção conjunta dos nossos Partidos e Estados em apoio à causa angolana, destacamos o encontro efectuado na nossa Pátria com o

Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República de Cabo Verde, o Presidente do MPLA, o Primeiro-Ministro da República da Guiné-Bissau e altos dirigentes do MLSTP.

Sublinhamos, ainda, as visitas fraternais do Presidente da FRETILIN, antes da Independência da República Democrática de Timor-Leste, e do Secretário-Geral do Partido Comunista Português.

No quadro da estratégia comum dos Estados da África Austral contra a dominação racista, o nosso País tem dado uma contribuição activa à unidade de acção com a Tanzânia, Zâmbia, Botswana e Angola. Recebemos no nosso território duas sessões da Conferência Cimeira dos Países da «Linha da Frente».

Numerosas delegações de Partido e de Estado efectuaram visitas fraternais ao nosso País, com vista ao reforço das relações bilaterais de cooperação.

Recebemos ainda na nossa Pátria importantes conferências internacionais, de que se destacam a Conferência Internacional de apoio aos Povos das antigas colónias portuguesas, organizada pela OSPAA e Conselho Mundial da Paz, e a 26.ª Sessão do Comité de Libertação da OUA.

A República Popular de Moçambique enviou ao exterior numerosas delegações de Partido e de Estado.

De revelo particular foi a visita de Partido e Estado efectuada à União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Esta visita lançou bases sólidas para um grande desenvolvimento das relações fraternais de solidariedade, ajuda mútua e cooperação, já forjadas entre as duas partes nas horas difíceis da Guerra de Libertação.

Importantes visitas de Partido e Estado foram igualmente efectuadas à República da Guiné-Bissau, à República de Cabo Verde, à República da Guiné, à República Popular de Angola. Estas visitas permitiram aprofundar as relações políticas desde há

muito existentes e conduzem a uma cooperação económica promissora.

Efectuaram-se, igualmente, encontros com os Chefes de Estado da Nigéria, Congo e Suazilândia, nos quais se concertaram posições mútuas em relação a questões de cooperação bilateral e a problemas de interesse internacional.

O nosso Estado foi admitido, por decisão unânime, na Organização da Unidade Africana e na Organização das Nações Unidas, que sempre apoiaram a nossa luta. No quadro da sua soberania, a República Popular de Moçambique tem dado uma cooperação activa à solução dos problemas africanos e internacionais.

A admissão da República da Guiné-Bissau, da República Popular de Moçambique, da República de Cabo Verde, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Popular de Angola na Organização da Unidade Africana reforçou decisivamente as forças progressistas no seio da Organização e acentuou o seu carácter anti-imperialista e o seu papel na luta pela libertação total da África. A entrada destes Estados para a Organização das Nações Unidas igualmente reforçou as posições dos Estados progressistas na solução dos problemas internacionais.

Participámos igualmente nas actividades do Movimento dos Não-Alinhados e estivemos presentes na cimeira que se realizou no Sri Lanka, que consideramos um importante sucesso no reforço da frente da luta anti-imperialista.

A República Popular de Moçambique, nascida da Luta de Libertação, apoia resolutamente a luta de libertação nacional e social dos Povos.

Ela condena a agressão contra a República Árabe Democrática do Sara e a República Democrática de Timor-Leste. Ela denuncia o facto de os regimes que cooperam com o colonialismo tentarem privar os Povos das suas vitórias no momento em que a luta das massas derruba o regime opressor.

A imposição de um regime fascista no Chile, as tentativas de anexação de Porto Rico, a recusa do reconhecimento do direito do Povo panamiano à recuperação da zona do canal, a manutenção da base de Guantanamo contra a vontade do Povo cubano, a divisão de Chipre, a ocupação da província chinesa de Taiwan são manifestações da arrogância imperialista na tentativa de impor a sua vontade aos povos. O nosso Estado resolutamente recusa essas intimidações e apoia a justa luta dos Povos pela efectivação dos seus direitos.

A República Popular de Moçambique apoia incondicionalmente a luta do Povo coreano pela libertação da parte sul do seu País, pela consolidação do socialismo na parte norte e pela reunificação pacífica da Pátria. Ela denuncia as manobras tendentes a reavivar a agressão contra a República Popular Democrática da Coreia.

Apoiamos o justo combate dos Povos Árabes contra o sionismo, pela recuperação dos territórios ocupados. Firmemente apoiamos a justa luta de libertação do Povo da Palestina sob a direcção da OLP pelos seus direitos nacionais. Denunciamos as manobras imperialistas e sionistas tendentes à divisão dos Povos Árabes e ao isolamento do Movimento de Libertação da Palestina.

O nosso Estado apoia a justa luta de libertação do Povo da Namíbia, dirigido pela SWAPO e, em conjunto com todos os países africanos e a comunidade internacional em geral, exige que a África do Sul ponha termo à sua ocupação ilegal da Namíbia e às tentativas de divisão do território e instalação de regimes fantoches.

A República Popular de Moçambique saberá cumprir o seu dever internacionalista de solidariedade para com o Povo sul-africano dirigido pelo Congresso Nacional Africano. O ANC da África do Sul, que une e organiza as largas massas sul-africanas, levou-as a definir correctamente o inimigo, a situar a essência do regime opressor e, assim, foi

capaz de determinar a estratégia e táctica justas do combate libertador. Em condições difíceis, o ANC organiza a insurreição política das massas. Os combates populares que abalaram seriamente o regime conduzirão ao triunfo dos interesses das massas.

No Zimbabwe, a combinação dos efeitos da Luta Armada de Libertação Nacional com os das sanções decretadas pela comunidade internacional reduziram à fraqueza e ao isolamento o regime rebelde minoritário. Estamos convictos de que sob a direcção da Frente Patriótica e intensificando o combate armado, desenvolvendo a luta política e diplomática, o Povo do Zimbabwe conquistará a Independência. A intransigência dos rebeldes demonstra uma vez mais que só o combate popular é capaz de impor a justa resolução do antagonismo existente. Os nossos dois Povos estão irmanados no sangue derramado pelas agressões racistas.

A República Popular de Moçambique continuará a contribuir para o reforço da unidade dos países em desenvolvimento, agirá para desenvolver o Movimento dos Não-Alinhados, na perspectiva de consolidar e ampliar o combate anti-imperialista, o combate pela Independência Nacional e pela recuperação do direito dos Povos aos seus recursos naturais.

O nosso Estado promove o estreitamento das relações com os Estados Árabes, pela unidade entre os Estados Africanos e Árabes.

A República Popular de Moçambique continua a agir resolutamente para o reforço da Organização da Unidade Africana, instrumento principal dos países africanos na luta comum pela libertação total do continente, pela consolidação das independências nacionais, pela recuperação do direito dos Povos aos seus recursos naturais. Na nossa acção, promoveremos continuamente o aprofundamento do conteúdo anti-imperialista da Organização da Unidade Africana.

Por todos os meios reforçaremos as relações de amizade e de boa vizinhança com os Estados limítrofes. Com a Suazilândia, Lesotho e Botswana estamos a actuar no sentido de ampliarmos a cooperação, nomeadamene no campo da economia, dos transportes e das comunicações.

Com a Tanzânia e a Zâmbia — tal como esperamos num futuro próximo com Angola — estabelecemos já mecanismos para a cooperação em numerosos domínios e para uma política concertada de desenvolvimento económico.

O nosso Estado, como os outros países da Africa Austral, está seguro de que, quando a África do Sul e o Zimbabwe se libertarem do sistema sinistro do *apartheid* e do colonialismo, será possível uma cooperação íntima para um desenvolvimento harmonioso desta zona do Continente.

A República Popular de Moçambique desenvolverá em todos os níveis as relações de amizade, ajuda mútua e cooperação com os seus aliados naturais, os países socialistas.

A República Popular de Moçambique, em concerto com todos os Estados amantes da Paz, prosseguirá uma política activa de defesa da Paz, Independência e Progresso, em cooperação entre as Nações, de desarmamento geral e universal.

De particular relevo no plano da luta pela Paz é a nossa acção, em conjunto com outros Estados litorais do oceano Índico, pela transformação da nossa zona em zona de Paz. No quadro da comunidade internacional, neste sentido, e em colaboração com outros Estados da zona, estamos decididos a lançar uma ofensiva diplomática tendente à desnuclearização do oceano Índico, ao desmantelamento das bases de países estrangeiros na zona, à evacuação de todas as forças de Estados e organizações alheios à região. Felicitamo-nos pela reacção positiva que estas ideias encontram na comunidade internacional, especialmente no campo socialista.

CAPÍTULO III

O PARTIDO, FORÇA DE VANGUARDA E FORÇA DIRIGENTE

A necessidade do Partido

O objectivo da nossa luta, da luta das classes trabalhadoras moçambicanas, é a edificação no nosso País de uma sociedade sem exploradores nem explorados.

Para atingirmos os nossos objectivos temos de travar uma luta árdua, penosa, complexa e prolongada contra as classes exploradoras. Esta luta, a luta de classes, é uma luta em várias frentes, com avanços e recuos, com vitórias e fracassos. Uma luta de vida ou de morte contra o inimigo de classe disposto a tudo.

Para liquidar definitivamente todas as formas de exploração do homem pelo homem, as classes trabalhadoras têm de impor o seu poder na sociedade.

Nesta luta, os trabalhadores só sairão vitoriosos se estiverem unidos, organizados e conscientes dos seus objectivos.

Esta é a experiência do nosso Povo. Esta é ainda a experiência histórica das lutas de classes e Povos oprimidos do Mundo.

Quando a FRELIMO se constituiu, o seu objectivo era derrubar o colonialismo português. Na Frente tinham lugar todos os anticolonialistas, to-

dos aqueles que desejavam o fim da dominação estrangeira sobre a nossa Pátria. Foi nesta perspectiva que se integraram na FRELIMO tanto elementos das classes trabalhadoras, empenhados na destruição do sistema colonial-fascista enquanto sistema de exploração do homem pelo homem, como elementos de origem feudal e da burguesia embrionária, cujo objectivo era derrubar o colonialismo, para o substituir por novas formas de opressão e de exploração do nosso Povo trabalhador. Todos esses elementos, oriundos de classes sociais profundamente diferentes entre si, estavam unidos por um objectivo comum — derrubar o colonialismo português.

Com o avanço da luta de libertação, começaram a colocar-se à FRELIMO problemas de fundo que exigiam soluções concretas e imediatas. Esses problemas eram, em essência, os do carácter do poder a instaurar nas zonas libertadas, da natureza do exército que pretendíamos criar, do tipo de relações sociais de produção a estabelecer, as questões da emancipação da Mulher e do papel da Mulher e da Juventude na Nova Sociedade.

As discussões e mesmo as acções práticas desenvolvidas no seio da Frente em torno dessas questões-chave tornaram evidente que a Frente estava longe de constituir um todo homogéneo e que no seu seio existiam interesses contraditórios, e até mesmo antagónicos.

As posições assumidas pelos diversos membros da FRELIMO exprimiam a existência de duas linhas. À contradição principal — entre o Povo moçambicano e o colonialismo protuguês — veio juntar-se e manifestar-se cada vez mais nitidamente a contradição que opunha no seio da própria Frente as classes exploradas e as classes exploradoras moçambicanas. Ao combate das massas populares contra o colonialismo português veio juntar-se o combate contra os reaccionários internos.

Com a derrota da linha reaccionária encabeçada por Simango, Nkavandame e Gwengere consolidaram-se as posições revolucionárias no seio da FRELIMO. O Poder Popular generalizou-se e desenvolveu-se nas zonas libertadas. Em Julho de 1972, a reunião do Departamento de Defesa sintetizou a luta de classes e a luta ideológica que decorrera no nosso seio, abriu um novo debate sobre o conteúdo de classe da ideologia e salientou a necessidade de se operar uma clara demarcação ideológica e do comportamento no seio das FPLM e da FRELIMO. A V Sessão do Comité Central aprofundou este debate e definiu com maior precisão o conteúdo de classe e o carácter científico da ideologia desenvolvida pela nossa luta.

Foi pois no decurso dessa luta de classes no seio da Frente que os elementos mais conscientes das classes trabalhadoras moçambicanas compreenderam que, para vencerem a batalha de classe contra os reaccionários estrangeiros e nacionais, as classes trabalhadoras tinham de estar unidas, organizadas, conscientes dos objectivos últimos da sua luta, e armadas da sua ideologia científica.

Foi portanto no decurso da própria luta, e em consequência da análise feita sobre a sua evolução, que surgiu a consciência da necessidade de unir e organizar os elementos mais conscientes e dedicados à causa das classes trabalhadoras, armá-los da ideologia científica do proletariado e formar o Partido.

Esta situação permitiu iniciar o longo processo conducente à criação do Partido. Em 1973 foram criados no seio das FPLM comités de Partido. Agrupavam os militantes mais conscientes, mais dedicados, mais disciplinados, capazes por isso de serem elementos difusores da nossa política junto dos militantes e das massas em geral. Em Janeiro de 1974 iniciou os seus trabalhos a Escola do Partido, para sintetizar e teorizar as nossas experiências, fornecer uma base teórica aos quadros e militantes.

A conquista da Independência Nacional, a tomada do poder político à escala nacional pelas clas-

ses trabalhadoras, fez ressaltar com maior nitidez a necessidade de Partido.

Durante o primeiro ano da Independência foi iniciado o processo de lançamento das bases para a edificação do Estado Democrático Popular.

A instalação da nova ordem popular democrática conduziu a uma agudização da luta de classes a nível nacional e provocou a intensificação da agressão imperialista contra a nossa República.

Torna-se por isso cada vez mais necessário armar as classes sociais empenhadas na continuação do processo revolucionário, para que possam assumir efectivamente a direcção do processo e possam neutralizar todas as manobras do inimigo de classe, conduzindo a Revolução ao seu triunfo.

As duras batalhas de classe exigem que a classe operária, em estreita aliança com o campesinato, seu aliado fundamental, e com elementos progressistas de outras classes trabalhadoras disponham de um partido de vanguarda, orientado pela ideologia científica do proletariado.

A criação do Partido surge como uma necessidade do desenvolvimento da Revolução.

No nosso País iniciámos o processo revolucionário sem dispor do Partido de vanguarda. A Direcção, no entanto, tinha um carácter de vanguarda; as FPLM, na prática, constituíam uma vanguarda organizada do Povo. Foi deste modo que nos engajámos na Revolução Democrática Nacional, no contexto da Guerra Popular de Libertação. A nova etapa de intensificação da luta de classes e de construção das bases para a ulterior passagem ao Socialismo exige um novo instrumento: o Partido de vanguarda. A criação do Partido resulta da compreensão clara, por parte dos militantes da FRELIMO e dos elementos mais conscientes das classes trabalhadoras moçambicanas, de que sem partido revolucionário que saiba conduzir as massas operárias e camponesas e os restantes trabalhadores, através de todas as fases da luta de classes, através de todas as

batalhas económicas, políticas e ideológicas, não é possível construir o Socialismo.

Nesta perspectiva o Comité Central propõe ao III Congresso a criação do Partido de vanguarda, Partido marxista-leninista. Propõe também que, tendo em conta o significado das nossas tradições históricas de luta, o Partido se chame FRELIMO.

A FRELIMO, Partido revolucionário, Partido de tipo novo

O Partido que nos propomos criar é o Partido de vanguarda da aliança operário-camponesa. Sob a direcção da classe operária a FRELIMO reúne, numa aliança voluntária e militante, os intelectuais revolucionários e outros trabalhadores, forjados e temperados na luta contra a exploração do homem pelo homem, pela vitória dos interesses populares.

A FRELIMO guia-se pela síntese das experiências revolucionárias do Povo moçambicano com os princípios universais do Marxismo-Leninismo, nomeadamente no que respeita aos seus princípios, organização e métodos de trabalho. Pela sua composição e linha é a forma mais alta de organização revolucionária das classes trabalhadoras moçambicanas.

O nosso Partido é um partido revolucionário cujo objectivo é a destruição do sistema capitalista e a edificação no nosso País de uma sociedade onde não haja exploração do homem pelo homem. O nosso Partido deve possuir um programa revolucionário, uma teoria avançada, uma estratégia e uma táctica claramente definidas.

Na presente fase de edificação da Democracia Popular, o Partido tem como objectivo central a consolidação contínua da Independência Nacional, o alargamento e reforço da ordem democrática popular, a consolidação e o desenvolvimento da economia nacional, a fim de construir as bases políticas, ideológicas, técnicas e materiais do Socialismo.

O Partido encarna as mais altas tradições patrióticas e conquistas populares alcançadas pelos combatentes revolucionários e por todo o nosso Povo no decurso da Luta de Libertação Nacional, da Guerra Popular de Libertação e do combate contra os velhos e novos exploradores.

O Partido eleva ao mais alto grau a unidade nacional e de classe e os valores patrióticos. Nele se materializam os sentimentos mais nobres e os anseios profundos do nosso Povo. Ele constitui a garantia da verdadeira Independência Nacional.

A missão histórica do Partido é dirigir, organizar, orientar e educar as massas, transformando assim o movimento popular de massas no instrumento poderoso de destruição do capitalismo e de edificação do Socialismo.

O Marxismo-Leninismo, base ideológica e teórica do nosso Partido

Para ser um verdadeiro destacamento de vanguarda das classes trabalhadoras, o Partido tem de estar apetrechado com uma teoria revolucionária que permita aos seus membros o conhecimento exacto das leis do desenvolvimento social, das leis da Revolução. Sem essa base ideológica e teórica, o Partido não está em condições de dirigir a luta das massas trabalhadoras, de as conduzir. Essa base ideológica e teórica é o Marxismo-Leninismo ou Socialismo Científico. O Marxismo-Leninismo constitui a síntese teórica das ricas experiências das classes e dos Povos oprimidos de todo o Mundo, na sua luta secular contra os exploradores, pela instauração do novo Poder. Aplicado e desenvolvido criadoramente no processo da nossa luta, é um farol poderoso que ilumina o caminho a seguir pelas classes trabalhadoras no processo de edificação da Nova Sociedade. O Socialismo Científico não é uma doutrina estática; é uma ciência que se enriquece continuamente, com a experiência quotidiana da luta das massas. O Partido aplicará sempre os princípios universais do Marxismo-Leninismo, tendo em conta as condições concretas em que se desenvolve a luta de classes no nosso País. Desta forma a actuação do nosso Partido e do nosso Povo continuará a contribuir para o desenvolvimento e o enriquecimento da ideologia científica do proletariado.

Para dirigir a luta de classes no nosso País, o Partido tem de ser uma força altamente organizada, o que implica uma disciplina rigorosa. Esta é a lição da nossa experiência. Ao assumir uma disciplina rigorosa durante a luta armada não o fizemos por ser um partido militar. Foi a dura lição da experiência que nos ensinou que só a disciplina, a seriedade, a organização, a consciência no cumprimento das nossas tarefas nos permitiriam evitar sacrifícios inúteis. Recusámos por isso que o liberalismo, a indisciplina, a vida fácil e as suas diversas manifestações se introduzissem nas nossas fileiras para minar a coesão e a nossa unidade de pensamento e de acção, a nossa eficácia. Guerra e conforto, Revolução e conforto não andam juntos. A FRELIMO não era apenas um movimento em armas contra o colonialismo português. A FRELIMO era também um movimento em armas contra os vícios herdados do colonialismo, contra o individualismo e liberalismo, contra a indisciplina e a desorganização. É esta experiência da FRELIMO, este capital de disciplina, de organização, de rigor no trabalho, que devemos implantar e enriquecer cada vez mais no seio do Partido.

Assumir estas exigências implicou e implica um combate permanente contra a maneira de viver e de pensar, contra os valores e gostos da velha sociedade. Implica um combate pela transformação contínua do homem e da sociedade, contra as ideias da velha sociedade, pela conquista permanente de novas ideias e de novos valores populares.

É este o sentido do combate permanente entre o *novo* e o *velho*. Não se trata de uma luta entre a velha e a nova geração, entre pessoas velhas e as pessoas novas. Um jovem que vive a vida e os ideais feudais ou burgueses da velha sociedade está mais ultrapassado do que um homem de idade que luta constantemente para se integrar na nova sociedade e se libertar das cargas e dos preconceitos reaccionários que lhe haviam inculcado.

O homem socialista é esse homem novo. Aquele que embora consciente das suas limitações trava consigo mesmo o combate interno permanente para superar as insuficiências e as influências reaccionárias que herdou. O homem socialista não é aquele que repete a teoria revolucionária e que na sua vida quotidiana continua a guiar-se pelo modo de vida reaccionário. É aquele que não só no seu pensamento mas sobretudo no seu comportamento interioriza os princípios do Povo e da Revolução. É esse o homem que fará Nova Revolução e pela sua dedicação, disciplina e entusiasmo mobiliza as massas pelo seu exemplo. É o homem que constrói o Socialismo.

O centralismo democrático, princípio fundamental de organização e de trabalho no seio do Partido

A FRELIMO adopta o centralismo democrático como princípio fundamental de organização e de trabalho no seu seio.

A essência do centralismo democrático reside, antes de tudo, no facto de um centro único gozando da confiança dos militares e das massas em geral dirigir o conjunto das organizações do Partido.

O nosso Partido representa os interesses do conjunto das classes trabalhadoras, e não os interesses privados de indivíduos ou grupos isolados. Por isso o Partido tem de desenvolver um trabalho gigantesco para agrupar todas as forças existentes no seio

das massas e orientá-las para um único objectivo, dando unidade às acções dispersas. O Partido só poderá realizar essas tarefas se a direcção for centralizada, se o Partido dispuser de uma estrutura de direcção capaz de dirigir todas as suas organizações, um centro que exprima a vontade de todos, a consciência e os interesses de classe.

A nossa experiência do centralismo sempre valorizou o seu aspecto democrático. Durante a luta armada revolucionária a nossa Direcção, tanto ao nível das estruturas centrais como ao nível das provinciais, dos distritos, localidades e círculos, caracterizou-se fundamentalmente pela participação das massas na direcção da sua vida e na tomada de decisões importantes para a Nação e para o desenvolvimento da luta. Constantes reuniões populares tinham lugar onde as massas organizadas pela FRELIMO discutiam os problemas.

Esta valiosa conquista estendeu-se a todo o País a partir do Período de Transição e constitui uma realização importante, uma etapa decisiva na edificação da democracia real no nosso País.

A experiência do centralismo democrático, ganha pelos povos oprimidos de todo o Mundo no seu processo de luta e de organização, tem, pois, também raízes e tradições na FRELIMO.

O centralismo democrático é um todo único e indissolúvel. Devemos por isso combinar conjuntamente os dois aspectos: centralismo e democracia.

Devemos combater todos os desvios aos princípios do centralismo democrático, tanto aqueles que se manifestam pelo relaxamento da disciplina e anarquia ou improvisação como aqueles que se traduzem pela centralização burocrática, que esteriliza e bloqueia qualquer tarefa.

A democracia interna do Partido baseia-se nos princípios do centralismo democrático. A democracia no nosso Partido deve ser uma democracia de acção, e não apenas de palavras. Como no passado, os militantes não se devem limitar a fazer eleições

e a discutir problemas; eles contribuem através da prática para a orientação, aplicação e enriquecimento das decisões.

A luta pela unidade é um combate permanente e decisivo. Não é uma luta abstracta, porque a base da unidade a realizar em cada momento está profundamente ligada à situação concreta e às suas exigências.

A direcção colectiva e a livre discussão no seio das estruturas do Partido constituem princípios básicos da democracia interna num partido revolucionário. A agudização da luta de classes no presente momento, as novas tarefas do Partido exigem combate permanente pela unidade e pela coesão interna.

O estudo e a discussão profunda e sistemática no seio do Partido fornecem a base para a formação do pensamento comum dirigente, pensamento efectivamente orientador de toda a acção do Partido porque profundamente assumido por toda a direcção, quadros e militantes. No processo revolucionário da FRELIMO o princípio de discutir e de elaborar as decisões em conjunto constitui norma obrigatória de trabalho. Isto é absolutamente necessário para que os militantes troquem experiências entre si, possam aprender uns dos outros e para que cada militante se sinta igualmente responsável pela defesa e aplicação das decisões tomadas, independentemente das posições por ele assumidas na discussão.

O Partido apoia e estimula a prática da crítica e da autocrítica. Num partido revolucionário a crítica e a autocrítica individuais e colectivas são armas permanentes para detectar e corrigir os erros, aprender a superar as dificuldades, eliminar as insuficiências e educar e transformar os militantes. A crítica e a autocrítica contribuem para o fortalecimento do Partido, para o seu avanço permanente.

O Partido distinguirá sempre a crítica construtiva, que o torna mais forte e determinado, da crítica destrutiva, que o divide e enfraquece. O Partido

garante a liberdade crítica e pede responsabilidades a quem alguma vez a reprimir ou a desvirtuar. O Partido jamais permitirá que alguém se sirva dessa liberdade para minar a sua unidade ou agredir a sua disciplina.

O processo revolucionário implica uma acção permanente, como no passado, de purificação de fileiras em relação aos elementos que foram ficando ultrapassados pelo avanço da luta e se identificaram pela sua prática e pelo seu pensamento com os objectivos do inimigo.

FRELIMO, Partido internacionalista

A FRELIMO é um Partido internacionalista. Durante a luta de libertação nacional o Povo moçambicano soube compreender que a dominação colonial era apenas um aspecto particular da dominação imperialista sobre os Povos. O Povo soube compreender a natureza internacional do imperialismo e a necessidade vital de união e coordenação dos esforços dos trabalhadores de todo o Mundo para o sucesso da luta anti-imperialista.

No País, o espírito internacionalista surge como uma conquista de uma tradição de luta do nosso Povo contra as formas de exploração e opressão.

Ao engajarmo-nos na fase da Revolução Democrática Popular, a causa das classes trabalhadoras moçambicanas permanece indissociável da causa dos trabalhadores de todo o Mundo. Existe uma relação dialéctica entre a luta de classes no plano nacional e no plano internacional. O Internacionalismo Proletário constitui um princípio permanente da condição revolucionária do Partido e uma constante da sua actuação.

Fazer do nosso País uma base revolucionária segura para a luta de outros Povos e classes oprimidas e reforçar continuamente a frente mundial anti-imperialista.

Ao aplicar uma política de fidelidade aos princípios do Internacional Proletário, o Partido é o legítimo continuador das tradições internacionalistas do nosso Povo Trabalhador, forjadas durante a Luta de Libertação Nacional, em particular na Guerra Popular Revolucionária.

Ao mesmo tempo, ao conduzir as classes trabalhadoras moçambicanas na realização da sua missão histórica, o nosso Partido não está apenas a cumprir o seu dever nacional; o Partido está também a reforçar o processo de libertação de toda a Humanidade, cumprindo assim o seu dever internacionalista. O Partido, ao apoiar a luta de libertação dos Povos ou a luta pela edificação da Nova Sociedade nos países onde já se instalou o Poder Popular, consolida as vitórias das classes trabalhadoras moçambicanas, cumprindo assim o seu dever nacional.

O nosso Partido de vanguarda dedica uma atenção particular à educação do nosso Povo no espírito internacionalista, garantindo que mesmo nos momentos mais difíceis as massas saibam ser internacionalistas.

Fazemos parte da grande frente mundial anti-imperialista.

Estamos unidos ao Movimento de Libertação Nacional. É ele que combate na primeira linha as formas mais violentas e agressivas do imperialismo: o colonialismo, o racismo, o *apartheid*, o sionismo e o neocolonialismo. O combate dos Povos oprimidos desfecha golpes mortais no nosso inimigo permanente, neutraliza e destrói uma parte importante das forças agressivas, acentuando a alteração da correlação de forças a favor da causa da independência, liberdade e progresso.

O campo socialista, que constitui a zona libertada da Humanidade, é a retaguarda estratégica segura dos Povos e classes oprimidos, a força decisiva que no plano mundial neutraliza o imperialismo e acelera o processo da libertação.

Connosco se encontra o Movimento Democrático anti-imperialista, que, no seio dos países capitalistas, em condições difíceis, combate para neutralizar a agressividade do imperialismo, preservar a Paz, reduzir o poder dos monopólios e apoiar a luta de libertação.

O Movimento dos Países Não-Alinhados, de que fazemos parte, integra-se na frente anti-imperialista. Ele é uma força importante no apoio à luta de libertação no combate contra a política imperialista de guerra e dominação, uma força essencial na recuperação do direito dos Povos às suas riquezas naturais.

Consolidar e ampliar a ampla rede anti-imperialista é o dever de todas as forças revolucionárias.

A FRELIMO, como no passado, lutará pela coesão do Movimento Revolucionário Mundial. Em particular, contribuirá com todos os esforços para tornar cada vez mais ampla a frente de combate contra o sistema imperialista e racista na África Austral, inimigo permanente e inimigo principal dos Povos Africanos.

Resolutamente defenderemos o princípio da solução pacífica das contradições entre os Estados, somos pela proibição do uso da força nas relações interestatais. Só em caso de agressão recorremos à força.

Lutaremos para que se consolide a mais ampla frente em defesa da Paz. As forças do Socialismo e da Revolução exprimem totalmente a vontade de Paz das largas massas. Impor a Paz aos meios belicistas do imperialismo e do racismo é o resultado do combate das massas, é uma vitória das massas. Os factos demonstram que esta vitória está ao nosso alcance.

Dos membros do Partido

Todos os critérios de selecção dos membros do Partido devem ter em conta, antes de tudo, a natu-

reza de classe do Partido e o papel de vanguarda que desempenha na direcção das classes trabalhadoras moçambicanas.

Os membros do Partido devem possuir altas qualidades políticas e morais, devem ser militantes revolucionários dedicados. Os membros do Partido constituem a parte mais avançada e consciente das classes trabalhadoras, em especial da classe operária e do campesinato.

As exigências para ser membro do Partido não constituem obstáculos só transponíveis por pessoas especiais. Os membros do Partido são operários, camponeses, outros trabalhadores e intelectuais revolucionários. Aquilo que os distingue já e os distinguirá no futuro é sobretudo a sua maior consciência de classe, a sua firmeza ideológica e, por conseguinte, o seu elevado espírito revolucionário. Ninguém nasce com as qualidades de membro do Partido, com as qualidades de militante revolucionário. Ser membro do Partido está ao alcance de qualquer trabalhador, desde que ele esteja disposto a servir o Povo.

Reunir as qualidades de um membro do Partido depende de cada um de nós, do nosso espírito de sacrifício, do estudo e aplicação contínuos da nossa ideologia revolucionária, do combate interno contra os vícios e as ideias erradas, da aceitação da transformação revolucionária da nossa mentalidade.

O Partido admite um trabalhador como membro quando este demonstra, através da prática, que ingressa no Partido para se colocar mais efectivamente ao serviço das largas massas. Podem ser membros do Partido todos os trabalhadores moçambicanos, inteiramente dedicados à causa do Partido, da Pátria, do Povo e do Socialismo que, vivendo exclusivamente do seu trabalho, aceitem e empenhem todas as suas capacidades e todas as suas energias na materialização dos Estatutos e Programa do Partido.

Ser membro da FRELIMO constitui uma grande honra e uma pesada responsabilidade. O membro da FRELIMO destaca-se por ser um abnegado servidor das massas, que ama e respeita profundamente; caracteriza-se pela fidelidade ao Partido, espírito colectivo, honestidade, modéstia e simplicidade. O membro do Partido é um lutador implacável contra a injustiça, a corrupção e ambição. O membro do Partido tem uma vida familiar sã e dá uma educação revolucionária aos seus filhos. Ele combate a poligamia. É um defensor e promotor da emancipação da Mulher. O membro do Partido é um militante internacionalista, solidário com todos os que lutam contra o colonialismo, o capitalismo, o imperialismo, o neocolonialismo, o racismo.

A FRELIMO é chamada a cumprir tarefas grandiosas e complexas que levam à transformação revolucionária da nossa sociedade. Isso implica necessariamente que os membros do Partido sejam agentes transformadores da sociedade. Neste contexto não basta a simples aceitação dos Estatutos e do Programa do Partido. O membro da FRELIMO tem que militar obrigatoriamente numa organização do Partido, engajando-se assim activamente na Revolução.

O membro do Partido deve ser um cumpridor zeloso das tarefas que lhe forem atribuídas, observando um alto sentido de disciplina.

O membro do Partido aceita como dever o estudo político contínuo para elevação do seu nível ideológico e teórico, de modo a compreender, a aplicar e divulgar cada vez melhor os princípios do Socialismo Científico.

O membro do Partido trabalha sempre em íntima ligação com as massas, auscultando os seus problemas, os seus anseios, as suas críticas e sugestões, explicando-lhes a linha política, unindo-as e organizando-as para realizarem as tarefas definidas.

Uma preocupação central do membro da FRELIMO é a de ganhar sempre novas forças para o Partido.

O membro do Partido educa as massas sobretudo pelo seu exemplo. Ele esforça-se por ser sempre um trabalhador exemplar, o primeiro na luta pelo aumento da produção e da produtividade, o primeiro no esforço de elevação contínua dos conhecimentos profissionais.

O membro do Partido é um exemplo na defesa da Pátria e na defesa e consolidação das conquistas revolucionárias do nosso Povo. Ele está pronto a sacrificar a vida para servir o Povo. Participa activamente na organização e expansão das milícias populares e é um elemento mobilizador da vigilância popular.

Tais são, em resumo, os deveres que a FRELIMO exige aos seus membros para que o nosso Partido se converta rapidamente numa organização forte, unida, disciplinada, eficiente e combativa.

Os direitos dos membros da FRELIMO constituem uma manifestação clara do elevado grau de democracia interna do Partido. O membro da FRELIMO tem o direito de eleger e ser eleito para os órgãos de direcção do Partido. Participa, no seio da sua estrutura, na discussão de todas as questões da vida do Partido, e tem o direito de apresentar propostas sobre essas questões. O membro do Partido pode pedir esclarecimentos sobre qualquer questão aos órgãos do Partido, a qualquer nível, incluindo o Comité Central.

A admissão de membros no Partido será normalmente precedida de um período de candidatura de um ano. O seu comportamento durante este período confirmará as qualidades do candidato para pertencer ao Partido.

Durante esse período, caberá ao candidato adquirir um conhecimento mais completo dos princípios, da ideologia e das tarefas do Partido e demonstrar a sua efectiva concordância com o estilo de vida, com as exigências e a disciplina interna do Partido. A candidatura não é um período de desconfiança

em relação ao candidato. O facto de um trabalhador ser candidato significa que o Partido reconhece as suas potencialidades e deseja admiti-lo nas suas fileiras. O candidato é constantemente apoiado e orientado pelos membros do Partido.

Este sistema garante que apenas os trabalhadores mais conscientes e mais dedicados ingressem no Partido.

A admissão dos membros é feita pelos respectivos órgãos do Partido, após a análise da vida de cada candidato proposto por, pelo menos, dois membros. Essa admissão pelas organizações de base do Partido fica sujeita à confirmação pelo Comité Distrital e só pode ser feita pelo menos um ano após o pedido de admissão.

O Comité Provincial pode admitir como membros do Partido, dispensando-os de candidatura, elementos que tenham demonstrado qualidades excepcionais nas frentes de combate político, ideológico, económico, militar e de vigilância.

Numa fase transitória, e até decisão em contrário do Comité Central, será dispensado o período de candidatura, e um processo especial de admissão será estabelecido.

Uma questão específica e de grande importância é a que diz respeito à admissão no Partido dos antigos membros da FRELIMO. Serão membros do Partido, desde a data do seu ingresso inicial na Frente de Libertação de Moçambique — FRELIMO, todos os que pertencendo à FRELIMO antes de 7 de Setembro de 1974 (Dia da Vitória) exprimam até 3 de Fevereiro de 1978 o seu desejo de ser membros e tenham comportamento moral e político compatível com a linha do Partido.

Este critério de admissão permite que aqueles que souberam acompanhar a evolução da luta e manter-se fiéis à causa da Revolução transitem automaticamente para as fileiras do Partido.

A política de formação de quadros

Uma questão que desde o início deve merecer atenção é a formação de quadros. A acção dirigente da FRELIMO depende, em última análise, da actividade política que os seus militantes desenvolvem no seio das classes trabalhadoras.

O nosso Partido deve preocupar-se com a formação política, ideológica e cultural dos seus membros, na medida em que será através deles que procederemos à elevação da consciência revolucionária das massas do seu nível organizacional, da sua vontade e capacidade para edificarem a Nova Sociedade.

O trabalho político no seio das massas exige quadros dotados de alto sentido de disciplina partidária, de elevada consciência política e de grande capacidade organizativa; exige quadros capazes de libertar e pôr em movimento a imensa iniciativa criadora das massas.

O avanço da Revolução exige quadros capazes de entender correctamente os problemas do meio em que vivem e trabalham. Quadros que gozem da confiança e estima das massas. Quadros que se imponham política e moralmente no seio dos trabalhadores por um comportamento irrepreensível.

Nesta perspectiva teremos de cuidar da preparação ideológica dos militantes. O nosso Partido deve criar condições para que os seus membros se engajem no estudo colectivo organizado das nossas experiências teóricas e práticas e do Marxismo-Leninismo. O estudo ideológico constitui uma actividade colectiva, contínua, organizada e obrigatória.

Temos de armar os membros do Partido de noções claras sobre o trabalho organizacional no seio das massas. Os quadros do Partido devem possuir conhecimentos científicos sobre métodos de planificação de trabalho político, sobre princípios de planos concretos de organização das massas, sobre métodos de preparação e orientação de reuniões e sobre o modo de elaboração de relatórios.

Devemos educar os membros do Partido para elevar a sua capacidade de vigilância e para organizar a vigilância popular.

Finalmente, temos de dedicar especial atenção à formação integral dos membros do Partido.

Na fase inicial da vida do Partido, e como reflexo da situação actual das largas massas do nosso País, o Partido contará no seu seio com grande número de membros que não sabem ler nem escrever. Isto constitui uma limitação importante à sua formação política e ideológica. Por muito grande que seja a vontade e a dedicação desses camaradas, experimentarão sérias dificuldades em apreender certas questões teóricas, em estudar, aplicar e divulgar certas orientações do Partido. Por isso o Partido tomará medidas para incrementar o nível dos conhecimentos literários, científicos e técnicos dos seus membros, condição indispensável para um aprofundamento da sua formação política e ideológica.

No âmbito da formação de quadros, combinaremos os programas teóricos com a actividade prática, a educação política com a participação na produção colectiva.

No domínio da formação de quadros, uma responsabilidade particular cabe à Escola do Partido, que possui já uma rica e vasta experiência. Tal experiência deve ser continuamente sintetizada e aprofundada por forma a satisfazer as exigências de formação dum número crescente de quadros.

A Direcção do Partido deve criar condições para a publicação a curto prazo dum boletim periódico, destinado a elevar o nível político e ideológico dos seus membros, e no qual serão abordadas questões teóricas e práticas da nossa experiência e da teoria revolucionária em geral, bem como problemas mais importantes da actualidade nacional e internacional.

O Partido e o Povo

Sem um Partido de vanguarda que saiba conduzir as classes trabalhadoras através de todas as fases da luta de classes não pode haver Revolução Socialista. Mas o Partido de vanguarda não vence sozinho.

Quem faz a Revolução é o Povo organizado, são as largas massas trabalhadoras. A tarefa central do Partido consiste precisamente em unir, organizar, educar e dirigir as massas para que estas façam a Revolução.

A força do nosso Partido reside na sua unidade íntima com as massas, na sua capacidade de organização e direcção das massas. A FRELIMO viverá sempre enraizada nas massas, educando-as continuamente por forma a adquirirem uma consciência revolucionária, engajando-as na luta activa contra os exploradores.

Um princípio fundamental da actuação do Partido é o seu constante contacto com o Povo. Cada membro e cada direcção do Partido deve preocupar-se, prioritariamente, em discutir e em analisar, em conjunto com o Povo, a política da FRELIMO e em mobilizar as massas para a materialização dessa política.

Não basta proclamar o papel dirigente do Partido, é necessário conquistá-lo na prática. Existe apenas um meio de a FRELIMO se afirmar junto das massas como força dirigente: trabalho contínuo e perseverante de defesa dos interesses das massas e luta pela satisfação das necessidades materiais, intelectuais e culturais dos trabalhadores, a luta pelas justas reivindicações populares.

Só assim, através da vida junto do povo e da aplicação dum programa que corresponda aos interesses vitais dos trabalhadores, o Partido representará as mais altas aspirações do nosso Povo: aspirações de uma vida melhor, feita de prosperidade, de abundância, de segurança e de justiça e paz.

O trabalho da FRELIMO no seio das massas realiza-se através das organizações de base do Partido. O nível de direcção das massas pelo Partido depende directamente do dinamismo, da combatividade e da iniciativa das suas organizações de base. São elas o ponto de contacto entre o Partido e o Povo. A ideia que o Povo tem do Partido resulta principalmente da acção das organizações de base. Com o seu trabalho político de massas, as estruturas de base da FRELIMO contribuirão activamente para a fusão da política do Partido com a iniciativa criadora das massas e para a implementação correcta e eficiente das tarefas económicas políticas e ideológicas.

Neste contexto a FRELIMO dedica uma atenção prioritária à criação e ao funcionamento das suas organizações de base.

A educação ideológica das massas

O colonial-fascismo deixou marcas profundas entre nós sob a forma de preconceitos, ideias e valores reaccionários. Igualmente são numerosas as manifestações de obscurantismo.

Sobrevivem na nossa sociedade vestígios da ideologia feudal que se revelam em especial na superstição e na atitude discriminatória e repressiva em relação à Mulher e à Juventude.

Estas manifestações retrógradas são combatidas pela acção das massas. A socialização e a industrialização do País, a difusão do ensino e educação científica contribuem poderosamente para a liquidação desta herança.

O Partido deve dar uma particular importância à luta ideológica na nossa sociedade.

A educação ideológica fornecerá ao Povo o método científico de análise para utilizar as leis da natureza e da sociedade em seu benefício.

A educação ideológica das massas é condição indispensável para eliminarmos da nossa sociedade

a superstição, o obscurantismo e outras formas do idealismo; é condição decisiva para que o nosso Povo se impermeabilize contra as manobras de subversão ideológica lançadas pela reacção; é condição essencial para a liquidação dos valores decadentes da burguesia.

Educar ideologicamente as massas é desenvolver a sua consciência revolucionária, a sua determinação de lutar, o seu amor ao trabalho, o seu patriotismo e o seu espírito internacionalista, fortalecendo a sua confiança no Partido e nos ideais do Socialismo.

O Partido dedicará uma atenção prioritária à difusão da nossa ideologia de classe no seio das largas massas. No gigantesco trabalho de educação ideológica do nosso Povo, o Partido empregará todas as armas ao seu alcance, tais como órgãos de informação, bibliotecas de leitura revolucionária e a constituição de círculos de estudo. As escolas deverão ser centros de difusão da ideologia da nossa classe.

Medidas legislativas e jurídicas apoiarão o combate do Partido e das organizações democráticas de massas pela supressão dos valores decandentes da burguesia e do feudalismo.

Informação e Propaganda

O trabalho de informação e propaganda é fundamental para a mobilização política do nosso Povo em torno dos grandes objectivos do Partido.

Informar, educar e mobilizar são tarefas centrais da Informação e Propaganda. Elas complementam a actividade política do Partido, levam as suas orientações aos pontos mais distantes do País, educam as massas.

Sob a direcção da FRELIMO, organiza-se o trabalho de Informação e Propaganda a nível nacional. Cria-se a rede dos correspondentes populares nas províncias, estendem-se a todo o País os Jornais do Povo, órgãos difusores das realidades do círculo ou da localidade, e altera-se profundamente o conteúdo da Rádio e da Imprensa escrita.

Para fazer corresponder este sector às necessidades da etapa presente da edificação da base material do Socialismo importa organizar e coordenar as estruturas e órgãos de Informação do Partido e do Estado e formar quadros que saibam materializar os interesses da classe operária e do campesinato no trabalho de Informação e Propaganda. É necessário igualmente ligar intimamente a actividade de Propaganda com a actividade política das organizações e militantes do Partido no seio das massas. A curto prazo, retomaremos a difusão e publicação dos órgãos do Partido, a *Voz da FRELIMO* e a *Voz da Revolução*. O Partido promoverá reuniões regulares dos órgãos de Informação com as estruturas do Partido e do Estado, para analisar e planificar o trabalho de Informação e Propaganda. O Partido prosseguirá a formação de quadros para este sector, no sentido de melhorar a formação de jornalistas actualmente existentes e criar novos quadros. A médio prazo, será criada numa escola superior de jornalismo. No plano externo, o Partido realizará um trabalho efectivo de Informação e Propaganda das nossas realidades nacionais.

As organizações democráticas de massas

Os trabalhadores de vanguarda, em especial da classe operária e do campesinato, estão organizados na FRELIMO. As massas populares estão enquadradas nas organizações democráticas de massas. As organizações democráticas de massas constituem o elo de ligação entre o Partido e o Povo. Nelas a FRELIMO encontra uma fonte inesgotável de energia revolucionária. As organizações de massas são a grande escola onde se desenvolve a consciência de milhões e milhões de trabalhadores, homens e mu-

lheres, velhos, jovens e continuadores. Elas são a base de recrutamento e o centro de formação e aperfeiçoamento contínuo dos militantes do Partido. As organizações democráticas de massas constituem o instrumento fundamental de alargamento e consolidação da larga frente popular anti-imperialista ao nível nacional, uma escola de vida democrática e de participação organizada do Povo na vida social.

Elas permitem à FRELIMO conhecer e sentir, em cada momento, os problemas, as necessidades, as opiniões, as críticas e as sugestões dos diversos sectores da população.

Após a criação do nosso Partido deverão desenvolver-se as organizações de massas actualmente existentes e deverão formar-se novas organizações.

A Organização da Mulher Moçambicana deverá prosseguir e intensificar o seu trabalho de mobilização e organização das mulheres moçambicanas, em especial da mulher operária e camponesa, com vista à sua emancipação, através do engajamento activo e consciente nas múltiplas tarefas da Revolução Democrática Popular.

O Partido dinamizará a formação de sindicatos capazes de desempenhar um papel decisivo na organização, consciencialização e defesa dos interesses dos trabalhadores.

O Partido criará organizações para a Juventude e os Continuadores, com a tarefa grandiosa de realizar a educação socialista das novas gerações, que são a principal fonte de futuros quadros da FRELIMO.

Serão constituídas organizações de cooperativas para a defesa dos interesses dos membros, a consolidação do seu espírito colectivo e o engajamento de novas forças no movimento cooperativista. De particular importância neste campo é a organização dos camponeses cooperativistas.

Serão criadas organizações para os jornalistas, os escritores, os artistas e os cientistas.

O Partido intensificará o trabalho de mobilização e organização dos moradores das aldeias e bairros comunais. Este trabalho contribuirá de forma decisiva para a organização da vida das massas em moldes colectivos e democráticos e conduzirá os moradores a dirigir efectivamente a vida da sua aldeia ou bairro.

Do mesmo modo prosseguirá a constituição de associações recreativas, culturais e desportivas que terão como objectivo fundamental a criação de condições de divertimento e de educação física e cultural das largas massas, sem qualquer discriminação.

Finalmente, o Partido dará especial atenção à formação de associações de solidariedade. Estas associações contribuirão para desenvolver as relações de amizade com os outros Povos, apoiar a luta mundial pela Paz, contra o imperialismo e exploração e para educar o nosso Povo no espírito internacionalista.

O trabalho das organizações democráticas de massas é dirigido politicamente pelo Partido que o apoia a todos os níveis. Em cada escalão, o órgão de direcção da organização de massas é orientado pelo órgão correspondente de direcção do Partido. Todos os membros do Partido deverão participar activamente no trabalho das organizações democráticas de massas.

Aprender com as massas para ensinar as massas — eis o princípio revolucionário pelo qual se deverão orientar todos os membros da FRELIMO.

O Partido e o Estado

O Partido e o Estado são duas entidades distintas. O Partido é a forma superior de organização política das classes trabalhadoras. O Estado Popular que edificamos é o instrumento principal para a materialização da política do Partido. O Partido di-

rige e orienta todas as actividades do Estado. O Partido não se substitui ao Estado.

Na prática, o papel dirigente do Partido em relação ao Estado materializa-se em particular da seguinte maneira:

1.º — O Partido estabelece a estratégia e a táctica a seguir no desmantelamento do Estado colonial e na edificação do Estado Popular Democrático;
2.º — O Partido toma medidas para garantir que os postos de responsabilidade do Estado sejam ocupados por quadros do Partido, dedicados à causa revolucionária;
3.º — O Partido utiliza o Estado como instrumento para a realização da sua política revolucionária. Assim, o Partido traça as linhas fundamentais de desenvolvimento em todas as esferas da vida social e controla a sua execução. Essas linhas de orientação reflectem-se nas leis do Estado. As leis do Estado exprimem as directivas do Partido e impõem a sua realização prática;
4.º — O Partido cria condições para que em todas as estruturas do Estado se constituam organizações de base para aplicação da sua linha política;
5.º — O Partido desenvolve um trabalho contínuo, em larga escala, de formação de operários e camponeses de vanguarda para ocuparem cargos de direcção no aparelho de Estado;
6.º — O Partido educa os trabalhadores do Estado no espírito de servir as massas. O Partido mobiliza todos os trabalhadores no apoio ao Estado.

O trabalho político no seio do aparelho de Estado assume um carácter muito importante. Nele reside a chave para a transformação da mentalidade dos funcionários, para a implantação da ideologia revolucionária do proletariado ao nível do aparelho de Estado.

O trabalho político no seio do aparelho de Estado compete prioritariamente às organizações de base do Partido. Constituem tarefas principais das organizações do Partido nos órgãos de Estado:

1.º — Educar politicamente os trabalhadores da Função Pública por forma a engajá-los conscientemente no processo revolucionário;
2.º — Combater o burocratismo, a arrogância, o abuso do poder, a indisciplina e a corrupção;
3.º — Criar condições para uma colaboração estreita entre os trabalhadores da Função Pública e as massas, em especial operários e camponeses;
4.º — Apoiar os órgãos de Estado nas suas tarefas.

A edificação e consolidação do Partido de vanguarda

A curto prazo a nossa tarefa maior é a edificação do Partido.

Devemo-nos engajar resolutamente na criação de organizações do Partido nas fábricas, nas cooperativas, nas empresas, nos órgãos militares e paramilitares, no seio do aparelho de Estado, nas aldeias e bairros comunais, em todos os locais de trabalho e de residência.

Numa primeira fase devemos dar proridade à criação de organizações de base do Partido em locais de trabalho de maior concentração operária, nos órgãos militares e paramilitares. Um plano de prioridades deverá ser estabelecido e rigorosamente cumprido.

Enquanto num local determinado de trabalho ou residência não for criada a estrutura do Partido, o Grupo Dinamizador nesse local continuará a funcio-

nar. Em colaboração com ele, a Direcção do Partido organizará a implementação da nova estrutura.

Importa proceder à selecção e admissão dos trabalhadores mais conscientes como membros do Partido.

Devemos criar organizações do Partido em todos os locais de trabalho e de residência, do Rovuma ao Maputo; engajar nas fileiras do Partido um número sempre crescente de trabalhadores de vanguarda; dinamizar o processo de formação de quadros para o Partido: tais são as tarefas centrais no âmbito da criação e consolidação do nosso Partido.

CAPÍTULO IV

TAREFAS PRINCIPAIS DE DESENVOLVIMENTO

A estratégia de desenvolvimento

No quadro das tarefas da Revolução Democrática Popular, o objectivo fundamental do desenvolvimento económico e social é a edificação da base material, técnica e científica para a passagem ao Socialismo.

Na realização deste objectivo teremos de travar uma batalha longa e difícil para a conquista efectiva do Poder económico, que possibilita a elevação progressiva do nível de vida material, social e cultural do nosso Povo.

A estratégia do nosso desenvolvimento apoia-se na produção agrícola. As Aldeias Comunais são o eixo fundamental da libertação do Homem no campo.

A indústria é o factor dinamizador do desenvolvimento económico. A edificação da indústria pesada constitui o factor decisivo da nossa independência total, permite a ruptura com a integração no sistema imperialista.

A construção do Socialismo exige a direcção centralizada e planificada da economia pelo Estado, e a gestão planificada constitui um dos seus traços fundamentais.

Ao nosso Estado compete criar estruturas aptas a organizar, dirigir e desenvolver a economia, planificando e distribuindo racionalmente as forças produtivas por todo o País. Compete-lhe assegurar a utilização plena dos recursos humanos e materiais ao nível regional, associando os centros de produção e de consumo, desenvolvendo, assim, o campo e as cidades de modo equilibrado. Neste contexto, cria também as condições materiais que assegurem o direito de todos os cidadãos ao trabalho.

O sector estatal de produção deve tornar-se dominante e determinante. Assim, a criação de empresas estatais é um objectivo prioritário.

As empresas estatais são o instrumento indispensável do desenvolvimento planificado, harmonioso, seguro e independente do País. São a grande escola onde a classe operária se vai desenvolver e apetrechar para a luta de classes.

A cruto prazo, procederemos à reorganização das unidades com comissões administrativas e à publicação de leis que regularão a sua transformação em empresas estatais e cooperativas.

Todos os sectores estratégicos da economia deverão ficar sob controlo do Estado. Em certos casos, a associação com empresários, no quadro de sociedades mistas, será a via mais correcta de superar as carências financeiras e tecnológicas do nosso País.

O sector cooperativo, a outra forma essencial de colectivização da produção, é activamente apoiado pelo Partido e pelo Estado.

A estratégia do desenvolvimento económico e social exige a definição da política financeira que reflicta o carácter popular do nosso combate. Ela consiste, essencialmente, na revolucionarização do sistema fiscal e na criação de uma política de crédito que apoie o crescimento dos sectores decisivos no desenvolvimento e na construção do Socialismo.

A política fiscal deve ser um instrumento para garantir a direcção da economia pelo Estado. Ela

canalizará para o Estado grande parte dos excedentes da produção, assegurando a sua aplicação nos sectores socioeconómicos prioritários. O sector estatal da economia tenderá a ser a principal fonte de receitas do Estado.

O Estado tributará progressivamente os rendimentos do capital, tendo em vista uma menor tributação dos rendimentos do trabalho. A política fiscal do Estado em relação aos rendimentos do trabalho é orientada para o estabelecimento de taxas directamente proporcionais aos níveis de rendimento. Serão postas em prática as principais alterações na política fiscal, reflectindo o novo Poder instaurado no nosso País, o Poder da aliança operário-camponesa. A transformação radical do sistema de fiscalidade depende, contudo, da transformação das estruturas económicas.

Relativamente à política de crédito, deve ser implementado o processo de revolucionarização das respectivas estruturas. A política de crédito deve encaminhar-se para um apoio efectivo aos sectores prioritários da nossa economia, nomeadamente as empresas estatais e cooperativas na agricultura, indústria e comércio.

A banca será reorganizada para permitir que o Estado exerça um controlo efectivo do sector financeiro e para cumprir os objectivos da nosssa estratégia de desenvolvimento económico e social.

O sector de seguros, recentemente nacionalizado, aplicará uma política de seguros contra os riscos da produção, com tarifas preferenciais para os sectores prioritários, nomeadamente para as formas colectivas de produção.

A previdência social será concebida de modo a fornecer gradualmente uma assistência efectiva a todos os trabalhadores idosos e incapacitados e a garantir a todos o direito à reforma. O sistema de seguros de acidentes de trabalho e de acidentes de viação deve ser revisto a fim de permitir uma mais eficaz cobertura dos respectivos riscos.

As receitas do Estado são o principal meio para melhorar constantemente as condições de vida do Povo. O financiamento de mais escolas, de novos hospitais, de mais Lojas do Povo, de melhores transportes, de novas fábricas e empregos, depende directamente das receitas do Estado provenientes dos impostos. Constitui dever de cada cidadão pagar integral e pontualmente os seus impostos. Estes são uma contribuição de todo o Povo para a melhoria das condições do próprio Povo. O Partido mobilizará o Povo para pagar os impostos.

A nossa estratégia global de desenvolvimento conduz à ruptura com a dependência do imperialismo.

Esta opção impõe, desde já, um esforço de complementaridade com os países africanos amigos e outros países progressistas em desenvolvimento e com os países socialistas. A cooperação com países amigos e organizações progressistas fornece ao nosso País a experiência fecunda dos trabalhadores de todo o Mundo no combate pela independência económica e permite acelerar o processo da edificação da base material para a passagem ao Socialismo.

Queremos estabelecer relações económicas e de cooperação com todos os países. A nossa luta insere-se no combate dos países em desenvolvimento pelo estabelecimento de uma nova ordem económica internacional. A recuperação e o controlo dos recursos naturais e o estabelecimento de relações económicas justas e equitativas são aspectos fundamentais dessa luta. Lutamos pela instauração de um novo tipo de relações com todos os países, baseado nas vantagens mútuas e recíprocas e no pleno respeito pela soberania e independência de cada país.

Em sectores não estratégicos da economia, a actividade privada é admitida na medida em que cumpra criteriosamente o seu fim social e participe na produção nacional, no quadro dos objectivos fixados pelo Estado de acordo com os interesses das massas populares.

Um aspecto particular da actividade privada em Moçambique é o que diz respeito aos artesãos e aos pequenos proprietários. A dependência do Estado colonial em relação ao grande capital determinou o desprezo por estes produtores, que eram isolados, submetidos a uma implacável política de crédito e sobrecarregados pela necessidade de financiar as infra-estruturas de apoio às suas actividades.

Este sector enfrenta hoje inúmeras dificuldades que vão desde a sabotagem de fornecimento das matérias-primas pelas grandes companhias e o seu elevado custo à falta de capacidade financeira. Estas dificuldades só poderão ser resolvidas correctamente pela organização progressiva e voluntária deste sector em cooperativas. Estas garantirão, com o apoio do Partido e do Estado, a estabilidade de vida dos cooperantes, a colocação e venda dos seus produtos e o abastecimento de matérias-primas em condições mais favoráveis.

Os novos investimentos do capital privado, interno ou externo, serão autorizados em função da incidência que venham a ter na edificação da base económica, quer produzindo divisas através da exportação quer contribuindo para a satisfação das necessidades fundamentais do Povo, e sempre condicionados à obrigação de formar e elevar o nível técnico e científico dos trabalhadores moçambicanos.

As massas populares no desenvolvimento económico e social

Ao longo do primeiro ano da Independência, o inimigo recorreu a acções de provocação e agitação das massas trabalhadoras com o objectivo de bloquear a recuperação da economia nacional. Para isso, explorou o insuficiente nível de consciência de classe de muitos trabalhadores.

Uma tarefa fundamental do Partido e do Estado é acelerar a transformação das relações de trabalho,

promovendo uma crescente participação e decisão das massas laboriosas na organização do seu próprio trabalho.

A agudização da luta de classes e o desenvolvimento das forças produtivas exigem o crescente controlo dos trabalhadores sobre a produção, um novo estilo de direcção das unidades de produção, e estabelecem a unidade das funções directiva e executiva.

Pelo seu papel dominante, é no sector económico estatal que devemos consolidar a ofensiva de organização da classe operária, através da institucionalização de Assembleias de Trabalhadores.

Em cada empresa estatal ou mista, representantes da organização dos trabalhadores e da estrutura do Partido devem fazer parte dos órgãos de apoio à Direcção.

Nas empresas do sector privado, a gerência deve reunir regular e obrigatoriamente com a organização dos trabalhadores e a estrutura política, a fim de manter os trabalhadores informados sobre o processo produtivo e o andamento da gestão.

Todos os benefícios sociais se ligam ao crescimento da produção. O desenvolvimento social está fortemente condicionado pelo desenvolvimento económico. Não podemos distribuir o que não temos. A situação económica e financeira do País é difícil e a dependência económica em relação ao imperialismo é, ainda, uma realidade. Importa, portanto, fixarmos as prioridades, tendo em conta a salvaguarda da nossa independência e a garantia de as realizar com austeridade. Ao longo dos próximos anos, a extensão dos benefícios sociais depende directamente da participação activa do Povo organizado na sua realização e do aumento da produção e da produtividade.

É essencial que nos inspiremos na experiência fecunda de organização da vida nas zonas libertadas. Durante a guerra, em condições mais difíceis, com menos recursos em quadros técnicos e em meios, soubemos definir prioridades e encontrar as soluções e o modo de as implementar. Inspirando-se na experiência das zonas libertadas, o Partido deve orientar as estruturas para a procura constante de soluções populares, organizando e mobilizando as massas para construir e apoiar as escolas, os centros sanitários, os infantários e outros empreendimentos sociais. É fundamental que a nossa produção aumente em quantidade e qualidade, para nos libertarmos da fome, da nudez, da miséria e da doença.

A preparação crescente de operários e camponeses no domínio da ciência e da técnica do processo produtivo é uma frente decisiva do combate pela independência total. A par do desenvolvimento de educação, todas as estruturas, estatais e privadas, devem desencadear, coordenadamente, permanentes e sucessivas acções de formação profissional dos trabalhadores nacionais.

O Partido deve dinamizar a criação de hábitos de poupança e austeridade nos gastos, a todos os níveis, de modo a aumentar a capacidade de acumulação interna do País, para benefício de todo o Povo.

Desenvolvimento da agricultura

O isolamento e dispersão dos camponeses e o atraso tecnológico provocado pela opressão colonial determinaram que a capacidade produtiva do campesinato esteja longe de satisfazer as necessidades alimentares fundamentais do País.

A Revolução exige que levemos a todo o País a experiência das zonas libertadas.

A organização dos camponeses em comunidades rurais é essencial para o desenvolvimento da vida colectiva no campo e para a criação das condições necessárias à socialização da agricultura. A produção colectiva, porque gera excedentes comuns, é a única via que permite ao camponês moçambicano a passa-

gem a métodos mais avançados de trabalho e à introdução da produção mecanizada e das primeiras formas de industrialização no campo.

As Aldeias Comunais constituem assim a nossa opção na estratégia de socialização das zonas rurais. É nelas que, através da produção colectiva, se reforça o combate ideológico dos trabalhadores, permitindo um rápido crescimento da consciência revolucionária e de classe e a consequente libertação da sua imensa capacidade criadora.

A organização do Povo em Aldeias Comunais torna possível atingirmos com relativa rapidez a auto-suficiência alimentar e a satisfação das necessidades de saúde, educação e cultura, grande objectivo imediato de cada Aldeia Comunal. A produção de excedentes, em conformidade com o planeamento nacional, é o objectivo a atingir e factor essencial da sua expansão.

A criação no futuro de complexos agro-industriais nas Aldeias Comunais ampliará a diversificação das actividades profissionais no campo e a sua complementaridade, diminuindo progressivamente a diferenciação entre o campo e a cidade.

As empresas estatais e as cooperativas são as formas organizativas na agricultura que constituem a base das Aldeias Comunais.

As empresas estatais são a forma mais rápida de responder às necessidades alimentares do País pela dimensão das áreas que abrangem, pela organização racional dos recursos humanos e materiais e pela disponibilidade imediata de meios de produção mecânicos. Elas constituirão centros de pesquisa e desenvolvimento da técnica e ciência agrárias. Nas empresas estatais mais estruturadas e avançadas, os camponeses organizados devem efectuar breves estágios de aprendizagem, tornando-se assim agentes difusores de métodos mais avançados de produção.

As cooperativas de produção agro-pecuária são também uma forma principal de organização do trabalho fundamental para a socialização da nossa

agricultura. Elas permitem o controlo directo dos camponeses sobre a produção, factor decisivo para a elevação crescente da sua consciência social e política e do seu nível de conhecimentos científicos e técnicos.

O movimento cooperativo, sob a direcção do Partido, constitui um vasto processo de mobilização das largas massas camponesas para uma participação organizada, consciente e planificada no desenvolvimento socialista de todo o País.

Na estratégia global para o desenvolvimento agrário, a tarefa prioritária é a satisfação das necessidades alimentares do País e a produção de excedentes para abastecimento das grandes cidades. A aliança operário-camponesa materializa-se igualmente na segunda prioridade definida para o sector agro-pecuário: a de fornecer à indústria transformadora as matérias-primas necessárias. A produção para as indústrias de óleo, caju, têxteis, conservas de carne e vegetais, sumos, etc., é um objectivo da máxima importância. O Partido e o Estado devem também mobilizar e dirigir a capacidade do País para a produção agrária com vista à exportação. É tarefa urgente superarmos os máximos de produção até hoje conseguidos, nomeadamente na produção de caju, algodão, açúcar, chá e copra. O aumento da exportação dos produtos agrícolas e a consequente obtenção de divisas são necessários para desenvolver o processo da nossa industrialização.

O cumprimento destes três objectivos essenciais exige um grande esforço de investimentos na agricultura, quer na formação técnica de quadros quer na expansão das infra-estruturas.

O controlo dos rios, o alargamento das áreas de regadio e a constituição de redes de armazenagem são orientações fundamentais para o trabalho do Estado e do Povo organizado. A Barragem da Curumane, cujos trabalhos preliminares se iniciarão este ano, é o primeiro exemplo da implementação desta orientação e contribuirá para a regularização do rio

Incomáti, proporcionando depois de concluída uma área de regadio de 10 500 hectares.

A diversificação das culturas é indispensável para garantirmos a elevação da qualidade da alimentação do Povo e o aproveitamento do nosso imenso potencial agrícola. É urgente fazermos um estudo profundo a este respeito, visando a utilização durante todo o ano da capacidade produtiva do campesinato e a adaptação científica das culturas às características naturais das diversas regiões do nosso País.

Devemos dar atenção à localização dos projectos de desenvolvimento agrário, concedendo prioridade aos que podem ser implementados perto dos grandes centros de consumo ou escoamento, tendo em conta o desenvolvimento equilibrado do País.

Para o enriquecimento da alimentação do Povo e para superar as carências provocadas pelo roubo e destruição de gado efectuados pela burguesia colonial, é objectivo urgente do Partido a mobilização e organização das massas, no campo e nos bairros comunais, para a criação de pequenas espécies, em especial coelhos, patos e galinhas. Às estruturas do Estado compete o apoio a esta campanha nacional, através da formação acelerada de agentes pecuários especializados e da divulgação, por todos os meios, de noções elementares necessárias à criação destas espécies.

Protecção à natureza

A fauna e flora do nosso País são extremamente ricas e constituem um bem que é património de todo o Povo. A defesa da natureza, fauna e flora, é dever de cada cidadão.

Durante o colonialismo, a nossa fauna foi em muitos casos objecto de uma destruição indiscriminada, com o único fim de obtenção de lucros fáceis e divertimento de um punhado de capitalistas. No que

se refere à flora, ela nunca foi protegida, e espécies preciosas foram utilizadas ao desbarato.

A política do Partido e a acção do Estado orientam-se no sentido de garantir o equilíbrio ecológico, protegendo e desenvolvendo as reservas de animais e florestas e assegurando a sobrevivência e a recomposição das diferentes espécies da fauna e flora. O Partido explicará às massas as formas de proteger a nossa fauna e flora e organizá-las-á nessa acção.

Um aspecto particular relacionado com a protecção da natureza no nosso País é o das queimadas. Estas, tal como ainda hoje são praticadas, têm graves efeitos negativos, liquidando a fauna e flora e destruindo os solos. O Partido orientará o nosso Povo na luta contra este tipo de acção, explicando-lhe os casos em que as queimadas podem ser úteis e o modo como devem ser praticadas.

A utilização racional da fauna através da caça constitui um importante contributo para o enriquecimento da dieta alimentar do Povo moçambicano. Interessa, a este respeito, implementar projectos já em curso. O aproveitamento organizado das peles, presas, dentes e outros produtos derivados de certas espécies animais abre-nos, por outro lado, a possibilidade de criar novas indústrias e aumentar as nossas divisas. As estruturas competentes deverão regulamentar a caça, incluindo a recreativa e desportiva.

Recentemente, fixámos em duzentas milhas a nossa zona marítima exclusiva. Trata-se de uma medida destinada a proteger os nossos recursos marítimos, defendendo-os das práticas criminosas e da pilhagem gananciosa das empresas monopolistas estrangeiras. Contra tais práticas, bem como contra aquelas que se traduzem na poluição marítima, o nosso Estado agirá para que a comunidade internacional tome as mais severas medidas de repressão.

No combate pela protecção à natureza e à saúde inclui-se também a luta contra a poluição. O Partido mobilizará o Povo para participar activamente nesta

luta. O Estado tomará medidas de regulamentação das actividades económicas com vista à protecção da natureza, à eliminação dos efeitos prejudiciais da poluição e à defesa da saúde dos cidadãos moçambicanos.

Desenvolvimento da indústria

O desenvolvimento e consolidação duma economia forte e independente exige que nos lancemos na via da industrialização do nosso País.

O aproveitamento integral dos nossos recursos naturais e da capacidade de trabalho nacional, no processo de transformação, permite valorizar a nossa produção e romper com a situação de país exclusivamente exportador de matérias-primas.

Valorizamos, assim, as nossas riquezas naturais transformando-as em fonte de acumulação para novos investimentos económicos e sociais.

A meta a atingir, a curto prazo, é elevar a produção da capacidade industrial existente, de modo a ultrapassar os níveis máximos anteriormente alcançados, em todos os sectores que sirvam as necessidades elementares do Povo ou estejam virados à exportação.

É urgente reconvertermos os sectores cuja actividade se dirigia aos consumos supérfluos.

No quadro geral da política de industrialização planificada devemos situar a edificação da indústria pesada, a indústria ligada à construção de máquinas e à produção de matérias-primas para outros ramos industriais.

Só através da construção da indústria pesada é possível ao nosso País assegurar o domínio do processo produtivo, libertando-se da dependência, e elevar decisivamente a capacidade económica. Criam-se as condições para a constante renovação da tecnologia utilizada e o contínuo aumento da produtividade.

Porque o processo de edificação da indústria pesada é longo e exige determinação e austeridade, é fundamental que o Partido trace, desde já, as primeiras tarefas a realizar.

Devemos intensificar a inventariação, já começada, dos nossos recursos naturais para o conhecimento detalhado das potencialidades minerais e energéticas e da viabilidade da sua exploração.

Paralelamente, devemos iniciar um estudo exaustivo do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho, a fim de determinarmos os campos possíveis de desenvolvimento da indústria pesada e as respectivas prioridades.

A valorização e expansão da capacidade produtiva actual na agricultura, indústria extractiva, pesca e indústria transformadora constituem fontes para obtermos os meios financeiros que permitem a realização deste grande objectivo.

No esforço a exigir ao parque industrial existente, é prioritário organizarmos o sector transformador dos produtos agrícolas, cuja capacidade se encontra manifestamente subaproveitada.

Devemos desenvolver os ramos industriais de apoio à produção, e nomeadamente as metalúrgicas e metalomecânicas, os cimentos, combustíveis, adubos e fertilizantes e as indústrias de embalagens. Deles depende a reactivação doutros sectores económicos, em especial a agricultura, e a obtenção de meios financeiros através da exportação.

Os sectores industriais virados à satisfação das necessidades fundamentais do Povo assumem importância imediata. Assim, as fábricas de produtos alimentares, vestuário, calçado, etc., devem ser organizadas em função das necessidades reais das massas trabalhadoras, reconvertendo as linhas de produção que se destinavam ao consumo de luxo das elites coloniais, sem que isso signifique baixa na qualidade dos produtos nem descuido no acabamento. O aumento da produção e da produtividade dos operários destes sectores é tarefa imediata.

A reactivação do ramo de produção de madeiras e derivados exige que criemos estruturas para o seu rápido controlo e inventariação e que estudemos as alternativas de aproveitamento.

O projecto de um complexo industrial de madeira serrada, aglomerados, papel e polpa encontra-se em fase de estudo. A dimensão económica e o reflexo social deste projecto tornam prioritária a passagem à fase de concretização. Trata-se de um complexo cuja conclusão se prevê dentro dos próximos quinze anos e que proporcionará, ao longo das suas várias fases, trabalho para muitos milhares de operários e camponeses. A sua plena actividade trará importantes benefícios económicos e financeiros.

Damos realce particular a este projecto porque ele sintetiza três princípios fundamentais da nossa política de industrialização. Este complexo será construído na província de Manica, em conformidade com a necessidade de descentralização do desenvolvimento nacional. O conjunto industrial será localizado em zona servida por meios de escoamento fácil e diversificado, por forma a não agravar os custos de produção. O projecto prevê, finalmente, a integração das diversas fases de produção na mesma unidade, permitindo a total valorização da nossa matéria-prima. Além disso, ele fornecerá divisas ao país e dará emprego a muitos trabalhadores.

A recuperação da produção na indústria transformadora depende da nossa capacidade de fornecimento de matérias-primas. Neste sentido é importante, paralelamente ao desenvolvimento do sector agrário, incrementar a produção nos outros sectores básicos para a transformação, nomeadamente na indústria extractiva.

A expansão da nossa indústria extractiva constitui uma questão central da industrialização de Moçambique e determina de imediato um grande esforço de pesquisa geológica e da intensificação da exploração dos recursos já conhecidos. A pesquisa deve ser canalizada com prioridade para a determinação

e avaliação das reservas em minérios de ferro e hidrocarbonetos. Os jazigos de M'kanha e Honde e as reservas do gás de Pande são objecto de atenção especial.

A exploração do carvão de Moatize está em aumento, prevendo-se que em fins de 1979 a sua produção seja cerca de quatro vezes superior à produção anterior à Independência.

A política do Partido na industrialização exige o conhecimento e aproveitamento racional dos recursos energéticos, quer em combustíveis sólidos e líquidos quer em energia hidroeléctrica. Para a planificação correcta do desenvolvimento do nosso País é indispensável que o Estado detenha os mecanismos de decisão neste sector estratégico.

Moçambique possui, actualmente, mais capacidade de energia do que aquela que utiliza. A par do estudo do potencial ainda não aproveitado, constitui prioridade, neste campo, a utilização da energia disponível para a dinamização das unidades de produção.

No sector das pescas, é indispensável desenvolvermos o aproveitamento dos imensos recursos naturais da nossa costa, para enriquecer a alimentação do Povo e para exportar os excedentes, em particular espécies de alto valor comercial. Para este efeito, é urgente apoiarmos e valorizarmos a pesca artesanal e, em especial, as cooperativas. É prioritária a expansão da frota pesqueira das empresas estatais e a recuperação e aumento da rede frigorífica de apoio.

Com a cooperação dos países amigos, abasteceremos inteiramente o mercado interno de peixe dentro de três anos.

O desenvolvimento do sector das pescas criará condições para o aparecimento de novas indústrias de conservas, óleos e farinha.

No âmbito da defesa da nossa soberania, é indispensável a organização de meios para salvaguardar

as riquezas da nossa plataforma continental e águas territoriais.

Desenvolvimento do comércio

A satisfação das necessidades do Povo e o pleno aproveitamento da capacidade produtiva nacional exigem o estabelecimento de uma rede eficaz de comercialização dos produtos.

Uma das preocupações centrais e imediatas do Partido e do Estado é garantir a satisfação das necessidades em produtos essenciais.

As dificuldades que actualmente existem no sector de abastecimento de produtos alimentares de primeira necessidade, e que levam as pessoas a estarem longas horas nas bichas, devem-se fundamentalmente à crise dos circuitos capitalistas de comercialização e à baixa de produção e de produtividade. Travamos já um intenso combate para eliminar as causas das dificuldades que atravessamos e para criar, o mais rapidamente possível, as condições para a sua superação. As Lojas do Povo já estabeleceram uma rede de mais de 70 postos de venda fixos e uma outra de postos móveis. A curto prazo, teremos as Lojas do Povo instaladas em todos os distritos. Pela multiplicação das Lojas do Povo, e nomeadamente pela sua extensão aos distritos e localidades, aumentaremos a rede de distribuição dos bens necessários às populações e asseguraremos o controlo dos circuitos de comercialização pelo Estado.

A criação de novas cooperativas de consumo e o aperfeiçoamento das já existentes, directamente controladas pelas massas populares organizadas pelo Partido, serão uma arma eficaz para combater o açambarcamento e a especulação sobre bens essenciais e pôr à disposição do Povo as mercadorias a preços acessíveis.

Estas iniciativas, a par da mobilização das massas para o aumento da produção e da produtividade, bem como a organização do aparelho estatal de direcção da economia, permitirão vencer a actual crise no sector dos abastecimentos.

Às estruturas do Partido cabe organizar as massas em comissões populares para o combate contra a especulação e açambarcamento e o comércio ilegal.

O desenvolvimento e utilização planificada dos diferentes meios de comunicação e transportes, incluindo os não motorizados, contribuem decisivamente para resolver os nossos problemas de comercialização.

A criação de infra-estruturas que sejam o suporte de uma rede de transporte eficaz merece, por parte do Estado, especial atenção. Devemos planear a construção de estradas, caminhos-de-ferro, e a reorganização da frota de cabotagem, tendo em vista a sua complementaridade. Neste campo, é importante a expansão do transporte marítimo, valorizando a nossa situação de país marítimo numa rota estratégica para o comércio mundial.

O comércio externo constitui, ainda, uma porta aberta à constante fuga de divisas por processos de sabotagem conhecidos, mas de difícil controlo. A criação de empresas estatais que exerçam o controlo cada vez mais efectivo deste sector permitir-nos-á também pôr termo a esta sabotagem.

A planificação e controlo das importações é factor essencial para uma utilização correcta dos nossos recursos em moeda estrangeira.

Para a libertação da nossa economia da dependência do imperialismo devemos continuar a modificar os circuitos comerciais que herdámos, desenvolvendo o intercâmbio com os países africanos progressistas, com os países anti-imperialistas e com os países socialistas.

O aparelho estatal de direcção da economia

Dada a importância do aparelho estatal de direcção da economia no desenvolvimento económico e social do País é necessário que lhe dêmos prioridade em quadros e meios.

As novas estruturas do Estado devem corresponder à transformação das relações de produção. No entanto, a alteração dos métodos de trabalho e a transformação da mentalidade dos trabalhadores da Função Pública são necessidades imediatas.

O reforço do aparelho estatal de direcção da economia deve ser feito com a maior austeridade e uma constante simplificação dos processos burocráticos, visando a utilização correcta dos quadros e dos meios.

Os problemas económicos devem ser encarados de forma global, combatendo-se energicamente o departamentalismo. Para isso, de acordo com a prioridade dos problemas, devemos organizar grupos de trabalho interministeriais, a diferentes níveis, e evitar a solução através das vias burocráticas.

Para uma acção efectiva e coordenada em cada sector da actividade produtiva, os Ministérios económicos devem criar unidades de direcção que orientem as empresas estatais, definam os objectivos e metas das empresas privadas do sector e controlem a avaliação dos resultados. Através das unidades de direcção, os Ministérios procederão à recolha de dados estatísticos para o seu tratamento centralizado.

No nosso Estado foi realizada uma primeira experiência de programação, em condições extremamente difíceis de meios e informação disponíveis. Ela partiu da necessidade de prever os efeitos da aplicação integral das sanções à colónia britânica da Rodésia do Sul sobre a nossa economia e o nosso desenvolvimento. O Programa de Emergência elaborado permite uma utilização correcta do apoio material e financeiro que nos foi dado, para fazer

face às dificuldades criadas pela aplicação das sanções. Este apoio, embora não cubra a totalidade das consequências económicas, reflecte o apreço da comunidade internacional pela nossa decisão.

O Programa de Emergência integra projectos no âmbito da agricultura, indústria, comercialização, transportes e comunicações, obras públicas e construção civil. A sua elaboração constitui um património de experiências que nos permitiram detectar lacunas e insuficiências, melhorar a utilização dos recursos e compreender na prática as estruturas prioritárias para a concretização de uma economia racional e planificada.

Nesta perspectiva, a reconstrução de um centro nacional de estatística devidamente apoiado por modernos meios de informática é condição essencial para o início do processo de planificação da economia. Ele deve constituir o órgão centralizador dos dados fornecidos pelos diversos Ministérios, procedendo ao seu tratamento e análise.

A fim de dinamizar o processo da planificação será criada até ao fim de 1977 a Comissão Nacional do Plano.

A Educação e Cultura

Em plena fase de desagregação do sistema económico colonial-capitalista, a República Popular de Moçambique, no primeiro ano de Independência, lançou as bases do seu futuro, desenvolvendo o ensino, reorganizando a saúde, melhorando as condições habitacionais.

No sector da Educação é indispensável continuarmos a promover a elevação constante dos conhecimentos técnicos e científicos das classes trabalhadoras e assegurar o seu acesso aos níveis superiores do ensino. Através do ensino da ideologia científica do proletariado, as estruturas da Educação devem

fornecer a todos os moçambicanos uma concepção científica e materialista do mundo.

O Partido deve intensificar o trabalho de mobilização dos trabalhadores organizados para se engajarem na batalha da alfabetização e educação de adultos, complementando o trabalho do Estado.

É prioritária a organização de processos de formação de base, através de cursos especiais para trabalhadores, da difusão do ensino nocturno e de cursos por correspondência.

Cabe à Educação assegurar a formação política, ideológica, científica e pedagógica dos professores e alunos. O ensino deve estar íntima e permanentemente ligado à produção e à luta das classes trabalhadoras. Devemos intensificar o rigor na selecção política e ideológica dos quadros da Educação. Nomeadamente, devemos proibir o acesso ao professorado e à Universidade a todos os elementos que tiveram um papel activo nos aparelhos ideológico e da repressão do colonial-fascismo.

Importa consolidarmos as conquistas realizadas na Educação enraizando-a nas massas trabalhadoras, melhorando continuamente a sua qualidade, organização e rigor ideológico e científico, por forma a que corresponda às sucessivas fases do nosso desenvolvimento económico. A expansão do ensino técnico para a agricultura e indústria constitui prioridade no que se refere aos investimentos do Estado na Educação a curto e médio prazos. Essa expansão é definida através de uma estreita acção coordenada que envolve o aparelho estatal de direcção da economia.

A Universidade deverá inserir-se no contexto geral da grandiosa tarefa da construção da Democracia Popular, para, em estreita ligação com as massas trabalhadoras, contribuir decisivamente para a formação de quadros com a rigorosa preparação científica e técnica.

Na frente da Cultura, frente decisiva nos sucessos obtidos, o Partido deve intensificar a recolha e valo-

rização do património nacional, desencadear a batalha contra o conservadorismo cultural, intensificar o intercâmbio nacional e internacional, criando assim as condições para que se exprima o sentimento revolucionário das classes trabalhadoras. Grupos culturais de carácter nacional instituídos pelas estruturas das forças militares e das organizações democráticas de massas são a síntese e o factor dinamizador deste processo.

A Educação Física e os Desportos devem ser difundidos com vista à sua prática regular e organizada entre os operários e camponeses, entre a juventude em geral, constituindo factor importante no desenvolvimento das condições físicas e da saúde. A preocupação de alargar a educação física e a prática desportiva a todo o Povo deve ser combinada com a elevação da sua qualidade técnica.

A Saúde

A longa tradição da FRELIMO na frente da Saúde durante a Guerra Popular de Libertação constitui a principal fonte de inspiração para a presente fase do nosso desenvolvimento. Fazer de cada cidadão um agente sanitário é o princípio que orienta a acção do Partido neste campo. Só assim é possível alargar as conquistas já realizadas a todo o Povo.

O desenvolvimento da medicina preventiva é a prioridade principal das estruturas da Saúde. Ela corresponde às necessidades fundamentais e às capacidades do País. Neste âmbito, continuaremos a desenvolver acções visando a educação sanitária e nutricional das massas e o saneamento do meio ambiente. Paralelamente, criaremos condições para a progressiva extensão a todo o País dum sistema de protecção materno-infantil, a fim de se reduzirem as elevadas taxas de mortalidade da mãe e da criança actualmente existentes. De acordo com esta prioridade, desenvolveremos também a sua necessária integração com a medicina curativa.

Na acção sanitária e na assistência social aos centros de produção, nomeadamente as Aldeias Comunais, o Partido mobilizará as massas para que elas por si próprias organizem e construam os centros sanitários, as creches, os dispensários e outros centros sociais. O Estado apoiará a acção das massas, quer formando técnicos quer assegurando a assistência material técnica necessária ao funcionamento daquelas estruturas.

Nos próximos três anos construiremos uma unidade industrial de produtos farmacêuticos e vamos intensificar a pesquisa com vista à sua expansão. No campo da medicina tradicional dinamizaremos a investigação, eliminando as práticas obscurantistas e valorizando cientificamente os aspectos positivos.

Devemos desenvolver a formação política, técnica e científica dos trabalhadores da Saúde, factor de base para a melhoria progressiva das condições sanitárias do Povo.

O Partido intensificará a acção em curso de organização dos trabalhadores da Saúde para que eles se identifiquem política e ideologicamente com a aliança operário-camponesa e promovam a integração total dos estabelecimentos sanitários na vida da comunidade.

A Habitação

A Habitação, necessidade essencial do Povo, é concebida pelo Partido no seu sentido mais amplo. Ela compreende a casa, redes de infra-estruturas com água e esgotos, escolas, postos sanitários, comércio, parques e outro equipamento social.

Com a nacionalização dos prédios de rendimento desapareceu a concepção da casa como investimento reprodutivo, característica da economia colonial-capitalista. Assim, a participação directa do Estado na execução de grandes projectos de construção de casas deve processar-se de forma gradual, em con-

formidade com a planificação global da economia e em função do desenvolvimento das forças produtivas. No investimento estatal neste sector daremos prioridade às infra-estruturas e ao reforço do equipamento social.

A participação do Povo, apoiado nas próprias forças, é condição fundamental para avançarmos na solução do problema habitacional. Constitui, pois, tarefa prioritária do Partido, nesta frente, a dinamização dos programas coordenados de autoconstrução assistida, da formação de cooperativas de construção de habitações e das campanhas para a valorização dos prédios nacionalizados. O Estado tem, como primeiras tarefas neste sector, a criação de uma instituição de crédito especializada no campo habitacional e a elaboração de leis sobre a construção de habitação pessoal e a respectiva transmissão.

O Estado deve promover uma política de construção habitacional, tendo em vista o maior aproveitamento dos materiais existentes no País, bem como o desenvolvimento das técnicas tradicionais. Por outro lado, é essencial proceder-se à reestruturação das empresas construtoras, para uma mais equilibrada distribuição e utilização dos meios disponíveis por todo o território nacional.

A concepção do Partido sobre a vida nos grandes aglomerados exige a organização dos seus habitantes. Ao Partido compete dinamizar, através das suas estruturas de local de residência, o processo de transformação da vida individual em vida colectiva. A criação de bairros comunais permite o estabelecimento de relações de tipo novo, o enriquecimento cultural e político dos moradores e a sua participação organizada na solução dos problemas.

O Trabalho

É tarefa do Partido conduzir uma acção sistemática com vista à dignificação do Trabalho, força

motriz do desenvolvimento da sociedade, e à aplicação do princípio «de cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo o seu trabalho».

Na etapa da Democracia Popular, com o desenvolvimento da economia nacional, o flagelo do desemprego, herdado do colonialismo, será eliminado. É um processo gradual que implica fundamentalmente uma equilibrada distribuição da população pelos vastos recursos produtivos do País.

A causa principal do aumento do desemprego nos centros urbanos é o constante afluxo de pessoas às cidades, consequência do subemprego rural, da falta de estruturas de apoio no campo e do modelo cultural trazido para o nosso País pelo colonial-capitalismo. A sabotagem económica e a crise do sistema capitalista agravaram o problema, com especial incidência nos operários da construção civil.

No primeiro ano de Independência, o Estado despendeu um grande esforço para manter em actividade pesados quadros de pessoal e empresas improdutivas. Os encargos com pessoal absorvem mais de 50 por cento do Orçamento Geral do Estado. Muitas empresas continuam a não produzir o suficiente para fazer face às despesas.

O problema do emprego coloca-se igualmente em relação à Juventude.

O desenvolvimento das condições de vida no campo é determinante para pôr termo ao movimento migratório para as grandes cidades.

É tarefa prioritária do Estado desencadear múltiplas acções de preparação de elementos qualificados para enquadrar o desenvolvimento do campo. Acções paralelas, para indústrias e serviços, devem ser organizadas a nível de todas as unidades de produção e do aparelho estatal, no sentido de elevar o nível político, técnico e científico dos actuais trabalhadores e preparar os jovens.

Devemos dar atenção especial à integração na actividade produtiva dos jovens que terminam os seus

estudos. Para eliminar a anarquia do mercado de trabalho, é necessário criar um órgão que, planificadamente, proceda à colocação destes jovens, tendo em consideração as suas qualidades políticas e técnicas e as prioridades no desenvolvimento do País.

A solução do problema do desemprego depende da execução da política económica de desenvolvimento nacional. É uma solução por etapas que exige um combate vigoroso, desencadeado e dirigido pelo Partido, contra a mentalidade errada, que ainda sobrevive e se caracteriza pelo desprezo pelo trabalho manual e, em particular, pelo trabalho agrícola.

As nacionalizações efectuadas no primeiro ano de Independência constituíram factor de ruptura decisivo com a burguesia e o capitalismo. O entusiasmo das classes trabalhadoras demonstrou que o ataque frontal ao privilégio e parasitismo burguês marcou o início de uma nova fase da luta de classes no nosso País. Foi esse entusiasmo e participação que permitiram uma rápida vitória sobre a crise que afectou os sectores nacionalizados.

As experiências acumuladas após as nacionalizações nos sectores da Educação, Saúde e Habitação devem ser enriquecidas e estendidas a todos os pontos do País, a todos os trabalhadores organizados.

Os edifícios são património do Povo. Ao Povo organizado cabe fiscalizar e participar na sua manutenção e no seu melhoramento.

Na frente da Habitação, as estruturas do Partido devem conduzir uma acção permanente no sentido de se elevar o nível de consciência e de conhecimentos técnicos dos inquilinos para se formarem comissões de bairro que desenvolvam a vigilância organizada contra os sabotadores e promovam a conservação diária do parque imobiliário.

Continuar com determinação e entusiasmo a consolidação e a valorização das nossas conquistas revolucionárias é uma tarefa fundamental de todos os trabalhadores, enquadrados pelas estruturas do Partido e do Estado.

CAPÍTULO V

O PAPEL E TAREFAS DO ESTADO

A natureza de classe do Estado

A vitória das massas trabalhadoras sobre o colonialismo e o cumprimento das tarefas da Revolução Democrática Nacional colocaram perante a FRELIMO a questão da estratégia e táctica a seguir na fase da Revolução Democrática Popular.

O Estado foi sempre o instrumento do poder da classe dominante para garantir a realização dos seus interesses. No nosso País, a dominação do Estado colonial-fascista foi a que se caracterizou pela maior violência e brutalidade.

Ligado ao sistema imperialista mundial, o Estado colonial-fascista teve por fim garantir a exploração do Povo moçambicano e a rapina das nossas riquezas nacionais. Toda a máquina política, administrativa, económica e de repressão, todos os organismos e instituições destinavam-se à exploração e opressão das mais amplas camadas do nosso Povo. Por isso, a sua destruição é um imperativo da edificação da Nova Sociedade.

Na destruição do Estado colonial e na edificação do Estado Popular inspiramo-nos nas nossas experiências das zonas libertadas.

As primeiras formas de exercício do Poder pelas massas trabalhadoras moçambicanas tiveram lugar

Continuar com determinação e entusiasmo a consolidação e a valorização das nossas conquistas revolucionárias é uma tarefa fundamental de todos os trabalhadores, enquadrados pelas estruturas do Partido e do Estado.

CAPÍTULO V

O PAPEL E TAREFAS DO ESTADO

A natureza de classe do Estado

A vitória das massas trabalhadoras sobre o colonialismo e o cumprimento das tarefas da Revolução Democrática Nacional colocaram perante a FRELIMO a questão da estratégia e táctica a seguir na fase da Revolução Democrática Popular.

O Estado foi sempre o instrumento do poder da classe dominante para garantir a realização dos seus interesses. No nosso País, a dominação do Estado colonial-fascista foi a que se caracterizou pela maior violência e brutalidade.

Ligado ao sistema imperialista mundial, o Estado colonial-fascista teve por fim garantir a exploração do Povo moçambicano e a rapina das nossas riquezas nacionais. Toda a máquina política, administrativa, económica e de repressão, todos os organismos e instituições destinavam-se à exploração e opressão das mais amplas camadas do nosso Povo. Por isso, a sua destruição é um imperativo da edificação da Nova Sociedade.

Na destruição do Estado colonial e na edificação do Estado Popular inspiramo-nos nas nossas experiências das zonas libertadas.

As primeiras formas de exercício do Poder pelas massas trabalhadoras moçambicanas tiveram lugar

no decurso da Luta Armada de Libertação Nacional nas zonas libertadas.

Tratava-se de uma forma embrionária de Estado Popular, defensor dos interesses das classes mais exploradas e oprimidas da sociedade. Os novos organismos de Poder continham os princípios da democracia, da participação ampla das massas, dos militantes e dos combatentes na resolução dos problemas da guerra, da produção, do comércio, da educação, da saúde, em suma, da organização da vida colectiva em cada região.

O Estado Popular não se encontrava distanciado do Povo nem se impunha a ele. Pelo contrário, ia de encontro às suas necessidades imediatas e aos seus anseios mais profundos de liberdade e democracia.

É esta prática que, sob a correcta orientação da FRELIMO, enraíza profundamente nos hábitos e na consciência das massas a vida democrática.

Após a vitória, a tarefa imediata que se colocou foi a de estender a todo o País as estruturas do Poder Popular existentes nas zonas libertadas.

A edificação do Poder Popular a nível de toda a Nação moçambicana, pela sua complexidade, levantou novos problemas, para os quais não estávamos totalmente preparados.

Não se tratava já da edificação do Poder numa zona, mesmo que ampla, ou até numa província. Tratava-se de criar as estruturas do Poder Popular em todo o País, de levar as massas trabalhadoras, desde a localidade, a participar activamente na direcção do Estado.

As experiências adquiridas pelos Conselhos de Localidade, de Distrito e de Província nas zonas libertadas constituem hoje a base para a formação das Assembleias Populares de Localidade, Distrito e Província.

O princípio de que o Partido é a força dirigente do Estado e da sociedade foi provado na nossa luta revolucionária. Eram os militantes do Partido que,

designados pelo Povo, materializavam os interesses das camadas mais exploradas da sociedade moçambicana nos organismos do Poder.

A unidade do Poder e o Centralismo Democrático

O Estado, na fase presente da edificação da base material do Socialismo e de consolidação da sua base ideológica, é um instrumento da classe operária e do campesinato para impor a vontade da maioria ao punhado ínfimo de opressores e reaccionários. Ele é o instrumento da Ditadura do Proletariado.

Para realizar com êxito esta tarefa e satisfazer as necessidades fundamentais do Povo, exprimindo os interesses da aliança operário-camponesa, o Estado deve caracterizar-se pela unidade do Poder e aplicar o Centralismo Democrático.

A unidade do Poder é fundamental para materializar na prática a unidade ideológica e de classe do Estado, sob a direcção do Partido. O Estado burguês, ao contrário do Estado proletário, devido às contradições internas da burguesia, fomenta o departamentalismo e a separação entre os poderes legislativo, executivo e judicial.

De acordo com a nossa experiência e os ensinamentos do Marxismo-Leninismo, nós fortalecemos a unidade ideológica com a unidade orgânica, característica do Partido de vanguarda e do Estado da aliança operário-camponesa.

Este princípio corresponde à necessidade fundamental de unidade de acção dos organismos do poder estatal, para esmagar a resistência da burguesia, neutralizar a agressividade do imperialismo e construir o Socialismo.

É neste sentido que o órgão executivo de cada escalão se subordina às assembleias representativas dos trabalhadores, militantes e combatentes. É também neste âmbito que as decisões dos órgãos

dos escalões superiores são obrigatórias para os órgãos dos escalões inferiores.

O funcionamento e organização do nosso Estado baseiam-se no Centralismo Democrático. O princípio do Centralismo Democrático implica a combinação da direcção estatal centralizada com a actividade democrática das massas e com o desenvolvimento da iniciativa dos órgãos locais do Poder estatal.

A luta de classes e o desenvolvimento socialista exigem uma análise cuidada dos complexos factores políticos, económicos, sociais e outros. A vitória da luta contra o imperialismo e a reacção interna e pelo lançamento da base material do Socialismo obriga à planificação dos passos a dar em cada momento, com base numa direcção central e forte.

Esta é a razão principal por que o Estado tem de centralizar o Poder. Para a realização dos objectivos do Poder das classes trabalhadoras, o Estado tem ainda de materializar a democracia em benefício dos operários e camponeses, pois o Socialismo nasce da actividade criadora dos trabalhadores. Uma das tarefas principais do Estado na fase presente da edificação da Democracia Popular é incentivar e organizar a iniciativa criadora das massas.

O princípio do Centralismo Democrático implica ainda saber combinar a aplicação das orientações dos órgãos centrais do Poder com as condições reais da província, do distrito e da localidade.

Os órgãos do Poder

A análise do processo de construção do Estado de Democracia Popular mostra que se tem verificado um desequilíbrio na criação e implantação de novos órgãos do Poder entre os diversos escalões, nacional, provincial, distrital e de localidade.

Encontra-se avançada a organização do novo Poder no escalão nacional com a criação e estruturação dos Ministérios e Direcções Nacionais e, ao nível provincial, com acções visando a criação dos Governos Provinciais. O avanço não é idêntico nos escalões distrital e de localidade, onde, em certa medida, permanecem em funcionamento estruturas coloniais, cuja destruição completa é indispensável acelerar. Registam-se também deficiências de articulação entre os diversos níveis.

A questão de fundo destes e de outros problemas é, no entanto, a necessidade de completar a destruição do aparelho de Estado colonial-capitalista.

A VIII Sessão do Comité Central analisou a organização do aparelho de Estado, particularmente aos níveis provincial, distrital e de localidade, e traçou orientações básicas para a destruição completa das estruturas coloniais, para a construção de um novo aparelho de Estado que, na sua composição, organização e métodos, exprima o Poder da aliança operário-camponesa. Importa dinamizar a aplicação desses princípios e orientações e, particularmente, acelerar a criação dos novos órgãos do Poder estatal a nível de distrito e localidade.

As Assembleias

A Assembleia Popular, órgão supremo do Estado e o mais alto órgão legislativo da República Popular de Moçambique, entrará brevemente em funcionamento com a composição provisória definida na Constituição.

Verificámos a necessidade de aguardar a realização do III Congresso da FRELIMO para constituir a Assembleia Popular.

Em primeiro lugar, porque sendo o Comité Central o núcleo da formação da Assembleia Popular, quer através da sua participação directa quer pela escolha dos membros designados, importava aguardar a eleição do Comité Central correspondente à fase actual da Revolução e à criação do Partido.

Em segundo lugar, o III Congresso permite-nos sintetizar a experiência de organização da vida democrática em todo o País, factor de importância essencial para a formação e o funcionamento da Assembleia Popular, bem como das Assembleias Provinciais, Distritais e de Localidade.

Serão constituídas, igualmente, as Assembleias Provinciais, Distritais e de Localidade, com a composição provisória definida pela VIII Sessão do Comité Central.

A Assembleia Popular será chamada a pronunciar-se sobre os programas económicos do Estado.

A Assembleia Popular definirá e fará aplicar a nova política fiscal, de acordo com os interesses das massas trabalhadoras.

A Assembleia Popular será chamada a legislar sobre questões essenciais relativas à política externa e interna, nomeadamente sobre a família, a propriedade, o uso e aproveitamento da terra e dos nossos recursos naturais, a organização e funcionamento das empresas estatais, das cooperativas, das empresas mistas, sobre a estrutura judiciária e o funcionamento dos Tribunais Populares, sobre a organização da Função Pública. No âmbito da política nacional as Assembleias Provinciais, Distritais e de Localidade constituirão os órgãos através dos quais as massas populares participarão na resolução dos seus problemas imediatos e na orientação e controlo da acção do Governo aos vários níveis.

Nas Assembleias, da Localidade à Nação, o Povo moçambicano, através dos seus representantes eleitos, estará presente a todos os níveis de decisão, materializando na prática a profunda natureza democrática do Poder Popular.

Órgãos locais do Poder e divisão administrativa

A par da formação das Assembleias, impõe-se a implementação das outras estruturas previstas nas Resoluções da VIII Sessão do Comité Central.

A implementação das novas estruturas ao nível nacional e provincial, se não for acompanhada paralela e simultaneamente ao nível distrital e de localidade, continuará a privilegiar as cidades em relação ao campo. É necessário que na criação das novas estruturas do aparelho de Estado se dê a devida importância ao distrito e à localidade, porque aí se encontra a base do Poder. Isto exige um grande e urgente esforço de formação de quadros.

Outro problema que exige a nossa atenção é o da divisão administrativa do nosso País, que, de modo geral, corresponde ainda à divisão administrativa colonial. Esta caracteriza-se por abranger áreas muito extensas, cuja definição era feita de acordo com os objectivos e necessidades da colonização.

As necessidades presentes do País exigem que estudemos uma nova divisão administrativa, que permita garantir a participação das massas nos órgãos do Poder e na organização da nossa vida, consolidar a Defesa Nacional e impulsionar o desenvolvimento económico. O desenvolvimento das Aldeias Comunais, eliminando a extrema dispersão das populações do País, será um importante factor na definição da divisão administrativa, a nível de distrito e localidade.

Organização das eleições

No contexto da elaboração de leis revolucionárias, a Assembleia Popular aprovará a lei eleitoral, sob proposta do Comité Central. A lei eleitoral definirá os critérios, as condições e o modo das eleições gerais para a Assembleia Popular e das eleições para as Assembleias Provinciais, Distritais e de Localidade.

A lei eleitoral estabelecerá a mais ampla e consciente participação das massas populares na designação dos seus representantes na Assembleia Popular, órgão máximo do Estado, e nas Assembleias

Provinciais, Distritais e de Localidade, órgãos máximos do Estado nos respectivos escalões.

A lei eleitoral, para estabelecer de forma real e consequente a mais ampla e consciente participação das massas populares na escolha dos seus representantes, salvaguardará a natureza de classe dos órgãos do Estado de Democracia Popular e o papel dirigente do Partido no seio da sociedade e do Estado. Trata-se de definir critérios para a eleição de membros de órgãos do Poder Popular, e não para órgãos do Poder da burguesia.

A lei eleitoral preservará, igualmente, o carácter patriótico das nossas instituições, excluindo do processo eleitoral os elementos que se identificaram com o colonialismo e os que se identificam com as manobras e conspirações do imperialismo e da reacção.

Até 7 de Fevereiro de 1978 terão lugar as eleições gerais para a Assembleia Popular. Progressivamente, organizar-se-ão as eleições para as Assembleias Provinciais, Distritais e de Localidade.

Estas eleições constituirão um momento exaltante e de elevado significado da História do Povo moçambicano.

Pela primeira vez na História do nosso País serão organizadas eleições democráticas para órgãos do Poder estatal. Pela primeira vez na História do nosso País, milhões de moçambicanos e moçambicanas poderão exercer o direito de eleger os representantes nos órgãos máximos do Estado em todos os escalões, da Localidade à Nação. Pela primeira vez na História do nosso País, dezenas de milhar de moçambicanos e moçambicanas serão eleitos pelo Povo para participar na direcção colectiva dos órgãos do Estado a todos os níveis.

Organização da Função Pública

O funcionamento correcto dos órgãos estatais do Poder Popular exige que estes sejam integrados por

quadros que assumam, na prática quotidiana, o conteúdo e a natureza do novo Poder.

O funcionalismo de tipo velho é incapaz, no sentido político, profissional, moral e ideológico, de executar as tarefas da edificação da Democracia Popular. Este facto, que se constatou em todas as sociedades em que as classes trabalhadoras tomaram o Poder, assume aspectos particulares no nosso País, que derivam da natureza estrangeira do Estado colonial e da acção da burguesia colonial nos últimos anos do seu domínio em Moçambique.

Após a derrota do colonialismo e a tomada do Poder pelas massas trabalhadoras dirigidas pela FRELIMO, a esmagadora maioria dos elementos da burguesia colonial instalados no aparelho de Estado fugiu em debandada.

Este facto foi utilizado de duas formas pelos reaccionários.

Lançaram campanhas de boatos e de propaganda alarmista acerca do colapso inevitável que essa debandada representaria para o nosso País. A burguesia interna, formada para ser a herdeira e representante dos interesses da burguesia colonial e do imperialismo, lançou-se ao assalto de posições no aparelho de Estado deixadas vagas pela fuga da burguesia colonial.

A nossa política em relação aos funcionários moçambicanos é ganhá-los para a linha política correcta, reintegrá-los no seio das largas massas, transformá-los em verdadeiros trabalhadores da Função Pública, ao serviço do Povo. Os actuais funcionários devem ser consciencializados para travarem um combate interno, libertarem-se da carga de vícios que trazem consigo e recusarem firmemente o papel que o colonialismo lhes queria dar. Aqueles funcionários que se mostrem recalcitrantes, que recusem a transformação, que sabotem a edificação do novo aparelho de Estado, que desprezem o Povo, que se revelem incapazes de serem verdadeiros servidores do Povo, não têm lugar na Função Pública. Não

podemos permitir que permaneçam nos órgãos estatais os agentes do inimigo.

Para que os trabalhadores do Estado sejam o Povo a servir o Povo, é indispensável adoptarmos uma clara opção de classe no recrutamento dos novos trabalhadores da Função Pública.

O recrutamento dos novos trabalhadores da Função Pública deve efectuar-se entre elementos de origem operária e camponesa e entre elementos que se identifiquem com a aliança operário-camponesa, nomeadamente no seio da Juventude. É prioritariamente no seio dos operários, dos camponeses cooperativistas e dos combatentes das Forças Populares de Libertação de Moçambique que encontraremos os quadros para a Função Pública.

Edificação da Justiça Popular

A Constituição da República Popular de Moçambique estabeleceu uma ruptura com o passado colonial e com o sistema capitalista. Ela define as bases de um Estado inteiramente novo, de Democracia Popular, e traça princípios fundamentais para a edificação da Sociedade Socialista.

A construção da nova ordem legal é um processo complexo, que requer estudo. Isso explica o artigo 71.º da Constituição, que mantém em vigor a parte da legislação anterior que não contrarie a Constituição. Mas nesse mesmo artigo definimos a necessidade de modificar e revogar todo o conjunto de normas legais postas em vigor no período colonial. Deste modo, a Constituição, no que tem de programático, impôs a necessidade de formulação inteiramente nova de toda a estrutura legal do País.

Esta tarefa começara a ser executada na fase da Transição. Pela natureza da fase, as leis do Período de Transição tiveram um carácter mais reformista que revolucionário. Mesmo assim, tomaram-se medidas legislativas de extrema importância para assegurar o exercício do Poder pela FRELIMO, para frustrar e combater manobras de sabotagem e outras, para pôr em funcionamento mecanismos legais que visavam permitir o controlo da economia pelo Estado, assegurando a passagem a uma nova ordem económica. A demolição do sistema legal do colonialismo iniciou-se, portanto, no Período de Transição para se acelerar no próprio momento da proclamação da Independência — através da Constituição — e no período que se lhe seguiu.

Esta demolição tem tomado, em certos casos, a forma de inovações legislativas introduzidas passo a passo. Nas questões fundamentais, a demolição do sistema legal colonial-capitalista tem assumido a forma de saltos qualitativos que destruíram, até aos alicerces, importantes construções legais do Direito burguês colonial. São estes os casos das nacionalizações operadas nos sectores do ensino, saúde, justiça e propriedade dos prédios de rendimento.

As experiências que já colhemos revelam que devemos continuar a combinar os dois métodos utilizados. Devemos combater a tendência esquerdista de afirmar que as leis feitas no período colonial devem ser todas abolidas num único momento. Uma tal decisão conduzir-nos-ia a situações de anarquia e de crise de autoridade, que seriam utilizadas pelo inimigo e se voltariam contra o próprio Poder da aliança operário-camponesa.

O processo de formação de novas leis pode e deve ser mais rapidamente conduzido. Para que este objectivo se realize, é essencial que em cada momento, através das estruturas do Partido e das estruturas do Estado, o Povo proponha aos órgãos legislativos as transformações legais necessárias. No estudo das novas leis é particularmente necessário que o Partido dinamize a participação activa e constante das largas massas na elaboração de propostas e na discussão de projectos de lei.

Ao direito novo deve corresponder também uma linguagem nova orientada principalmente no sentido

da simplicidade. Devemos encontrar a linguagem simples e popular que facilite o entendimento e divulgação das leis pelas massas, sem prejudicar a necessária eficácia técnica. Temos de encontrar novos métodos de levar as leis ao conhecimento do Povo, para que possam ser inteiramente assumidas.

Impõe-se a destruição da estrutura judicial existente, como parte da destruição do aparelho de Estado colonial-fascista em Moçambique. O novo sistema judiciário deve exprimir o Poder da aliança operário-camponesa e reflectir a Ditadura do Proletariado.

Os órgãos fundamentais da nova estrutura judicial são os Tribunais Populares, que se escalonarão desde o Tribunal Popular Supremo até ao Tribunal Popular de Localidade ou Aldeia Comunal. Os tribunais serão compostos por elementos que exprimam o Poder do Povo.

A criação da nova legislação e a regulamentação dos Tribunais Populares devem ter em conta as experiências do nosso Povo na prevenção do crime, na resolução de conflitos sociais e na reeducação de reaccionários e criminosos.

Neste contexto, as experiências das zonas libertadas são fundamentais. As transformações revolucionárias englobaram a organização das estruturas judiciais. Nas zonas libertadas, é o Povo organizado que faz os julgamentos. Em cada caso que se lhe apresenta, ele analisa-o, discute e aprofunda todas as suas causas. Para os Tribunais Populares são secundárias as circunstâncias meramente formais da infracção, cuja discussão tanto tempo ocupa nos tribunais burgueses. Ao Povo organizado, que julga o crime e outros conflitos, interessa acima de tudo o conhecimento das causas que determinaram a acção do réu. Conhecidas as causas e analisado o seu significado, o Tribunal Popular tem então como preocupação central encontrar os métodos adequados para reeducar o infractor, tendo em vista a sua reintegração na sociedade. A reeducação não significa isolamento, mas, muito pelo contrário, a intensificação dos contactos com a vida do Povo, com os hábitos do Povo, com o trabalho do Povo. Libertar o infractor das influências que o levaram a cometer o crime ou a desencadear o conflito é o objectivo da reeducação. No processo da reeducação desempenha um papel fundamental a combinação da crítica e autocrítica políticas com o estudo político e com a prática da produção colectiva.

Os Tribunais Populares das zonas libertadas são o instrumento do Poder e também a escola onde o Povo completa a sua formação política, ideológica e científica. A sua preocupação essencial é o Homem e a sua tarefa principal é o conhecimento, o estudo e a eliminação das causas que levam o Homem a assumir comportamentos anti-sociais.

Na organização dos Tribunais Populares, igualmente devem ser tidas em consideração as experiências do nosso Povo, desde a tomada de posse do Governo de Transição. Estas experiências assumem um grande valor para o estudo e formulação da legislação que deve reger os novos Tribunais Populares. Elas mostram quanto a legislação colonial e capitalista é profundamente incompatível com as tradições, modo de vida e características da nossa sociedade e do nosso Povo.

A tarefa central dos Tribunais Populares é manter o respeito pela legalidade revolucionária e, para isso, devem controlar a legalidade dos actos das pessoas, instituições e órgãos do Estado.

Tivemos já a necessidade de, algumas vezes, intervir energicamente contra actuações que violavam a legalidade revolucionária e princípios estabelecidos na Constituição que consagram direitos fundamentais dos cidadãos.

Com a consolidação do Estado da Democracia Popular, instituímos na República Popular de Moçambique uma forma superior de legalidade, a legalidade revolucionária.

A linha geral na edificação da Defesa e Segurança Nacionais

A Defesa e Segurança Nacionais são a expressão máxima do Poder de classe. Elas destinam-se a assegurar os interesses da classe no Poder.

Durante a guerra de libertação, as Forças Populares de Libertação de Moçambique tinham como missão principal assegurar o triunfo dos interesses patrióticos.

Hoje, somos um Estado soberano, um Estado anti-imperialista, um Estado que edifica o Socialismo. Somos um Estado anti-racista numa zona em que dominam regimes racistas agressivos, regimes que actuam como destacamentos operacionais do imperialismo.

Hoje, a missão principal das Forças Populares de Libertação de Moçambique é defender as nossas conquistas revolucionárias, garantir a nossa soberania nacional e integridade territorial, o nosso direito de edificar o Socialismo, o nosso dever internacionalista. A missão das nossas forças é de Paz. Nela são apoiadas por toda a Humanidade progressista.

As forças policiais constituem o nosso instrumento principal na tarefa de assegurar a ordem e a tranquilidade públicas, na liquidação da corrupção e na eliminação das tentativas de reaccionários e marginais de subverter a paz e a tranquilidade sociais.

Para garantir o cumprimento da sua missão, o Partido deve intensificar o trabalho político no seio das forças de defesa e segurança, educá-las continuamente no espírito de defesa da soberania, unidade nacional e integridade territorial, das conquistas revolucionárias e da solidariedade internacional.

O período em que os jovens estiverem nas fileiras das forças de defesa e segurança deve ser de transformações profundas para as suas vidas. Devem adquirir uma disciplina consciente. Este também é

o período em que se elimina o analfabetismo e se elevam os conhecimentos técnicos e científicos.

A batalha que travamos é pela defesa da Pátria e pelo Socialismo. Os elementos das nossas forças de defesa e segurança têm que ser em primeiro lugar defensores da causa patriótica e da causa do Socialismo. Os quadros só podem ser escolhidos entre os militantes do Partido e membros das organizações democráticas de massas, que oferecem garantias de engajamento na causa patriótica e na causa do Socialismo.

Eles devem vir das fileiras da classe operária, dos camponeses cooperativistas, dos intelectuais revolucionários e dos elementos progressistas das outras classes trabalhadoras.

A construção de forças regulares poderosas leva um largo período de tempo e exige um grande esforço da economia nacional. Em contrapartida, é possível no imediato organizar o Povo para esmagar o inimigo.

A nossa força principal encontra-se nas largas massas, armadas da nossa ideologia, resolutas em defender a Independência Nacional e as suas conquistas. As massas são organizadas nas Milícias Populares. O nosso instrumento principal são as Forças Populares de Libertação de Moçambique, que integram o Exército Popular, a Marinha Popular, a Força Popular Aérea, o Serviço Nacional de Segurança Popular e as diferentes forças policiais.

As Forças Populares de Libertação de Moçambique devem elevar ao mais alto grau a unidade íntima com as massas populares, organizando as massas na vigilância, participando com as massas nas actividades sociais de produção, cultura, educação, higiene, saúde e desporto.

Na sua missão de defesa e segurança, as Forças Populares de Libertação de Moçambique aplicarão criadoramente a palavra de ordem «Vencer a batalha de classe».

Camaradas,
Moçambicanas,
Moçambicanos:

Vamos hoje decidir do nosso futuro. Vamos hoje iniciar uma nova batalha que exigirá de todos nós sacrifícios, que requererá a nossa inteira dedicação. Vamos hoje iniciar o futuro dos nossos filhos, aquele futuro que sonhámos para nós, aquele futuro que nos foi negado pelo colonialismo e pelo qual combatemos. Vencemos a batalha da Independência Nacional. Iniciamos a batalha de Reconstrução Nacional.

Neste momento somos como um caminhante que após longas e duras jornadas se detém um instante, recorda o caminho já percorrido, restaura as forças e logo se levanta e recomeça a sua caminhada.

No I Congresso definimos a necessidade e os métodos de luta a seguir contra o colonialismo português e o imperialismo. No II Congresso aprofundámos e analisámos as nossas experiências, temperámos as nossas fileiras e recusámos resolutamente a exploração do homem pelo homem.

Neste III Congresso, o Congresso da Vitória, vamos definir os caminhos para a libertação total do Homem.

Seremos aquilo que construirmos. Ninguém virá de fora criar por nós a prosperidade. Ninguém virá em vez de nós fazer a Revolução.

Unidos, organizados, armados da ideologia científica, com a FRELIMO, Partido de vanguarda do nosso Povo, a dirigir-nos, construiremos a Nação que quisermos, daremos aos nossos filhos o futuro que merecem.

O nosso País é rico e generoso. Aguarda que as nossas mãos, o nosso trabalho, a nossa inteligência, a nossa vontade retirem dele os recursos que criarão o nosso bem-estar.

Que importa que os inimigos dos Povos coloquem escolhos no nosso caminho se a nossa experiência

nos diz que um Povo decidido alcança sempre os objectivos que se propõe? O nosso Povo é um Povo corajoso que aspira ao Progresso e à Paz. O nosso Povo, unido do Rovuma ao Maputo, dirigido pela FRELIMO, ganhará a batalha que hoje iniciamos.

Venceremos!

O Socialismo vencerá!